

- JESUS, VERDADEIRO HOMEM
- CRISTOLOGIA EM CONTEXTO DE CONFLITO
- IGREJA E NEGRITUDE

- A LIBERDADE COMO EIXO DA VIDA CRISTÃ E DA VIDA RELIGIOSA
- EDUCAÇÃO E FRATERNIDADE: A CF-98



# CONVERGÊNCIA



# SUMÁRIO

EDITORIAL .....	1
Ir. Carmelita de Freitas, FJ	
PALAVRA DO PAPA .....	4
INFORME CRB .....	7
EDUCAÇÃO E FRATERNIDADE: A CF-98 .....	10
Irmão Israel José Nery, FSC	
A LIBERDADE COMO EIXO DA VIDA CRISTÃ E DA VIDA RELIGIOSA .....	21
Pe. José Roque Junges, SJ	
IGREJA E NEGRITUDE .....	34
Dom José Maria Pires	
CRISTOLOGIA EM CONTEXTO DE CONFLITO .....	45
Pe. Jaldemir Vitório, SJ	
JESUS, VERDADEIRO HOMEM .....	62
Pe. Marcos de Lima, SJ	

# NOSSA CAPA

A ilustração para os próximos anos chama a atenção para a participação e o envolvimento da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) no projeto de evangelização "Rumo ao novo milênio". Trata-se de uma fotografia tomada do mural artístico confeccionado em pedras de variadas cores numa parede interna, junto à capela da sede da CRB Nacional. Inspirado no logotipo escolhido pela Comissão Central da Santa Sé para o Jubileu, presidida pelo Cardeal Roger Etchegaray, a partir de um concurso vencido pela estudante de arte italiana Emanuela Rocchi, o artista plástico José Antonio Abreu, de Igarapé, MG, compôs o mosaico com grande expressão e beleza. Nele se destacam o globo terrestre, os cinco continentes representados pelas pombas, a cruz estilizada e as palavras: CRISTO, ONTEM, HOJE, SEMPRE, sinalizando o anúncio principal do projeto (Pe. João Roque Rohr, SJ).

## ASSINATURA PARA 1998:

**BRASIL:** taxa única

..... R\$ 60,00

..... R\$ 85,00

..... R\$ 6,00

Terrestre ou aérea .....

**EXTERIOR:** taxa única

Terrestre ou aérea .....

Número avulso (Brasil) ...

de pessoal de seus autores  
mento da CRB como tal.

**cia**  
al da  
os Religiosos  
B

Jaldemir Vitório, SJ  
Prudente Nery, OFM Cap.

### REDAÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar  
ândia • Tel.: (021) 240-7299  
3-900 • Rio de Janeiro • RJ

### GRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

es Loyola  
822 n. 347 • Ipiranga  
5-000 • São Paulo • SP • Tel.: (011) 6914-1922

blicas do DPF sob o n. P.209/73

*Os artigos assinados são da responsabilidade  
e não refletem necessariamente o pensamento*



**convergên**  
Revista Mensal  
Conferência  
do Brasil: CRB

### DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

### REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenadora:

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

### Conselho editorial:

Ir. Afonso Tadeu Murad, FMS

Pe. Francisco Taborda, SJ

Registro na Divisão de Censura e Diversões P



## "EIS QUE FAÇO NOVAS TODAS AS COISAS"

**O** início de um ano novo traz à tona das consciências uma verdade elementar e fundamental: a Vida se renova sempre, está sempre em movimento, aberta ao imprevisível, ao novo, ao diferente. Nada mais oposto à Vida que o estático e o meramente repetitivo.

Nessa perspectiva da perene novidade da Vida, começar um ano novo significa, prioritariamente, integrar-se na grande torrente da Vida, que flui de sua fonte primigênia – Deus mesmo. Significa deixar que a Vida irrompa através de todos os projetos e realizações, de todo o previsível e do imprevisível que a sucessão dos dias e dos meses irá fazendo acontecer na história das pessoas, das comunidades, das instituições.

Dentro da trajetória eclesial deste final de milênio, são vários os eventos, as celebrações, os projetos que se perfilam no horizonte deste ano de 1998, abrindo um amplo caminho de serviço à Vida e à Esperança no mundo e, particularmente, no Brasil e na América Latina.

Iniciamos, juntamente com o novo ano, a etapa do pós-sínodo para a América, na expectativa do documento pós-sinodal, mas sobretudo, na expectativa de que esse evento eclesial, mediante uma recepção criativa e original em cada uma das Igrejas do grande continente, dê frutos abundantes de Vida no mundo: “nova vivência da fé em Cristo e de conversão ao seu evangelho, de maior comunhão eclesial, de abertura missionária, de participação responsável na sociedade e

de solidariedade efetiva entre as Igrejas e os povos da América”.

Esta conjuntura do pós-sínodo para a América coincide com a celebração da memória dos trinta anos de Medellín (1968), o grande marco eclesial da vida e da história da Igreja na América Latina deste século, que suscitou extraordinária vitalidade e inquestionável impulso renovador em toda a Igreja do Continente, incidindo com notável vigor na renovação da Vida Religiosa. Não que Medellín tenha transformado repentinamente a Igreja latino-americana de norte a sul. Mas algo aconteceu que determinou um salto qualitativo tanto a nível das práticas, como da própria autocompreensão da Igreja, com todas as conseqüências que isto implica. Fazer memória de Medellín é, portanto, religar-se à grande tradição mais recente da Igreja latino-americana, é renovar as opções fundamentais que Medellín suscitou nessa Igreja, é celebrar a memória dos seus mártires, é dinamizar o potencial evangelizador das suas comunidades comprometidas com a causa de Jesus e o Evangelho do Reino.

Nesta seqüência de eventos e celebrações deste ano, insere-se a XVIII Assembléia Geral da CRB, como acontecimento que interessa diretamente à Vida Religiosa na sua globalidade. Atualmente em fase de preparação, e tratando de envolver num processo participativo religiosos e religiosas de todo o País (regionais, congregações, províncias, comunidades e pessoas), a XVIII Assembléia Geral está centrada num tema de peculiar atualidade: “Novo Milênio e



Refundação da Vida Religiosa” e nalguns dos seus desdobramentos mais desafiadores no atual momento socioeclesial do Brasil: “Mística evangélica”, “Missão inculturada”, “Presença solidária”. Que esta assembléia venha ser de fato um momento de Graça e conversão, um verdadeiro “Kairós”, irá depender de cada religioso, de cada religiosa que, a partir da sua experiência de vida, estará colocando condições de possibilidade para que o Espírito nos faça nascer de novo, como vocação eclesial, segundo a graça evangélica das nossas origens.

O Povo de Deus no Brasil e, em particular a Vida Religiosa, estão chamados a viver todos esses acontecimentos num contexto de Vida e de história determinado: o grande horizonte da virada de milênio, a preparação para a celebração dos 2000 anos da Encarnação do Verbo. Nessa perspectiva, o Projeto Rumo ao Novo Milênio convida os cristãos e cristãs, de maneira especial neste ano de 1998, a se fazerem mais conscientes da presença e da ação do Espírito Santo na vida e missão da Igreja; a se aproximarem sempre mais dessa fonte singular de Vida e santidade, capaz de converter os corações e de transfigurar o mundo. A orientação básica do Projeto para este ano, centrado na Pessoa do Espírito Santo e na virtude teologal da esperança, insiste no respeito e no apreço à pluralidade de caminhos através dos quais o Espírito conduz as pessoas e os povos, e no diálogo com o mundo plural, como peças-chave da prática cristã, da catequese e da pastoral católica. No campo do serviço e da atuação na sociedade, acentua os “direitos sociais”, sobretudo das minorias, com destaque ao direito à terra e à preservação das culturas indígenas e negras (RMN 164). O tema da Campanha da Fraternidade deste ano e a celebração da III Semana social em nível nacional, respondem a essa orientação.

CONVERGÊNCIA, ao longo do ano, pretende oferecer aos leitores subsídios que ajudem a aprofundar o seu compromisso de vida e missão a partir dessas várias pers-

pectivas conjunturais, através das quais, certamente, o Espírito interpela a cada pessoa e a cada comunidade, para que se cumpra a Palavra de Javé: “Eis que faço novas todas as coisas”.

O artigo do Ir. Israel José Nery – “Educação e fraternidade: A CF-98” – constitui uma apresentação elucidativa do tema da Campanha da Fraternidade deste ano. Nele os leitores encontrarão um guia importante para compreender e assimilar o texto da Campanha, mas sobretudo, um estímulo para viver as grandes intuições desta CF/98, com a qual, no dizer do autor, “a Igreja se propõe realizar uma grande mobilização nacional a favor da qualidade da educação, em vista do projeto de homem, de mulher e de sociedade que ela deseja à luz do Evangelho”.

“A Liberdade como Eixo da Vida Cristã e da Vida Religiosa” – é o título do interessante artigo do Pe. José Roque Junges. Partindo de uma apresentação da liberdade como síntese de todos os projetos e sonhos pelos quais as pessoas lutam, o autor analisa as diferentes reações diante do fenômeno moderno da liberdade e traça as grandes coordenadas de uma antropologia da liberdade, para deter-se numa teologia da liberdade, onde o papel do Espírito Santo é destacado com vigor. Nessa perspectiva, a lei do Espírito, que rege o cristão, é vista “não como uma simples norma exterior de ação, mas como um dinamismo novo interior que impulsiona a agir pela graça”, e cujo fruto é uma existência nova revigorada na caridade e no conhecimento.

O artigo de D. José Maria Pires, – “Igreja e Negritude” –, situa-se na perspectiva sugerida pelo projeto Rumo ao Novo Milênio para este ano, conforme foi dito antes. O autor traça uma breve panorâmica histórica da escravidão a que eram submetidos os negros no Brasil, e da convivência de determinadas instâncias eclesiais da época com essa prática iníqua. As conseqüências históricas que se seguiram e que, em certo sen-



tido perduram até hoje, são analisadas pelo autor com grande pertinência. Referindo-se à Campanha da Fraternidade de 1998, que “fez um bem imenso à Igreja”, escreveu: “no passado, nossos avós construíram templos e obras de arte. Hoje somos chamados a colaborar na construção da Igreja de Deus que ameaça ruína”.

Pe. Jaldemir Vitório, no seu artigo – “Cristologia em contexto de conflito. O caso

Mateus” – oferece aos leitores uma excelente reflexão bíblico-teológica sobre a cristologia presente nos textos do evangelho de Mateus. Para o autor, “a cristologia de Mateus resultou do esforço de repensar a fé num contexto conflituoso... O esforço do Teólogo-evangelista Mateus é modelar para os teólogos, os pastores e catequistas de hoje”, quando tantos novos desafios e conflitos têm incidência direta sobre a fé dos cristãos.



## HOJE A IGREJA CELEBRA O SOLENE INÍCIO DE UM TEMPO SINGULAR DE REFLEXÃO E DE CONFRONTO SOBRE A SUA MISSÃO NO CONTINENTE AMERICANO

Eis o texto da homilia proferida por João Paulo II, durante a Concelebração Eucarística de abertura da Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos para a América:

1. «*Vigiai e estai preparados, porque não sabeis em que dia virá o vosso Senhor*» (Aclamação ao Evangelho, cf. Mt 24,42.44).

Esta vigilância na oração, para a qual a Liturgia de hoje nos convida, adapta-se bem ao importante acontecimento que estamos a viver: a abertura da *Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos para a América*, que tem o seguinte tema: «*Encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América*». É uma Assembléia que vê reunidos os Prelados de todos os episcopados do Continente americano, do Norte ao Centro e ao Sul, incluindo a região das Caraíbas. Dirijo a todos a minha cordial saudação e as calorosas boas-vindas a quantos vieram de além do Oceano para esta ocasião.

Hoje, a Palavra de Deus oferece-nos uma perspectiva que corresponde bem à obra de discernimento que nos preparamos para realizar: a perspectiva é aquela própria do olhar de fé sobre a história, a perspectiva «escatológica».

Eis o modo de considerar as vicissitudes humanas, para as quais o Senhor educa os crentes. Escutamos um oráculo tirado do Livro de Daniel, que o próprio pro-

feta recebe pelos lábios dum mensageiro celeste, enviado a «anunciar-lhe a verdade» (Dn 11,2) acerca dos acontecimentos históricos. É um oráculo que fala de angústias e de salvação para o povo: como não reconhecer nele um prenúncio do mistério pascal, único centro da história e chave para a sua autêntica interpretação?

À luz do mistério pascal, a Igreja prepara e cumpre cada passo da sua peregrinação na terra. E hoje celebra o solene início de um particular tempo de reflexão e de confronto sobre a missão que é chamada a desempenhar no Continente americano. A palavra de Deus oferece-lhe o reto olhar da fé para ler, como diz o anjo a Daniel, «o que está escrito no livro da Verdade» (Dn 10,21). Nesta perspectiva a Igreja inclina-se a olhar para o caminho até agora percorrido, para se projetar com renovado fervor missionário rumo ao novo Milênio.

2. Não passou muito tempo desde quando, em 1992, recordamos de maneira solene os quinhentos anos da evangelização da América. O Sínodo, que hoje inicia solenemente os seus trabalhos nesta Basílica de São Pedro, recorda de modo ideal aqueles tempos em que os habitantes do chamado «*Velho Mundo*», graças à admirável empresa de Cristóvão Colombo, conheceram à existência de um «*Novo Mundo*», o qual até aquele momento desconheciam. A partir desse dia histórico teve início a



obra dos colonizadores e, ao mesmo tempo, a missão dos evangelizadores, dando a conhecer Cristo e o Seu Evangelho aos povos desse Continente.

Fruto desta extraordinária tarefa missionária é a evangelização da América ou, de maneira exata, das chamadas «três Américas», que hoje se consideram em grande parte cristãs. Por conseguinte, é muito importante, à distância de cinco séculos e já no limiar do novo Milênio, percorrer mentalmente o caminho realizado pelo Cristianismo em todas aquelas terras. Além disso, é oportuno não separar a história cristã da América do Norte da história da América do Centro e do Sul. É preciso considerá-las juntas, salvaguardando contudo a originalidade de cada uma delas, porque pareceram uma realidade unitária aos olhos dos que ali chegaram há mais de quinhentos anos, e sobretudo porque a comunhão entre as Comunidades locais é um sinal vivo da unidade natural da única Igreja de Jesus Cristo, da qual são parte orgânica.

Continente no seu conjunto, do Alasca à terra do Fogo, sem separar o Norte do Centro e do Sul, para não correr o risco de os contrapor. Pelo contrário, é preciso investigar sobre as profundas motivações desta visão unitária, apelando às comuns tradições religiosas e cristãs.

Estas poucas indicações fazem compreender quanto é importante o Sínodo que hoje inauguramos.

4. *«Vigiai e estai preparados, porque não sabeis em que dia virá o vosso Senhor».*

Esta exortação, que escutamos há pouco na Aclamação ao Evangelho, alude ao clima espiritual que estamos vivendo, na medida em que o ano litúrgico se aproxima do fim. É um clima entrecido de temáticas escatológicas, colocadas em evidência especialmente pela passagem evangélica de São Marcos, onde Cristo sublinha a caducidade do céu e da terra: «O céu e a terra passarão, mas as minhas Palavras não passarão» (13,31).

Passa a figura deste mundo mas não pas-

sará a Palavra de Deus. Como é a Palavra



manifestada no final da quarta Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Santo Domingo, em 1992? Tratava-se então de intensificar a pastoral missionária de todas as comunidades, para reavivar nas consciências o empenho por ir além das fronteiras, «a fim de levar a outros povos a fé que há 500 anos chegou até nós» (*Mensagem, L'Osser. Rom.*, ed. port. de 01.XI.1992, pág. 7 a. 260).

Demos graças a Deus, porque hoje se realizam os votos que exprimi na abertura dos trabalhos dessa Conferência. Nessa ocasião, ressaltar: «esta Conferência Geral poderia considerar a oportunidade de que, num futuro não remoto, possa realizar-se um *Encontro de representantes dos Episcopados de todo o Continente americano* – que poderia ter também caráter sinodal –, visando incrementar a cooperação entre as diversas Igrejas particulares nos distintos campos da ação pastoral, e no qual, no âmbito da nova evangelização e como expressão da comunhão episcopal, se enfrentem também os problemas relativos à justiça e à solidariedade entre todas as nações da América» (*Discurso: L'Osser. Rom.*, ed. port. de 18.X.1992, pág. 12, n. 17).

Eis-nos aqui reunidos com o propósito de concretizar estas resoluções de caridade pastoral, preocupados com a Igreja que está

na América e em espírito de afetiva e efetiva colegialidade entre os Pastores das Igrejas particulares.

6. Caríssimos Irmãos e Irmãs! Abrimos os trabalhos sinodais no contexto da eminente conclusão do Ano litúrgico e do próximo início do Advento. Oxalá esta coincidência tão significativa, determine a orientação fundamental das nossas reflexões e das nossas decisões!

Estimulados Irmãos e Irmãs, este tempo convida deveras a uma grande vigilância. Devemos vigiar e orar, recordando que um dia nos apresentaremos diante do Filho do homem, como Pastores da Igreja que está no Continente americano.

A vós, Maria, Mãe da esperança, amada e venerada nos numerosos santuários espalhados em todo o continente americano, confiamos esta Assembléia sinodal. Ajudai os cristãos da América a serem testemunhas vigilantes do Evangelho, a fim de estarem despertos e preparados no grande e misterioso dia, quando Cristo vier, como Senhor glorioso dos povos, a julgar os vivos e os mortos.

Amém!

*Joannes Paulus II*



## VOTOS DE BIÊNIO DO PADRE FERNANDO CARDENAL, SJ

(Extraído do Boletim de Notícias da Província da América Central da Companhia de Jesus)

No dia 15 de junho de 1997 na capela da Universidade Centro-Americana (UCA) de Manágua, num ato simples, como costuma ser o dos votos de biênio na Companhia de Jesus, acompanhado de numerosos jesuítas de Nicarágua, dos companheiros de sua Comunidade em El Salvador, de seus parentes e amigos e, sobretudo de sua mãe de 93 anos, que esperou esse dia (faz-nos lembrar Simeão e Ana) com profunda fé e confiança cristã, pronunciou os votos de biênio o Padre Fernando Cardenal. Recebeu seus votos o Padre Adán Cuadra, Provincial. O Padre Fernando fez seu Noviciado com grande seriedade, sob a direção do Padre Rafael de Sivatte, como seu Mestre de noviços, durante um ano, em San Salvador, na Comunidade dos Mártires, e completou o tempo do Noviciado no ICE, com o Curso de Treinamento de Formadores, que culmina com o mês de Exercícios. O Padre Fernando Cardenal foi destinado ao Centro de Pastoral da UCA de Manágua, para fortalecer a pastoral entre os jovens universitários e promover os Exercícios Espirituais em todos os níveis. Com a experiência conseguida do ICE e com sua natural disposição para entusiasmar no seguimento de Jesus, não duvidamos se recolherão logo os frutos. Todos nos alegramos pela volta de Fernando Cardenal à Companhia depois desses anos de dolorosa separação. Transcrevemos aqui suas palavras proferidas na Eucaristia em que pronunciou seus votos.

“Acabo de pronunciar meus votos perpétuos como Jesuíta, num ato muito sim-

ples que não durou mais de um minuto. Apesar disso, os votos que faz um religioso têm um conteúdo transcendental que transforma sua vida e que o consagra inteiramente a Deus. Um jesuíta, ao ingressar na Companhia, faz votos de pobreza perpétua, de castidade perpétua e de obediência perpétua. No meu caso, pelos votos que acabo de fazer, ingresso na Companhia de Jesus de maneira orgânica e legal.

Queridos irmãos, amigos e amigas: quero compartilhar com vocês os meus sentimentos mais profundos. Faço-o no espírito da Eucaristia que tem como um dos elementos essenciais precisamente a partilha. Para a maioria de vocês que são leigos, os votos que consagram a um religioso ou religiosa podem ser pouco conhecidos e o que conhecem deles pode parecer-lhes estranhos. Certamente, desde um ponto de vista meramente humano ou racional, as renúncias contidas nos votos são uma verdadeira loucura.

Como pode um ser humano sensato renunciar para sempre a toda relação afetiva sexual, ao casamento, a perpetuar-se em seus descendentes, vivendo contra a corrente de um dos instintos mais permanentes e profundos do ser humano? Como pode uma pessoa comprometer-se a não ter bens, renunciando a qualquer herança familiar, a qualquer forma de propriedade privada, vivendo do fundo comum da comunidade, sem independência econômica alguma, numa vida de austeridade que busque permanentemente viver uma pobreza real, desde que



não prejudique a eficácia do trabalho apostólico? Como pode renunciar à vontade própria, aos seus próprios interesses, ao seu próprio querer, entregando-os com plena liberdade e co-responsabilidade, fazendo-se disponível plenamente para qualquer missão e para qualquer lugar para onde o mande a Companhia para melhor serviço de Deus e do Reino?

Humanamente falando, nada disto se pode explicar. Só se explica por aquele encantamento espiritual que chamamos vocação. Como diz o Profeta Jeremias: "Senti tua Palavra dentro de mim como fogo ardente queimando nos meus ossos"... "Fiz esforços para rejeitar-te e não pude"... "Tu me seduziste, Senhor, e eu me deixei seduzir". Sentir a vocação, esse chamado, é sentir-se conquistado, deslumbrado, entusiasmado, por Deus e pela sua causa, e querer dedicar toda a vida a estar com Ele, para seguir os passos e o estilo de vida de Jesus, para dedicar-se por inteiro a trabalhar pelo seu Reino. É um assunto de amores. Uns amores que aparecem por pura gratuidade em nossa vida, como o caminho pelo qual Deus nos quer conduzir.

O Senhor Jesus e seu Reino são as razões pelas quais posso fazer hoje essas renúncias com o mesmo entusiasmo dos 20 anos e a maturidade e a responsabilidade dos 63. O amor a Jesus e a experiência de ter uma relação pessoal com Ele dentro da Vida Religiosa, sublimam qualquer renúncia e facilitam o compromisso com a causa do seu Reino, sobretudo quando escutamos sua voz que nos chama na voz dos empobrecidos, dos marginalizados, dos excluídos, dos que sofrem, dos desempregados, dos enfermos. Neles está especialmente Jesus, com eles se identificou, conforme relata São Mateus no capítulo vinte e cinco do seu Evangelho.

Desde que fui admitido pela primeira vez ao noviciado dos jesuítas, em 1952, minha vida deu muitas voltas. E desde 1979

foi uma verdadeira voragem. Nesses longos anos, e agora no presente, concebi meu apostolado de três maneiras sucessivas que, conservando a essência, diferem em matizes importantes.

Quando ingressei no Noviciado, queria dedicar minha vida ao bem do próximo. Sobretudo ao seu bem espiritual, à salvação das almas. Também desejava seu bem temporal, mas via minha missão mais que tudo no terreno espiritual. Em 1969, vivi quase um ano num bairro miserável de Medellín. Fiz ali o que os jesuítas chamamos "Terceira Provação". O encontro dramático com a miséria extrema me levou a perceber mais claramente as injustiças que são o resultado das estruturas sociais e econômicas imperantes na América Latina; a perceber a realidade de marginalização das grandes maiorias. Então, sem deixar de pensar na minha missão espiritual, dei a máxima prioridade ao meu trabalho em prol daqueles que apenas sobrevivem. Eles não só têm necessidades espirituais, senão que estão crucificados pela miséria e exploração, com tudo que essa cruz leva consigo de dor, morte e pecado. Onde está Deus enquanto seus preferidos são massacrados sem piedade? Deus está sofrendo e morrendo de novo com os crucificados das nossas sociedades. Era preciso despregá-los da cruz.

Em 1994, Deus me deixou ver que devia fazer uma integração melhor das maneiras com que até então havia concebido meu apostolado. As carências espirituais dos seres humanos são mais profundas do que eu, até esse então, havia acreditado. A solução que o Evangelho propõe, tanto para as nossas vidas como para a sociedade, não é tida em conta. Agora já não se ataca o Evangelho. Simplesmente se ignora. Não interessa. A crise espiritual do mundo atual é causa de graves males. Imperam a corrupção pessoal, o egoísmo, a falta de solidariedade, a ambição do poder e a idolatria do dinheiro. Mas além do pecado pessoal, há estruturas de pecado na sociedade que condicionam a con-



duta das pessoas e dos povos. A juventude também está em crise e despreocupada de toda inquietude social, política ou religiosa.

Mas temos também a outra face. Essa crise espiritual da sociedade põe em risco, ainda mais, a vida dos pobres. Nossos povos continuam sem experimentar a alegria da ressurreição. Sabem só de paixão, de cruz e de morte. Jesus continua chamando-nos a partir dos pobres, para levar-lhes o consolo de nosso amor e solidariedade, sendo para eles um símbolo do amor misericordioso de Deus. Para denunciar, a partir do Evangelho, a injustiça deste mundo organizado para beneficiar com toda classe de bens a uma pequena minoria. Para comprometer-nos na transformação profunda desta realidade que os explora e marginaliza. Para propor sempre caminhos que conduzam a um mundo mais humano e mais solidário.

Ajudou-me muito na busca de uma solução integradora, refletir sobre a fórmula magistral que sintetiza a missão dos jesuítas hoje, proposta pela Congregação Geral XXXIV, de 1995: "Serviço da fé e promoção da justiça". Corresponde-nos a cada um buscar em cada situação de mudança cultural a maneira de fazer realidade esta síntese. Fé e justiça nunca separadas, sempre unidas como dois aspectos da mesma missão. Essa é minha tarefa hoje.

No processo que concluí aqui com minha entrada na Companhia de Jesus, há um momento fundamental: Quando o Padre Geral aceitou o meu pedido de ingresso. Não posso deixar de destacar que se tratou de um ato sem precedente na história da Companhia. Com esta decisão deu-se início a um processo que ele assumiu com todas as suas conseqüências, tendo em conta os possíveis problemas objetivos que se poderiam apresentar.

Para mim há outro momento decisivo. Foi quando em 1984, no mesmo dia da minha separação da Companhia, solicitei que me fosse permitido continuar vivendo numa comunidade jesuítica, como se fosse realmente um religioso mais. Passaram-se treze anos dessa decisão e por isso posso afirmar hoje, com certa verdade, que regresso a um lugar do qual nunca saí. A Companhia de Jesus sempre foi meu "habitat" natural, meu lar e meu caminho. Meus companheiros jesuítas me apoiaram sempre como verdadeiros irmãos e amigos. Eu considero que meu ingresso na Companhia de Jesus é um dom, um presente de Deus, totalmente gratuito. Jesus disse-o bem claro no Evangelho: "Não foram vocês que escolheram a mim, senão que eu escolhi vocês". Sou feliz, estou completo, estou realizado, estou cheio de satisfação.

Quero expressar meu profundo agradecimento ao Reverendo Padre Peter Hans Kolvenbach, Prepósito Geral da Companhia de Jesus, por sua compreensão e generosidade. Deus usa mediações para fazer cumprir sua vontade, e ele assumiu esse papel com grande responsabilidade e amor. Quero agradecer também ao Padre Adán Cuadra, Provincial dos Jesuítas na América Central, que acompanhou com muito interesse todo o meu processo, até trazer-me aqui. Suas informações e ações junto à Cúria geral da Companhia de Jesus foram decisivas para que tudo chegasse a bom termo. Agradeço também o afeto, o apoio e as oportunas ações dos provinciais anteriores, Padres José Maria Tojeira e Valentín Menéndez. Expresso também minha gratidão aos meus companheiros jesuítas, à minha família e a meus amigos e amigas, que tanto enriqueceram a minha vida".

Manágua, 15 de junho de 1997.



# EDUCAÇÃO E FRATERNIDADE: A CF-98

Irmão Israel José Nery, FSC

Educar e/ou reeducar os próprios Religiosos a respeito da identidade específica da Vida Religiosa é importante tarefa para a renovação da Igreja hoje.

## 1. A CAMPANHA DA FRATERNIDADE

Contemplada na Campanha da Fraternidade de 1982, com o lema "A Verdade vos Libertará", a educação retorna à CF, em 1998, desta vez com o lema "A serviço da vida e da esperança".

De 1982 para cá, são 16 anos, o mundo mudou muito. As mudanças foram particularmente fortes em algumas áreas e aqui lembramos apenas algumas delas, como amostra. Assim, por exemplo, a política e a economia, sobretudo a partir da queda do muro de Berlim em 1989; as ciências, com destaque na biologia, pois já chegamos à clonagem; a informática, com os computadores, o telefone celular, a internet e, ainda, o campo da religiosidade, com um imenso caleidoscópio de manifestações à medida que o milênio chega a seu fim. Estas mudanças obviamente tiveram e estão tendo grandes repercussões nos valores que há séculos pautam o processo educativo, particularmente na família e na escola. A Igreja, consciente do que está acontecendo no

mundo, pois dele faz parte, procura, sob a liderança de João Paulo II, novos caminhos para sua presença e missão, com o impulso do grande Projeto da Nova Evangelização, proposto pelo Papa em 1983, na Assembléia do CELAM, no Haiti, concretizado depois no seu Programa "Tertio Millennio Adveniente", novembro de 1994, e adaptado no Brasil no Projeto de Evangelização "Rumo ao Novo Milênio", em 1996.

A Campanha da Fraternidade, celebrada durante o período da quaresma, nasceu em 1962, em Natal, RN, por iniciativa da Cáritas. Seu objetivo primeiro era o de prover financeiramente a missão de solidariedade da Cáritas, sobretudo nas situações de emergência. Por decisão da CNBB, em fins de 1963, e dentro do clima renovador do Concílio Vaticano II (1962-1965), a Campanha da Fraternidade passou a nível nacional em 1964, tendo como prioridade ser um processo evangelizador. Em pouco tempo se firmou como um privilegiado meio de renovação da vida da Igreja, à luz dos documentos conciliares, e logo em seguida, sob influência de Medellín e da realidade de injustiça institucionalizada no Brasil, assumiu colaborar na mobilização nacional pela transformação da sociedade. Assim, a cada ano a CF foi se aperfeiçoando em conteúdo, subsídios, metodologia e envolvimento do povo.

Os objetivos permanentes da Campanha da Fraternidade continuam norteando-a, e é bom recordá-los aqui, conforme consta no Texto base da CF-98, à página 108: a) *despertar o espírito comunitário e*



*cristão no povo de Deus, comprometendo, particularmente, os cristãos na busca do bem comum; b) educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho; c) renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na Evangelização e na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja).*

Preparada ao longo de um ano, a CF tem seu momento forte no período da Quaresma, e repercute posteriormente, através de diversas iniciativas, sobretudo de grupos ligados a temática escolhida. E a escolha do tema para cada ano, leva em conta algumas importantes referências, tais como: a) aspectos da vida da Igreja e da sociedade a serem destacados; b) desafios sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos da realidade brasileira; c) as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral, agora Evangelizadora, da Igreja no Brasil, documentos do Magistério da Igreja Universal, e agora o Projeto Rumo ao Novo Milênio; c) a Palavra de Deus e as exigências da Quaresma (cf. TB

devoção, a CF evidencia para o cristão, que o Cristo incompreendido, perseguido e torturado, está bem presente em muitas pessoas e situações hoje. Isto está muito claro em Mateus 25, 31-46, na parábola do Juízo Final, quando Jesus declara estar identificado com os mais necessitados: *Vinde benditos de meu Pai, tomai posse do Reino, porque eu estava com fome, com sede, sem onde ficar, doente, sem roupa, na prisão e cuidastes de mim!... Pois cada vez que isso fizestes a um dos meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes!...* Este enfoque dado pela dinâmica da CF ao seguimento de Jesus, em sua doação plena por nós e nossa salvação, à compreensão e vivência do mandamento novo, o Amor, e aos três exercícios quaresmais, o jejum, a esmola e a oração, resultaram num enriquecimento teológico, espiritual e pastoral, muito grande da Quaresma, no Brasil, talvez ainda não suficientemente analisado.

Toda a Igreja no Brasil, em sua constante busca de renovação vem se beneficiando, a cada ano, com a CF. A Vida Religiosa, em sua especificidade do seguimento radical e

págs. 109-110). Os temas, podem ser classificados por fases: a) de 1964 a 1965: a renovação da Igreja, à luz do Concílio Vaticano II; b) de 1966 a 1972: a renovação do cristão a partir da virtude teologal da caridade; c) de 1973 a 1984: o processo de libertação social do povo à luz dos critérios evangélicos. Influência de Medellín e Puebla; d) de 1985 a 1996: a busca de soluções cristãs para situações existenciais graves do povo brasileiro; e) de 1997 a 1999: a busca de soluções civis, sociais e econômicas, a partir das quatro exigências da evangelização, ou seja "Serviço", segundo o "Projeto Rumo ao Novo Milênio" (PRNM).

Quaresma continua sendo o espaço privilegiado para o momento mais forte da liturgia, junto com o memorial dos últimos momentos da vida do Senhor Jesus, com ênfase na liturgia, na meditação e na

iminação de Jesus, por sua vez, é fortemente sacudida, estimulada e alimentada pela Campanha da Fraternidade. A cada ano, na vivência da Quaresma, a VR tem encontrado na CF, sempre com renovado enfoque, impulso para revigorar-se na *Consagração* ao amor pleno e indiviso a Deus, na *Fraternidade*, ou vivência do amor aos irmãos e irmãs de caminhada na Vida Religiosa e, especialmente, aos mais necessitados no meio do povo, e na *Missão evangelizadora*, pelo testemunho, pelo serviço, pelo diálogo e pelo anúncio. Cada tema da CF, vivenciado por todas as Congregações Religiosas, tem sido, outrossim trabalhado, com especial atenção, por aquelas Congregações, que por opção de trabalho apostólico estão mais ligadas ao tema em questão. Assim aconteceu, por exemplo, com os temas: menores de rua, família, saúde, mulher, migrantes, trabalho, comunicação, juventude, excluídos, educação, etc.

CF-9  
ser c  
1965:  
lio Va  
ção d  
da ca  
de lib  
rios e  
Puebl  
ções  
ves d  
direit  
de un  
zação  
Rumo  
A  
privil  
CF, J  
acon  
com



## 2. O TEMA "EDUCAÇÃO" PARA A CF-98

À diferença da CF de 1982, que deu ênfase à educação formal, escolar, a CF-98, mesmo correndo o risco de abrir muito o leque, dá grande abrangência ao tema educação ao contemplá-la nas relações humanas, na família, nas comunidades e associações, nos Meios de Comunicação Social, na Igreja, na educação popular, e também na escola. Marcam o enfoque do tema tanto o lema "A serviço da vida e da esperança", como o Projeto Rumo ao Novo Milênio, a realidade socioeconômica e política do Brasil, polarizada pelo neoliberalismo e pelo ano das eleições, assim como pelas repercussões, na Igreja, seja da visita do Papa ao Brasil em outubro de 1997, tratando do tema família, seja do Sínodo da América, celebrado em Roma em novembro-dezembro do mesmo ano.

São objetivos da CF-98, fazer com que a educação seja mais eficaz em: a) *colaborar com as pessoas, na busca de sua realização pessoal*, como pessoas humanas em todas as suas dimensões física, psíquica, relacional com os outros, com a natureza e com Deus; b) *favorecer a criação e o fortalecimento de comunidades onde todos participem e se apoiem fraternalmente*, já que ninguém nasceu para viver sozinho e que a realização pessoal depende do amor e da partilha em vista da felicidade dos outros; c) *estimular o exercício da cidadania, em favor de uma sociedade justa e solidária*, pois a pátria é patrimônio de cada um e de todos e não exclusivamente dos que exercem cargos políticos e administrativos no governo. Cada cidadão precisa ser mais consciente e participativo em tudo o que significa bem comum e, portanto, deve colocar-se a serviço de uma sociedade justa e solidária, lar de todos; d) *promover ações para a erradicação do analfabetismo em sentido amplo*. O analfabetismo é uma imensa injustiça para com a pessoa analfabeta, é uma vergonha

nacional e um gigantesco entrave para o progresso do país. Mas não se trata apenas de ler e escrever, pois a alfabetização tem de implicar a formação da consciência dos direitos e deveres de cada pessoa e exercício crítico da cidadania, motivação para o bom desempenho profissional e para a formação permanente.

Uma rápida consulta ao povo revela o alto conceito e valor que dá às pessoas educadas, mesmo que sem escola. O que mais aparece na opinião dos mais simples são valores tais como: saber acolher e tratar bem os outros, respeitar e conviver, ser solidário, saber construir argumentos em favor do bem de todos, estar atento aos acontecimentos do mundo e fazer sobre eles um julgamento a partir da felicidade ou não das pessoas e de toda a humanidade, ser dedicado e competente no trabalho que faz, ser presença com muito carinho e com zelosa atenção na família, saber aprender da experiência da vida e dos acontecimentos, viver a fé com muito amor e obediência a Deus.

Em síntese pode-se dizer que, para nosso povo, a **educação é um jeito de viver a vida de modo a atender criativamente algumas necessidades fundamentais da pessoa e alguns de seus sonhos**. Assim por exemplo: a) a necessidade de ser feliz, cultivar suas capacidades, ser consciente, crítico e criativo, ter condições de superar dificuldades e de exercer com competência uma profissão; b) a necessidade de participar da comunidade, conviver cooperativamente com os outros, criar e cultivar cultura, ser solidário; c) a necessidade de exercer a cidadania, viver os direitos e deveres humanos, ser responsável e co-responsável, ajudar a construir uma sociedade justa, igualitária, fraterna; d) a necessidade de alimentar o sonho de fazer história, ver o mundo cada vez mais feliz, em paz, na solidariedade e na justiça; e) a necessidade de relacionar-se filial e confiantemente com Deus, respeitar as religiões todas e com elas juntos construir um mundo melhor para todas as pessoas, especialmente



os mais necessitados, e para os que vierem depois de nós (cf. TB CF-98, p. 16).

A Igreja, desde a 2ª Conferência Episcopal Latino-americana, em Medellín, 1968, vem propondo a educação libertadora, na qual cada um é sujeito de sua própria educação. Paulo Freire, com muito acerto, captou bem o fundamental da educação libertadora, ao escrever: *Ninguém sabe tudo. Ninguém é inteiramente ignorante. Educação é ato comunitário. Ninguém se educa sozinho. Nós nos educamos em comunidade mediatizados pelo mundo. Educação é um processo permanente, da vida inteira, até a morte. Educação é ato de liberdade. Educação se faz na ação e na reflexão. Parte da realidade e cria consciência crítica. O educador aprende com o educando e o educando aprende com o educador. Educação é diálogo entre educador e educando.*

O povo brasileiro valoriza muito a família como essencial para a educação e admira as que lutam com heroísmo para se manterem unidas e darem uma boa educação aos filhos. É imensa a lamentação dos milhões de pais e mães pela situação política, social e econômica que não lhes possibilita as condições básicas para educar como gostariam os filhos. É claro que ainda há as famílias resignadas, por causa de um longo processo político-religioso de dominação. Elas acham ser da vontade de Deus a vida de pobreza e submissão. Mas é evidente que tem crescido muito nestes últimos anos entre as famílias, sobretudo pela ajuda das CEBs, das pastorais sociais e diversos movimentos populares, a capacidade de resistência e de luta por dias melhores (cf. TB p.17). Hoje as famílias são cada vez mais conscientes também da enorme influência negativa da filosofia de vida hedonista, consumista, panerótica e pan-violenta, que grandes forças sociais injetam na sociedade afetando fortemente valores até agora considerados sagrados para a pessoa humana, a família, a sociedade e a religião. Além da miséria e pobreza em seus diversos níveis, sobretudo econô-

mico, as famílias, em sua missão educativa, enfrentam, hoje, com especial força a miséria ética e moral e a confusão causada pelo conflito entre grupos religiosos. Neste campo da família a CF-98 deseja, entre outras riquezas do cristianismo, resgatar e aplicar as orientações do Papa João Paulo II, por ocasião do seu segundo encontro mundial com as famílias, que aconteceu no Rio de Janeiro, em outubro de 1997.

**Os Meios de Comunicação Social**, cada vez mais multifacetados e com uma metodologia de fascínio, veiculam de tudo e são poderosamente influentes e às vezes determinantes na formação da opinião pública, na modificação e mesmo produção de padrões morais de pensamento e comportamento, sobretudo na infância e na adolescência. Já não se pode mais falar em educação sem levar em conta e de modo muito sério o poder da multimídia e o como usá-la em benefício da humanização das pessoas. A sociedade, que até agora tem se comportado passivamente, como mera consumidora acrítica do que os donos dos MCS oferecem, precisa com urgência ser interativa exigindo padrão de qualidade, também no sentido ético e moral, do que está sendo veiculado. A CF-98 é um espaço privilegiado para este processo de conscientização crítica a respeito dos MCS e sobretudo para mobilização em vista do melhor aproveitamento possível de tanto dinheiro e capacidades em função da felicidade humana e não de sua destruição.

Mas a CF-98 tem em seu dinamismo também a mobilização do povo quanto à cobrança que deve ser feita ao **Estado e aos Organismos políticos** em relação à educação, como direito de todo cidadão. Não é possível suportar mais que os governantes, que ali estão em nome do povo, sejam tão insensíveis ao clamor do mesmo povo, exatamente naquilo que lhe é essencial, como saúde, moradia, alimentação, transporte e educação. E no caso da educação, não apenas da educação formal



de qualidade nas escolas, especialmente públicas, que são um descalabro em muitos lugares do Brasil, mas a educação dentro da família, garantindo-lhe para isso um padrão de vida digna, e, também, na sociedade garantindo aos cidadãos padrões éticos e morais, nos MCS é no exercício da política, da economia, da arte e da cultura.

A CF-98 deseja, neste ano dedicado à educação, chegar a todas as instâncias que exercem educação, tais como grupos, associações, partidos políticos, sindicatos, Igreja, atividades artísticas, esportivas, de turismo, etc.. Vejamos, por exemplo, o caso da **Igreja**. Tudo o que ela realiza, como celebrações, cursos, círculos bíblicos, devoções, romarias, novenas, festas, textos... tem seu cunho educativo. A Igreja é muito rica em possibilitar reflexão, oração, estudo, encontro de pessoas, processo de reconciliação, processo comunitário, mobilizações do povo a partir de situações de injustiça, etc. Ora, o ano de 1998 se apresenta à própria Igreja como uma oportunidade preciosa para avaliar-se, como instituição, quanto à sua participação na educação do povo, na formação da consciência dos fiéis, na formação da opinião pública e na luta por educação escolar gratuita e de qualidade, acessível a todos, especialmente aos mais pobres. É importante que a Igreja reveja sobretudo como realiza as relações humanas e promove o processo participativo de todos em sua vida e missão.

É evidente que a realidade da **educação escolar** faz parte da CF-98. Os últimos dados estatísticos oficiais continuam a mostrar um panorama bem preocupante quanto à escola no Brasil. Quase 4 milhões de crianças e jovens de 7 a 17 anos estão fora da escola, os alunos passam em média apenas cinco anos na escola e a maioria dos que estudam leva 11 anos para concluir as 8 séries do 1º grau, pois a repetência continua alta. Devido à pobreza muitas crianças não podem ir à escola, ou porque precisam trabalhar ou não têm saúde ou como pagar roupa e condução. Um ponto grave é o fato de o

ensino ainda ser muito dissociado da realidade da região onde a escola está. Dramática é a quantidade de professores muito mal remunerados e sem suficiente capacitação. O Brasil é um dos países latino-americanos com o menor número de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior. É causa especial preocupação a grande massa de excluídos da escola: menores trabalhadores, meninos e meninas de rua, índios, ribeirinhos, migrantes, trabalhadores rurais, etc. E sobretudo os mais de 20 milhões de analfabetos. A CF-98 quer possibilitar uma grande mobilização do povo para debater e lutar pela erradicação do analfabetismo e pela educação escolar gratuita e de qualidade para todos, aproveitando também a oportunidade da implantação da nova LDB (Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação). E neste ano dedicado ao tema "educação e fraternidade" as escolas da Igreja devem aproveitar a chance para uma profunda avaliação sobre sua identidade, especificidade e missão no mundo da educação.

### 3. OS GRANDES REFERENCIAIS DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

No contexto da preparação do grande jubileu do Ano 2.000, o tema educação na CF-98, tem como referencial primeiro, para nos cristãos, a própria Santíssima Trindade em sua relação com as mulheres e os homens ao longo da história da salvação. Relembramos que segundo o Programa "Tertio Millennio Adveniente", de João Paulo II, adaptado no Brasil pelo "Projeto de Evangelização Rumo ao Novo Milênio", a temática central de cada ano ficou assim distribuída: 1997 a Jesus Cristo, 1998 ao Espírito Santo, 1999 a Deus Pai e o ano 2.000 à glorificação da Santíssima Trindade. A teologia da educação encontra na SS. Trindade e nas fontes bíblicas os elementos para o ideal de homem e de mulher, de família, comunidade e sociedade a ser perseguido no processo educativo.



Sabemos pelas Sagradas Escrituras que Deus ao criar cada pessoa humana dota-a dos germes de todos os elementos necessários para sua realização pessoal, que é ser feliz. E Deus confiou a cada um(a) de nós a tarefa de ser o artífice de nosso próprio processo de construção, a partir de todo este patrimônio que temos dentro de nós. E é esta, aliás, a missão da educação, descrita muito bem no termo latino “educare”, assumido em português, ou seja “ex-dúcere”: conduzir para fora, fazer desabrochar. Homens e mulheres, criados em igual dignidade humana, sem que em nada um seja superior ou inferior ao outro, mas como parceiros na reciprocidade e na diferença, devem, no plano de Deus, colaborar na busca mútua do necessário crescimento rumo à felicidade. Para isso tem à disposição toda a riqueza da corporeidade, da psique, das relações afetivas, sexuais, comunitárias e sociais, toda a riqueza do exuberante cosmos, particularmente do habitat próprio o planeta terra, e ainda, a maravilha das relações filiais com Deus: “E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou e o criou homem e mulher” (Gn 1, 27); Deus os abençoou dizendo: crescei e multiplicai-vos, enchei a terra e a dominai” (Gn 1, 29); “Por isso o homem deixa seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher e ambos se tornam uma só carne” (Gn 2,24).

Ao se multiplicar, homens e mulheres, formam famílias, tribos, povos. Encontramos ao longo da Bíblia a história de Deus educando um povo, por ele escolhido, como povo sacramento e referência para todos os demais povos, tanto de sua presença como de seu projeto salvífico. “Muitas vezes e de muitos modos Deus falou outrora a nossos pais, nos profetas”, nos diz a Carta aos Hebreus, 1,1. Aos poucos Deus, ao se revelar como Amor, vai criando no povo consciência e consenso de que o segredo da felicidade humana está exatamente no amor. E isso ficou plasmado no mandamento maior: “Amar a Deus sobre todas as coisas e amar

o próximo como a si mesmo!” (cf. Dt 5, 1-21; 6,4-9; Ex 20, 1-17). Deus nada impõe, mas propõe o caminho que sabe ser o melhor para a realização humana, e que ele denomina, na língua de seu povo de “berith”, aliança. Entre os componentes dessa aliança de amor estão prioritariamente o absoluto de Deus, como único e verdadeiro Deus (Dt 6-15), a ser amado com todo o coração, com todo o ser, com todas as forças (cf. Dt 6,5) e estão as relações de respeito, fraternidade, justiça para com todas as pessoas (cf. Dt 5, 13-21). E é sobre o estabelecimento desta aliança, sobre fidelidade e infidelidade a ela, que gira a parte da história da salvação, que abundantemente está registrada no Antigo Testamento, ou seja nos livros históricos, nos livros proféticos e nos sapienciais.

No Novo Testamento Jesus Cristo, encarnação da segunda pessoa da Santíssima Trindade, verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus, é, em pessoa, a nova e definitiva aliança de Deus com a humanidade e é o caminho, a verdade, a vida e a ponte para cada homem e mulher estabelecerem e viverem a aliança de felicidade com Deus, com todas as demais pessoas e com a natureza. Crescendo numa família, educado carinhosamente por Maria e José, numa determinada cultura e época, o Filho de Deus viveu em tudo as condições humanas, menos o pecado, e por sua vida, testemunho, ensinamentos, gestos e atos cumpriu e aperfeiçoou a Lei e os Profetas (a revelação do Antigo Testamento)... Jesus viveu para fazer a vontade do Pai e estabelecer no coração de todas as pessoas, em suas relações humanas e nas estruturas sociais o reino do Pai. Modificou para melhor o segundo mandamento da Lei da Aliança, que passou a ser: *amar o próximo como Jesus nos ama*: “Eu vos dou um novo mandamento, que vos ameis uns aos outros como eu vos amei. Nisto todos saberão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros como eu vos amei” (Jo 13, 34-35). Experimentou na comunidade dos Apóstolos e na doação de



seu tempo, energias e de sua própria vida a concretização mais total do amor, que liberta, salva, realiza.

São Paulo, tendo Jesus como referencial e modelo perfeito para cada homem e mulher, deseja a todos nós: Deus "faça habitar Cristo em vossos corações pela fé. Assim arraigados e fundados no amor, tereis a força de compreender, com todos os santos a largura, o comprimento, a altura e a profundidade... e de conhecer o amor de Cristo que sobrepuja todo o conhecimento, a fim de que sejais cumulados até receberdes toda a plenitude de Deus" (Ef 3, 16-19). E para isso, diz ainda o Apóstolo: "precisais despojar-vos do homem velho... e ser renovados pela transformação espiritual de vossa inteligência e revestir o homem novo criado segundo Deus na justiça e na santidade que vêm da verdade" (Ef 4, 22-24). Todo o ideal de crescimento do cristão em vista da sua felicidade humana consiste em educar-se para o seguimento, o mais perfeitamente possível, de Jesus Cristo.

Após sua morte e ressurreição Jesus consolida a sua comunidade apostólica pela presença e atuação do Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade, enviado por ele e pelo Pai. O Espírito Santo (ruach) presente e atuante na obra da criação do mundo (Gn 1, 1-2), e de modo especial na criação do homem (Gn 2, 7), acompanhou toda a história do Povo de Deus ao longo do Antigo Testamento. Sua ação é muito destacada em todo o processo da encarnação do Verbo Divino (Lc 1, 26-38: *O Espírito do Senhor virá sobre ti...*), sua vida e missão (Lc 4, 12-25: *O Espírito do Senhor está sobre mim, me ungiu e me enviou...*), e sua morte e ressurreição. E este mesmo Espírito Santo esteve e está presente, dinâmica e criativamente na Igreja, novo Povo de Deus, desde Pentecostes (Cf At 2, 1-41). A ação educativa do Espírito Santo, luz-chama, sopro-vento, pomba-paz, amor e criatividade, nos impulsiona e santifica no seguimento de Jesus, através do amor ao Pai, do cumprimento de sua santa vontade

e no estabelecimento de seu reinado na história. Abrindo-nos à santidade do amor, ele fortalece nosso senso e prática da caridade, que liberta e promove e se expressa na fraternidade e na justiça, e especialmente, na opção preferencial pelos pobres.

É o Espírito Santo quem alimenta em nós a esperança-certeza escatológica da vitória da graça sobre o pecado, do Reino de Deus sobre o reino das trevas, da vida eterna feliz sobre o império da morte, e da realização plena do Reino de Deus na eternidade. É também a força do Espírito Santo que alimenta e sustenta em nós a esperança-certeza da felicidade já aqui na terra, o que nos faz lutar incansavelmente pela vida, pelo sentido da vida e da história, por valores imprescindíveis como o amor, a misericórdia, o perdão, a fraternidade, a justiça, a solidariedade. Ele nos enriquece continuamente com seus *dons*: sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus (cf. Is 11, 1-2). E ele nos faz crescer, florescer e produzir *frutos* que, além de nos fazerem manifestar a felicidade que temos pela graça operando em nós, fazem os outros mais felizes: caridade, alegria, paz,

paciência, longanimidade, bondade, benignidade, mansidão, fidelidade, modéstia, continência, castidade (cf. Gl 5, 22-23). O verdadeiro processo educativo coloca a pessoa numa profunda espiritualidade, ou seja, em um clima de permanente, alegre e obediente atenção ao Espírito Santo. Deixar-lhe liberdade para agir em nós e através de nós, resulta no gerar, por sua força fecunda, o Cristo em nós e em nossas relações e, conseqüentemente, uma irresistível paixão-pentecostal pela evangelização e pela generosa doação de nós mesmos na construção de um mundo justo e solidário.

## 4. AS PRIORIDADES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Igreja se propõe, em 1998, com o impulso da CF, realizar uma grande mobili-



zação nacional a favor da qualidade da educação em vista do projeto de homem, de mulher e de sociedade que ela deseja à luz do Evangelho. Como propositadamente a educação é vista pela Igreja num sentido bem amplo, a mobilização que se quer realizar abrange o mundo da educação escolar mas a ele não se limita. Ao convocar seus membros para as ações concretas, criativas, solidárias a partir do tema gerador "educação", com a finalidade de transformar a sociedade, a Igreja recorda que a fé sem obras é morta (Tg 2,17) e que o amor a Deus, que não é expresso no amor ao próximo é mentiroso (cf. 1Jo 4, 19). O agir transformador tem como objetivo o encurtamento da distância entre a realidade de injustiça e o projeto de Deus. Prioritariamente são estas as frentes a serem trabalhadas em 1998:

**4.1- A pessoa humana.** Cada pessoa é sujeito de sua própria educação. O processo educativo dê o máximo possível de ajuda para que cada um trabalhe conscientemente seu crescimento harmonioso, tanto a sua estrutura física, psíquica e espiritual, como as suas quatro relações básicas: consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com Deus. A chave do êxito educacional é o amor e qualquer pessoa cresce quando acolhida, compreendida, amada e estimulada a amar.

**4.2- A família.** Sabemos que a família, em seus diversos modos de constituição e por mais em crise que esteja, é e continuará sendo um referencial indispensável para a realização da pessoa humana. Não é possível uma mobilização nacional sobre educação sem a prioridade família. A Igreja deseja colocar em destaque em 98 a importância educativa da família e para isso retomará o seu patrimônio de ensinamentos sobre o assunto, especialmente o Sínodo sobre Família (Familiaris Consortio) e a reflexão realizada por ocasião do "Segun-

**4.3- As Comunidades.** Face a uma sociedade que pressiona cada vez mais para o individualismo, a competição, o isolamento, a Igreja, em sua fidelidade ao Evangelho, insistirá ainda mais na proposta de Jesus, o mandamento novo, o amor. A síntese idealizada da Comunidade Primitiva, elaborada por São Lucas nos Atos dos Apóstolos é um referencial sempre atual e provocador para a missão da Igreja e para ela mesma. Deus não nos fez para a solidão e Jesus enfatiza no mandamento novo a característica maior dos que o seguem. Educar para o senso comunitário, a acolhida, a partilha, a solidariedade e a justiça é, segundo a Igreja, tarefa essencial da educação.

**4.4- Meios de Comunicação Social.** Não é possível tratar de educação sem levar em conta, e de modo muito sério hoje, os multifacetados Meios de Comunicação Social. A abrangência com que atingem, e quase sempre de modo simultâneo, todas os aspectos da pessoa humana lhes confere um poder ainda não suficientemente estudado. É uma soma impressionante de estímulos visuais, auditivos, emocionais que trabalham diretamente o conhecimento e o imaginário, os valores e o comportamento, os desejos e os instintos, os sonhos e a fantasia. Desprezando os Direitos Humanos, a ética e os valores perenes da humanidade, os poderosos MCS se rivalizam na audiência através de ousadias, até mesmo grotescas, sobre situações patológicas humanas ligadas basicamente à afetividade, à sexualidade, à violência, à luta pelo poder. Mais que criticar os MCS a educação precisa tornar os usuários da mídia em participantes e produtores, interferindo diretamente nos conteúdos veiculados para que estejam sempre a serviço da pessoa, da comunidade e do país. A CF-98 tem aqui um imenso campo de trabalho, que é fazer dos MCS poderosos



mais a seguir constituem os "mútuos" para 1998. São mais de 20 milhões os analfabetos no Brasil! Eis aí um campo prioritário para a mobilização nacional sobre educação. Fazer levantamento dos que precisam ser alfabetizados e, organizar as turmas. Fazer o levantamento, também, de voluntários para o mutirão de alfabetização e providenciar o treinamento deles. Conseguir todo o apoio da comunidade a esta iniciativa. É evidente que o método de alfabetização não pode se restringir ao ler e escrever e precisa cuidar também da formação completa da pessoa. A alfabetização é geradora de uma caminhada, que envolve todos os aspectos da vida, da comunidade, da cidadania.

#### **4.6- Nenhuma criança fora da Escola.**

Localizar as crianças, os adolescentes e os jovens que estão fora da escola. Providenciar a superação dos entraves que impedem o acesso e a permanência na escola e garantir a toda esta população os meios necessários para o bom aproveitamento escolar. Mobilizar o governo, os pais e a comunidade local para uma parceria de forças em favor da qualidade da escola pública: bolsa escola, apadrinhamento de escola, equipes de solidariedade nas quais alunos melhor situados ajudam alunos em dificuldades no estudo, envolvimento da comunidade local na vida da escola: proteção ao prédio, melhoria da biblioteca, da merenda e da informática, oferta de palestras, cursos, patrocínios, etc.

**4.7- Oficinas de trocas de saber.** Organizar na comunidade grupos para a troca de saberes. Cada um partilha com os outros o que sabe e aprende o que ou outros ensinam. Nestas oficinas introduzir também momentos de reflexão e oração. Além da vantagem da partilha gratuita de saberes e da formação humana e social, criam-se ou se solidificam laços de amizade

**4.8- Cursos sobre Economia Solidária.** No crescente desemprego em que

prever na economia alternativa. A Igreja deseja, na motivação da CF-98, que em todas as comunidades se realizem cursos para facilitar os que batalham na economia alternativa e que muitas vezes tudo perdem por falta de alguns conhecimentos básicos como: leis municipais, noções de contabilidade, higiene, qualidade no tratar os clientes, apoio mútuo entre os desempregados e não rivalidade. Nestes cursos evidentemente a metodologia contemple interação entre as pessoas, amizade, momentos de reflexão e de oração.

**4.9 — Formação para a cidadania.** O fato de haver eleições em 1998 deve ser levado em conta no ano dedicado à educação. É fundamental um intenso trabalho e em todas as instâncias da sociedade a respeito do processo participativo nos destinos de nosso país. Votar é confiar a algumas pessoas a tarefa de, em nosso nome, governar o Brasil. Mas não podemos, sem mais nem menos, entregar este imenso poder. Temos o direito de bem escolher os candidatos e, em seguida, controlar o uso que fazem da tarefa confiada. A cidadania não se restringe ao ato de votar, mas inclui o acompanhar rigorosamente a vida e o trabalho dos que governam, para que de fato zelem, cuidem e lutem pelo bem comum do povo, sobretudo dos mais pobres, pelo bem comum do país.

**4.10- Educação da fé, da esperança e do amor.** Nestes últimos anos a Igreja constatou a fragilidade em que se encontram multidões de católicos face à riqueza de um mundo tão plural, também em termos de oferta religiosa e com as mais descontraídas respostas e explicações sobre as grandes perguntas e angústias religiosas do homem e da mulher. O cristianismo católico não só não é mais hegemônico, mas se apresenta confuso diante das grandes mudanças que o mundo está vivendo. O cristianismo evangélico, por sua vez, principalmente o pentecostal, está numa acelerada fragmentação, nas mais diversas igrejas e seitas,



muitas fortemente agressivas contra a Igreja Católica o que coloca em evidência visões muito díspares sobre aspectos fundamentais da fé cristã, que deixam muitos católicos não só perplexos, mas em sérias dúvidas sobre o próprio catolicismo. O ano de 1998 se apresenta, a partir do estímulo da educação, como muito propício para a própria Igreja Católica se avaliar e redimensionar seu papel de educadora de seus fiéis para uma fé mais amadurecida diante de tantas mudanças na sociedade e, principalmente, para a formação dos leigos em vista de seu protagonismo na evangelização das realidades do mundo.

## 5. A VIDA RELIGIOSA E A EDUCAÇÃO

A própria existência da Vida Consagrada, na Igreja e no mundo, constitui em si um forte questionamento a respeito de Deus, do sentido da vida e da história, da organização da vida em fraternidade e da dedicação à missão de construir um mundo justo e solidário para todos. Pessoas plenamente devotadas ao amor absoluto de Deus, à fraternidade e ao anúncio do Evangelho, trazem automaticamente para dentro dos referenciais humanos o *porquê*, o *para que*, o *como* e o *valor* deste tipo de consagração. O colocar continuamente Deus como primazia da vida é um ato sacramental a respeito do mandamento maior da Lei de Deus para todos os homens e mulheres: “amar a Deus sobre todas as coisas!”, mas que é permanentemente ferido por tantos ídolos que mandam e desmandam na vidas das pessoas, nos hábitos, costumes, tradições e leis.

Todos os consagrados e consagradas constituem, por seu modo de ser, viver, conviver e trabalhar, um referencial para o processo educativo, que deve priorizar os elementos que levam as pessoas à felicidade humana. No estilo de vida dos religiosos e das religiosas estão em destaque: Deus, a fraternidade, a partilha, a doação, o próxi-

mo, preferentemente os empobrecidos, os excluídos. Em qualquer lugar em que estiverem os religiosos e em qualquer trabalho apostólico, se efetivamente vivem as características da vida consagrada, constituem um grito profético, às vezes silencioso, mas forte, de denúncia ao que a Igreja e o mundo têm de errado e, ao mesmo tempo, de anúncio ao que deve acontecer e sempre em relação ao Projeto Salvífico de Deus.

O pós-concílio trouxe uma imensa riqueza para a renovação da vida religiosa e as variadas experiências e reflexões abriram muitos caminhos. As mudanças na Vida Religiosa foram e são tão grandes e anunciam-se outras ainda maiores nos próximos anos, que hoje se fala até mesmo em “refundação” da Vida Religiosa. Há, portanto, uma urgência em aprimorar o processo educativo interno das Congregações para uma total abertura ao que o Espírito Santo está a dizer à Igreja sobre que Vida Religiosa, para que e como, em vista do hoje de Deus deste final de milênio e início de outro. O Sínodo de 1994 e a Exortação Apostólica “Vita Consecrata”, que constituem uma reflexão dos Pastores sobre a Vida Consagrada, foram tímidos face aos desafios que as mudanças do mundo trazem à Vida Consagrada. Cabe aos próprios religiosos e religiosas e às suas Congregações, em comunhão com a hierarquia, continuar profeticamente procurando caminhos e, sobretudo, lançar-se à ação, pois não pode existir autêntica Vida Religiosa sem a ousadia dos grupos liminares. E o próprio Papa João Paulo II, consciente de que o Sínodo de 94 e a Carta Apostólica “Vita Consecrata” não constituem uma palavra definitiva escreve: *“Faço votos de que a reflexão prossiga, visando ao aprofundamento do grande dom da Vida Consagrada na tríplice dimensão da Consagração, da Comunhão e da Missão, e que os consagrados e as consagradas, em plena sintonia com a Igreja e seu magistério, encontrem novos estímulos para enfrentar espiritual e apostolicamente os desafios que forem surgindo”* (VC 13).



As Congregações, que têm como prioridade na missão evangelizadora a educação nas famílias, nas escolas, na Pastoral de Juventude, na animação das comunidades eclesiais, nos MCS, junto aos Menores Carentes, etc., evidentemente, encontrarão na CF-98 um especial reforço e estímulo para um necessário processo de avaliação e, consequentemente, renovação do que fazem e do como o fazem, em face às necessidades de hoje e de amanhã. A maior parte do que a Vida Religiosa realiza em termos de missão, salvaguardando a especificidade da Vida Consagrada, implica cada vez mais uma estreita parceria com os leigos e as leigas, e profun-

da sintonia com a Pastoral Orgânica da Igreja particular. Situa-se aqui um necessário discernimento a respeito do novo papel dos religiosos e das religiosas nos diversos compromissos apostólicos, junto com os leigos e na Igreja local, já que de ordinário são vistos, tratados e cobrados, e neste contexto muitos se comportam, mais como "agentes de pastoral" do que como religiosos e religiosas. Educar e/ou reeducar os próprios religiosos (as), assim como os pastores e os leigos, a respeito da identidade específica da Vida Religiosa na Igreja e no mundo é, também, uma importante tarefa para a renovação da Igreja neste momento da história.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Em que a CF é importante na renovação de nossa Igreja e mesmo de nossa sociedade?
2. Quais os temas da CF que a nossa comunidade trabalhou com mais ênfase e por que o fez?
3. Quais os aspectos mais fortes em "educação", que a Igreja propõe dinamizar em 1998, a partir da CF, e como nós podemos assumi-los?
4. Como a temática "educação" pode ajudar a VR em sua revisão e mesmo em sua "refundação"?
5. Como a nossa comunidade pode se engajar, de modo prático, em algum dos "mutirões" que a CF está propondo e que aparecem no item 3 deste trabalho?



# A LIBERDADE COMO EIXO DA VIDA CRISTÃ E DA VIDA RELIGIOSA

Pe. José Roque Junges S.J.

É para a liberdade que fostes chamados. Se sois guiados

pertar, a configuração e o significado antropológico da liberdade humana. A emergência do fenômeno da liberdade está ligada modernamente ao despertar univer-

rito, não estais mais à lei, Gl 5,13-18.

de liberdade e libertação moveção de milhões de pessoas e motivações de muitos povos nos últimos anos. Estes anseios foram despertados pelas propostas de emancipação dos determinismos da consciência, impulsionadas pelo espírito da modernidade. O sucesso e a sempre maior destas propostas deverão focar uma vertente primordial do ser humano: a liberdade. O ser humano compreende-se essencialmente como liberdade e autonomia. A busca da liberdade é o esforço e a iniciativa das pessoas para preservar e aumentar a autonomia, a qualquer custo. A liberdade sintetiza os projetos e sonhos pelos quais as pessoas vivem. O anseio de liberdade configura os aspectos mais profundos do ser humano.

## TEÓRICOS DIANTE DO FENÔMENO MODERNO DA LIBERDADE.

As teorias individualistas e comunitaristas da liberdade.

Os filósofos procuraram compreender o fenômeno. Tentaram analisar o des-

envolvimento dos direitos humanos promovido pela Ilustração. A declaração dos direitos quer essencialmente preservar as liberdades modernas. Se esta é a base comum, os autores dividem-se quanto ao fundamento da liberdade. Os acentos mudam de acordo com o significado antropológico dado à liberdade. Alguns privilegiam o ponto de vista do indivíduo; outros, o ponto de vista da coletividade. Assim pode-se falar de teorias individualistas e comunitárias da liberdade.

O individualismo e o comunitarismo representam concepções antropológicas radicalmente opostas e determinam visões diversas da liberdade. As teorias individualistas consideram indivíduos isolados, caracterizados por certos direitos humanos. Seu ponto de partida é a racionalidade de fins: *tratam de construir instituições políticas que são legitimadas – na medida em que podem sê-lo – como resultado de um contrato entre indivíduos livres e iguais. Aqui liberdade é basicamente a liberdade de fazer o que quero – seja o que for – respeitados os direitos naturais. Nas palavras de Kant: que a liberdade seja tal que cada indivíduo possa coexistir com a liberdade dos outros, segundo uma lei universal.*<sup>1</sup>

Nesta concepção, os indivíduos são, antes de mais nada, autônomos e enquanto

peço Espírito sujeitos

Anseio de liberdade e libertação moveção de milhões de pessoas e motivações de muitos povos nos últimos anos. Estes anseios foram despertados pelas propostas de emancipação dos determinismos da consciência, impulsionadas pelo espírito da modernidade. O sucesso e a sempre maior destas propostas deverão focar uma vertente primordial do ser humano: a liberdade. O ser humano compreende-se essencialmente como liberdade e autonomia. A busca da liberdade é o esforço e a iniciativa das pessoas para preservar e aumentar a autonomia, a qualquer custo. A liberdade sintetiza os projetos e sonhos pelos quais as pessoas vivem. O anseio de liberdade configura os aspectos mais profundos do ser humano.

## 1. REAÇÃO AO FENÔMENO DA LIBERDADE

### 1.1. Teorias da liberdade

Os filósofos procuraram compreender o fenômeno. Tentaram analisar o des-

L. A. WELLS

La Ilustración

<sup>1</sup> WELLS, L. A. Modelos de libertad en el mundo moderno, in: C. THIEBAUT (ed.), *La Herencia ética de la Ilustración*. Barcelona: Ed. Crítica, 1991, p. 105.



tais, firmam um contrato social que regula as relações sociais. A sociedade é formada pela resolução de indivíduos autônomos na sua consciência.

*As teorias comunitárias, ao contrário, questionam não só a premissa básica antropológica das teorias individualistas, mas também a noção individualista de liberdade como tal. A premissa antropológica que está em questão é a noção de indivíduo humano fora da sociedade como ponto de partida da teoria política. Criticada é a premissa de que o indivíduo não seria constituído como tal sujeito ao ser socializado na condição de membro de uma forma intersubjetiva de vida. Se os indivíduos humanos são essencialmente indivíduos sociais e se sua própria individualidade está impregnada da cultura, tradições e instituições da sociedade a que pertence, então a liberdade deve ter um caráter social. A própria liberdade individual deve ter um caráter comunitário, porque se expressa nas práticas comunitárias da sociedade. Portanto o lugar original da liberdade não seria o indivíduo isolado mas a sociedade como lugar de individuação através da socialização.<sup>2</sup>*

Nesta concepção, os indivíduos não são primeiramente autônomos e livres e só depois se constituem em sociedade. Para as teorias comunitárias a emancipação e a autonomia é construída nas relações intersubjetivas sociais. A liberdade emerge com a socialização do sujeito numa forma coletiva de relações.

A análise dos dois pontos de partida leva a concluir que a liberdade é uma conquista do sujeito, não isoladamente, mas através de relações intersubjetivas que acontecem na sua comunidade de inserção social. Por

## 1.2. A reação da Igreja e o Evangelho da Liberdade.

A este processo de consciência crescente da liberdade, a Igreja em geral se posicionou negativamente. No início de uma maneira condenatória contra o liberalismo, como aconteceu no *Syllabus* de Pio IX, e posteriormente aceitando o dado antropológico da liberdade, mas chamando mais atenção para os seus perigos. Um exemplo deste último posicionamento são os documentos sobre a Teologia da Libertação *Libertatis nuntius* (1984) e *Libertatis conscientia* (1986), emanados da Congregação da Doutrina da Fé. Afirma-se algo positivo da liberdade, mas logo em seguida aparece uma restrição que, no fundo, nega o que foi afirmado. A Igreja tem medo da liberdade humana e não aposta na autonomia da consciência. Existe um receio diante das consequências para o exercício da autoridade. Não se acredita em um cristão adulto e responsável que decide autonomamente como fruto de um discernimento no Espírito.

Se a liberdade responde a um anseio primordial do coração humano, este anseio não pode estar em contradição com a fé cristã. O Evento Cristo irrompeu na história humana para satisfazer e plenificar a busca de libertação, arraigada no coração de todo ser humano. A mensagem cristã é uma Boa Nova de libertação sem condições e restrições. Cristo nos transportou do regime da lei para o regime da graça. O primeiro leva a pecar, o segundo identifica-se com a liberdade. Cristo nos libertou da escravidão da lei e nos introduziu no Reino da liberdade dos filhos de Deus. Esta maneira de compreender o Evangelho foi explicitada magistralmente por Paulo nas Cartas aos Ro-



a mensagem evangélica mais sob o regime da lei do que sob o regime da graça.

O Evangelho não será uma Boa Nova, se não for uma mensagem de liberdade. Significa libertação do regime da lei e introdução no espaço da graça que é o espaço da liberdade. O Evangelho é deturpado quando anunciado como lei e não como graça que liberta da lei? Não estaria nesta deturpação a causa por que o Evangelho para muitos povos não foi uma Boa Nova, mas algo imposto como lei? Não explicaria também a dificuldade de penetração do Cristianismo em povos de tradições culturais milenares, como são os povos asiáticos? O Evangelho é apresentado a eles como uma lei cultural que se contrapõe à sua tradição e não como uma mensagem de graça e liberdade que dinamiza os valores autênticos da sua própria tradição cultural.

Esta análise leva a constatar que o magistério da Igreja tem dificuldade de assimilar plenamente a teologia da liberdade de Paulo e de ansucitar os anseios de liberdade do coração humano dos tempos modernos. Afirma-se a liberdade, mas com recuos e receios. Não existe a coragem de apostar na liberdade humana, embora contando com os desvios e deturpações. Estes não podem levar a debilitar o dinamismo da liberdade cristã. O acento não pode estar nas negativas, mas na positividade da liberdade.

Neste sentido, a autonomia do cristão continua a ser uma pedra de tropeço para a catequese e a moral da Igreja e a liberdade representa o desafio primordial para a evangelização do século XXI<sup>3</sup>. Sem uma adesão plena à mensagem da liberdade dos filhos, instaurada pelo regime da graça, e sem uma abertura aos desejos de liberdade do coração das pessoas, a fé cristã terá pouca receptividade e não será acolhida como uma boa nova para o novo milênio. Isto exige de

nós cristãos e religiosos um testemunho de liberdade interior e uma atuação em prol da libertação de todo ser humano. Daí a importância de tomar a liberdade como eixo da vocação cristã e religiosa.

## 2. ANTROPOLOGIA DA LIBERDADE: LIBERDADE FUNDAMENTAL

### 2.1. Liberdade psicológica e libertação moral

A liberdade tradicionalmente foi entendida como livre-arbitrio que escolhe entre várias opções. As pessoas, em geral, concebem a liberdade como "fazer o que eu quero". Não ser obrigado por outro a decidir-se por um lado ou a realizar determinada ação. Neste sentido, "livre" opõe-se a "obrigado" ou "determinado". A liberdade identifica-se com a liberdade de eleição e de execução. Mas esta é apenas uma dimensão da liberdade e a menos profunda.

Trata-se da, assim chamada, *liberdade psicológica de escolha*. É a liberdade necessária para que certo ato seja devido a um sujeito autônomo e não causado por determinismos internos e externos. É a liberdade necessária à escolha de bens particulares. Em outras palavras, poder fazer isto ou aquilo. Esta é a liberdade que as pessoas geralmente exigem e reclamam quando não é respeitada.

Pode-se falar ainda de *liberdade moral atuada pela atitude virtuosa de uma pessoa*. A liberdade manifesta-se não como escolha mas como atuada, isto é, como autodecisão para o bem. Esta opção internalizada pelo bem (p.ex., como benevolência ou como fidelidade etc) é uma inclinação ou uma tendência a ser benevolente ou fiel nas situações concretas e a integrar as tendências contrá-

3. Esta é a tese da significativa obra de J. COMBLIN, *Cristãos como no século XXI: Nova caminhada de libertação*, São Paulo: Ed. Paulus, 1996.



rias. A atitude virtuosa é liberdade condensada ou atuada a serviço do agir moral. Não existe uma escolha entre bens concretos, mas atuação da liberdade como tendência para o bem. A pessoa não precisa pensar e querer tal ato concreto, porque ele surge espontaneamente como tendência interiorizada. Esta tendência não é um determinismo estranho ao sujeito, mas liberdade condensada como atitude.

## 2.2. Liberdade fundamental.

Existe uma terceira dimensão da liberdade, ainda mais fundamental, esquecida e não levada em consideração por muitos autores que tratam do tema, mas de transcendental importância para a realização da pessoa. A liberdade fundamental ou transcendental é *uma base ainda mais profunda e uma liberdade ainda mais fundamental que a investigação psicológica não pode sequer tocar diretamente; trata-se daquela liberdade que nos torna capazes não apenas de determinar-nos numa liberdade de escolha para tendências singulares e ações categoriais, mas de dispor a própria pessoa como um todo, para além das ações categoriais particulares e através delas.*<sup>4</sup> Na liberdade de escolha, o sujeito dispõe do seu ato particular e na liberdade fundamental, dispõe de si mesmo como pessoa.

Em qualquer decisão humana de importância vital são atuadas as três dimensões da liberdade: antes de mais nada a decisão é uma escolha entre diferentes possibilidades (liberdade de escolha); nesta escolha influenciam espontaneamente as atitudes virtuosas ou viciosas interiorizadas (liberdade moral); por fim, na decisão se expressa um projeto de vida, um tipo de pessoa que se quer ser ou, em outras, palavras existe um dispor de si mesmo como pessoa (liberdade fundamental). Uma vez clarificadas estas diferentes dimensões da liberdade, pode-se explicitar agora o signi-

ficado da liberdade fundamental e sua relação com a liberdade moral e de escolha.

Partimos do fato de que o ser humano não é um ser acabado, mas em processo de auto-realização. É um ser histórico que se realiza no tempo em confronto com sua realidade. Neste sentido, o ser humano é, por um lado, *dado* (biológico, psicológico, social, cultural), por outro lado, *tarefa* de fazer-se ou constituir-se a partir deste dado. Portanto, é convidado a assumir-se e a decidir sobre si mesmo. Não é puro reflexo e produto do seu meio, mas chamado a auto-determinar-se perante este dado. Nesta auto-determinação incide a liberdade fundamental.

Reduzindo a liberdade apenas à liberdade psicológica de escolha, fica-se enredado nos determinismos particulares do meio. Por mais opressivo e determinante que seja o meio, permanece sempre, no coração humano, um desejo de ser mais e um conseqüente reduto de resistência ao que impede o desabrochar deste desejo. A autodeterminação em liberdade fundamental emerge, em condições normais, a partir deste desejo. Nela a pessoa decide sobre si mesmo como um todo e não apenas sobre realidades particulares da sua vida.

Este assumir-se a si mesmo perante seu dado histórico é apenas uma face da liberdade fundamental (liberdade *de*). Ela é ao mesmo tempo um dispor de si a favor de ou para realizar algo (liberdade *para*). A autodeterminação em liberdade fundamental não é apenas *disposição de si* (autonomia), mas *projeção em direção ao outro* (responsabilidade). Já que a pessoa humana não é uma mônada fechada em si mesma, mas está, por sua própria natureza, ordenada à outra pessoa. No momento que dispõe de si, sua auto-realização consiste em abrir-se aos outros. A disposição de si é vazia e sem conteúdo sem a abertura ao outro. O fechar-se sobre si mesmo é a auto-

4. J. FUCHS, Liberdade fundamental e moral, in: ID., *Existe uma moral cristã*, S. Paulo: Paulinas, 1972, p. 174.

5. Ibidem, p. 178.



realização negativa. Portanto, a liberdade é liberdade para amar. A abertura ao outro fundamenta a abertura radical para o totalmente Outro que é Deus. Em *última análise, a liberdade fundamental possibilita e tem em mira a disposição de si mesma da parte da pessoa em relação Àquele para o qual toda pessoa criada deve estar radicalmente aberta, segundo seu próprio ser, isto é, para Deus.*<sup>5</sup>

### 2.3. Opção fundamental e orientação de vida.

A liberdade fundamental manifesta-se na *opção fundamental*. Nela a pessoa se autodetermina perante o seu dado pessoal e social ao dar um sentido à realidade da sua vida. Este sentido depende de um absoluto que a pessoa tem diante de si ao projetar-se para além do seu dado. O absoluto não precisa identificar-se imediatamente com Deus, mas com algo que supera o sujeito e lhe serve de critério. Ele se dá conta que existe algo maior que serve de referência para a sua vida e o seu agir. Este absoluto apresenta-se como aquilo que o transcende e identifica-se com o bem. A realidade maior que o transcende manifesta-se para ele como o bem e servirá de critério ético para o agir.

A presença do absoluto é a própria condição de possibilidade de transcender o dado. O absoluto aponta para um bem absoluto que irá pautar as decisões particulares sobre o dado. Portanto, ao reagir diante do dado, projetando um sentido para sua existência, a pessoa está autodeterminando-se diante de um absoluto que se apresenta para ela como o bem.

A autodeterminação acontece através de decisões particulares sobre o dado vivencial concreto que engendram e revelam a orientação fundamental. A orientação de vida de uma pessoa é a manifestação fenomenológica da opção fundamental como autodeterminação. Ou seja: é o efeito categorial da realidade transcendental de seu autode-

minar-se. A opção fundamental é difícil de perceber, porque expressa o sentido da existência ou a autodeterminação da pessoa como todo, mas se revela pela orientação fundamental do agir da pessoa. Esta orientação se configura em atitudes (virtudes) interiorizadas que dinamizam a liberdade moral.

Nas condições humanas normais, toda pessoa se enfrenta algum dia com o sentido do seu ser e atuar quando está diante de um ato profundo que envolve toda existência. É a manifestação da projetualidade do ser humano. O ato profundo é autodeterminação de si mesmo diante de um absoluto que transcende o próprio sujeito e se revela como o bem enquanto tal, que não pode ser relativizado. A expressão mais imediata do absoluto para o sujeito é o outro na sua dignidade não relativizável. Portanto, o bem se apresenta, antes de mais nada, como respeito à dignidade de todo ser humano merecedor de um tratamento igualitário. A expressão desse princípio é a regra de ouro: *Não faças aos outros o que não queres que façam a ti*. Neste sentido, a opção-orientação fundamental se define primordialmente pela tomada de posição face à pessoa humana: ou como algo absoluto (fim) que deve ser respeitado na sua dignidade e igualdade ou como algo relativo (meio) a ser usado a serviço de um eu absoluto.

A autodeterminação, como opção fundamental, significa a tomada de posição e o assumir da orientação fundamental construída e manifestada pelo agir concreto. A orientação de centramento sobre si mesmo ou de abertura ao outro torna-se efetiva e determinante na autodeterminação diante do outro como absoluto. Toda pessoa em algum momento da sua vida se enfrentará com o outro tomado como fim ou como meio. Neste ato profundo ela se autodetermina e dá sentido à sua existência.

A orientação fundamental, subjacente ao agir, vai sendo gestada na trama da vida da pessoa através dos atos particulares e peri-



féricos do dia a dia, mas a sua apropriação acontece na autodeterminação de atos projetuais e profundos. A autodeterminação acontece na opção fundamental, mas o seu conteúdo é dado pela orientação de vida que a pessoa vai construindo aos poucos através do agir concreto de cada dia e sem ter uma percepção tematizada. Aqui estão presentes as três dimensões da liberdade: na autodeterminação da opção fundamental revela-se a liberdade fundamental; na orientação fundamental manifesta-se a liberdade moral; e nos atos particulares do dia a dia acontece a liberdade psicológica.

### 3. TEOLOGIA DA LIBERDADE: LIBERDADE COMO GRAÇA

O problema da relação entre graça e liberdade atravessa toda história da Teologia. Uns acentuavam mais a importância da liberdade e outros a incidência da graça no agir humano. As discussões atravessaram séculos e constituíram escolas. A questão de fundo está no enfoque do problema. A controvérsia peca por opor dois elementos (graça e liberdade) que não estão em conflito e precisam ser integrados na vida do cristão. O agir de Deus (graça) e o agir do homem (liberdade) não estão em competição. A oposição aparece, por um lado, porque se concebe a liberdade apenas como liberdade psicológica ou livre-arbítrio e não como liberdade fundamental e, por outro lado, porque a graça é entendida como uma "coisa" que Deus dá para impulsionar o agir e não como relação e comunhão no amor de Deus. Trata-se de entender a graça como liberdade ou a liberdade como graça.

O Evangelho apresenta-se, pela própria etimologia da palavra, como boa nova ou

boa notícia. Esta novidade é boa ou esta notícia provoca alegria, porque é uma mensagem salvífica de libertação. Os Sinóticos a compreendem e explicitam como Reino de Deus: *O Espírito do Senhor está sobre mim, porque me conferiu a unção para anunciar a boa nova aos pobres. Enviou-me a proclamar aos cativos a libertação e aos cegos, a recuperação da vista, para despedir os oprimidos em liberdade, para proclamar um ano de acolhimento da parte do Senhor* (Lc 4, 18-19).

#### 3.1. O Evangelho de Paulo como Boa-nova da liberdade.

Paulo apresenta o seu evangelho como boa nova de liberdade: *É para sermos verdadeiramente livres que Cristo nos libertou. Permaneci pois, firmes e não vos deixeis sujeitar de novo ao jugo da escravidão* (Gl 5,1). A liberdade expressa, para Paulo, o que para os sinóticos é o Reino de Deus. O evangelho de João converge radicalmente com o evangelho da liberdade de Paulo: *A verdade vos libertará*.

A mais antiga formulação do evangelho é a de Paulo. A carta aos Romanos é uma longa exposição do evangelho paulino. Retoma, porém, e explicita expressões mais breves da carta aos Gálatas. Esta é mais forte e de maior repercussão. Nela o evangelho de Paulo se encontra condensado com mais clareza e radicalidade. O evangelho que Paulo explicita nestas cartas é o evangelho da liberdade<sup>6</sup>.

A afirmação de Paulo é categórica. A vocação cristã é uma vocação à liberdade. O cristão é um filho e não um mercenário ou um escravo: *Vós, irmãos, é para a liberdade que fostes chamados...Mas se sois guiados*

6. A recuperação do evangelho da liberdade de Paulo para a Teologia católica deve-se aos trabalhos do exegeta S. Lyonnet, *Liberté chrétienne et loi de l'Esprit selon Saint Paul*, *Christus* 1954, n. 4, pp. 6-27, posteriormente retomado na coleção de I. de la Potterie-S. Lyonnet, *La vie selon l'Esprit*, Paris: Cerf, 1965; pode-se consultar também: J. M. Castillo, *El discernimiento cristiano. Por una conciencia crítica*. Salamanca: Sígueme, 1984, pp. 15-40; J. Comblin, *Cristãos rumo ao século XXI. Nova caminhada de libertação*. S. Paulo: Paulus, 1996, pp. 54-96.



pelo Espírito, não estais mais sujeitos à lei (Gl 5, 13.18). Estas afirmações e outras parecidas escandalizaram não só os judeus, mas mais de um cristão da Igreja primitiva. Continuam a ser incômodas para qualquer autoridade que tenha medo da liberdade.

O axioma que fundamenta toda teologia da liberdade de Paulo está na afirmação de Rm 6,14: *Pois o pecado não terá mais domínio sobre vós, visto que já não estais sob a lei, mas sob a graça.* O cristão foi libertado do regime da lei e transportado para o regime da graça para viver a liberdade dos filhos de Deus. Eis sua vocação à liberdade.

De que lei foi libertado? Quando Paulo fala da lei entende em primeiro lugar a legislação mosaica. É a lei por excelência e caminho indispensável para chegar a Deus para todo judeu fiel. A partir daí pode-se medir o escândalo da afirmação.

Assim como a mulher está ligada ao seu marido enquanto este está vivo, mas uma vez morto está livre da lei que a ligava ao seu marido, assim também o cristão, com a morte e ressurreição de Cristo, morreu para a lei, foi libertado da lei, cessa de estar sujeito a ela (Rm 7, 1-6).

### 3.2. Papel da lei no povo eleito.

Qual é o papel da lei na história do povo eleito? Ela é o tutor que durante a menoridade conduz as crianças ao mestre. A lei é o tutor à espera de Cristo que trará a justificação pela fé. Após a chegada de Cristo não se está mais sujeito ao tutor (Gl 3, 23-25). Portanto, a lei não é portadora de vida como pensavam os judeus, mas de maldição (Gl 3,10). *Então qual é o papel da lei* pergunta Paulo. Foi dada em vista das transgressões. A lei leva a transgredir (Gl 3,19-20). Declaração escandalosa até para os ouvidos cristãos que levou muitos copistas a tentarem flexibilizar a sua força.

*A libertação da lei constitui com efeito um dos elos essenciais, o último, da argumentação de Paulo: libertado do pecado, da morte, da carne, o cristão não estará salvo, sem estar também libertado da lei; só esta libertação confiscará à potência do pecado o império que ele exerce sobre o homem. Pois o pecado não terá mais domínio sobre vós, visto que já não estais sob a lei, mas sob a graça (Rm 6,14). Estar sob a lei é, então, equivalente a estar sob a dominação do pecado. Paulo nunca foi tão incisivo<sup>7</sup>.*

Esta afirmação escandalosa para os judeus pode deixar indiferentes os cristãos de hoje, se entendermos o conteúdo da lei apenas referido às prescrições rituais e cerimoniais judaicas. Paulo inclui também neste conteúdo as partes da legislação mosaica referentes à vida propriamente moral, isto é, a lei mosaica como expressão positiva da lei natural. Portanto, diz respeito igualmente aos conteúdos morais permanentes. Isto aparece em Rm 7,7: *Que diremos então? A lei seria pecado? Certamente não. Mas eu só conheci o pecado pela lei. Assim eu não teria conhecido a concupiscência se a lei não tivesse dito: Não cobiçarás.<sup>8</sup>*

Mas, porque Deus deu uma lei que de fato leva a morte? A resposta está em 7,13: *Então, o que é bom tornou-se causa de morte para mim? Certamente não. Mas é o pecado: servindo-se do que é bom, ele me causou a morte, a fim de que fosse manifestado como pecado e aparecesse em toda a sua virulência de pecado por meio do mandamento.* Os judeus imaginam que a lei confere vida. A lei, mesmo propondo o ideal mais sublime, não consegue transformar o ser carnal em um ser espiritual para viver a vida de Deus. Longe de conferir vida, isto é, longe de reprimir ou destruir a potência de morte do pecado, a lei permite que ela demonstre sua virulência e, com isso, a exterioriza e desmascara. A lei

7. St. Lyonnet, *op. cit.*, p. 9.

8. *Ibidem*, p. 10.



não supera o pecado, mas revela ao homem seu estado pecador (Cf. Rm 7,20).<sup>9</sup>

Portanto, Paulo exclui qualquer lei como caminho de santificação e salvação. O cristão foi totalmente libertado do regime da lei e colocado em outra dinâmica, a da graça. Aparecem aí as duas dimensões da liberdade humana: liberdade *de* (pecado, morte, carne, lei) e liberdade *para* (graça). O cristão chamado à liberdade vai viver, na sua vida moral, a liberdade dos filhos de Deus. O agir do cristão não é pautado pela lei, mas pela graça como liberdade. Deixando-se conduzir na sua vida pela lei e não pela liberdade da graça, o cristão estará sob a potência do pecado e a lei será um instrumento do pecado. A crítica de Jesus ao apego dos fariseus à lei está baseada nesta constatação: o pecado coloca a lei ao seu serviço.

O cristão foi acolhido pela fé e o batismo na comunhão do amor de Deus revelado em Cristo e vive no seu agir sob a dinâmica deste amor que é graça. Foi justificado pela fé e agraciado pelo amor de Deus. O pecado não tem mais domínio sobre ele. Vive a liberdade dos filhos de Deus. Não necessita mais da lei. Querer buscar a justificação através da lei significa estar ainda sob o poder do pecado. Buscar a perfeição pelo caminho da lei significa confiar no próprio esforço. Ora apostar nas próprias potencialidades pelo cumprimento da lei leva água ao moinho do pecado.

### 3.3. A lei do Espírito.

O cristão será então uma pessoa sem lei? Um ser que está acima do bem e do mal? Paulo deu-se conta desta objeção e responde em Rm 6,15: *E então Vamos pecar porque não estamos mais sob a lei mas sob a graça? Certamente não.* O capítulo oitavo da carta aos Romanos responde com mais

profundidade a esta questão ao falar do Espírito. Inicia o capítulo com um grito de triunfo: *não há mais nenhuma condenação para os que estão em Jesus Cristo.* O versículo dois apresenta a razão: *Pois a lei do Espírito, que dá vida em Jesus Cristo, liberou-me da lei do pecado e da morte.* Portanto o cristão é libertado da lei que se tornou instrumento do pecado e da morte e colocado sob a lei do Espírito que dá vida.

Trata-se de substituir um código por outro? De nenhuma maneira, porque seria manter o cristão sob o regime da lei e contradizer toda a argumentação anterior de Paulo. Ele não opõe uma outra lei à lei mosaica, mas a graça<sup>10</sup>.

A lei do Espírito é a graça e identifica-se com a pessoa mesma do Espírito Santo, ou melhor, com a atividade do mesmo Espírito em nós. Significa agir sob a inspiração e a força do Espírito. Não viver segundo o domínio da carne que tende ao que é carnal (*sarkikós*), mas sob o domínio do Espírito que tende para o que é espiritual (*pneumatikós*): a carne tende para a morte e o Espírito tende para a vida e a paz (Cf. Rm 8, 5-6).

A lei do Espírito não é um código, mas uma lei realizada em nós pelo Espírito. Não uma simples norma exterior de ação, mas um dinamismo novo interior que impulsiona a agir pela força da graça. Em outras palavras, agir sob a dinâmica do amor de Deus presentificado e testemunhado em nós pelo Espírito. Viver sob a nova lei do amor suscitado em nós pelo Espírito. O amor não é primariamente uma norma de conduta mas uma força e um dinamismo.

Dispensando a ajuda de uma lei que obriga exteriormente (heteronomamente), o cristão, animado pelo Espírito, cumpre toda lei na liberdade dos filhos de Deus. Realiza a plenitude da lei, porque o seu

9. *Ibidem*, p. 13.

10. *Ibidem*, p. 15-16.



agir é inspirado pelo dinamismo do amor derramado em seu coração. Vive uma autonomia e uma responsabilidade outorgadas pela Espírito.

## 4. DINAMISMO DE LIBERDADE DA VOCAÇÃO CRISTÃ

### 4.1. O seguimento de Cristo.

O que define o cristão enquanto tal é a sua referência absoluta a Cristo como sentido para a sua vida. O evento Cristo oferece um horizonte de sentido a partir do qual o cristão se autocompreende. A prática de Jesus, revelada pelo Reino de Deus, é a chave de compreensão existencial do ser e do agir do fiel. Ele se autodetermina numa opção fundamental a partir de Cristo e orienta a sua vida pela concreção de valores, manifestada pela prática de Jesus. O seguimento de Cristo é a categoria que expressa teológica e eticamente esta realidade. O seguimento é a existência escatológica de fé do discípulo pela qual ele vive, no agora da sua existência, a definitividade do Reino e isto significa comunidade de vida e morte com Cristo. É a decisão fundamental, em fé, esperança e amor, que abre um quadro teológico de referência para o cristão.

A exigência de seguimento é a experiência mais abarcadora da vida humana pois se trata de reproduzir, na graça, a dinâmica da existência de Jesus. É uma reprodução da experiência global de Jesus. A disponibilidade de seguir a Jesus é a disponibilidade de reproduzir, em outro contexto histórico, o movimento fundamental da concreção de valores que se manifestam na prática de Jesus. Significa reproduzir, no hoje da nossa história, a prática de Jesus — prática do anúncio do Reino e da solidariedade com os mais pobres — enraizado no amor incondicional do Pai.

Seguir a Cristo significa reproduzir a mesma dinâmica de amor inaugurada por Ele com o anúncio do Reino. É amar da mesma maneira que ele amou. Seguimento é a existência do discípulo que se sente chamado pelo Senhor a tornar presente, na realidade atual, a prática de amor a serviço do Reino anunciado aos pobres. A resposta a este chamado só é possível se o discípulo estiver enraizado, assim como Jesus, no amor gratuito e radical do Pai. Em outras palavras, seguir a Cristo significa tornar presente para os homens e as mulheres de nossos tempos a boa nova do amor de Deus revelado em Cristo. Significa amar assim como Jesus amou para que assim o Reino de Deus se faça presente e abra uma perspectiva de esperança para a história humana.

O seguimento é opção fundamental por Cristo. Significa uma acolhida da sua pessoa e do seu projeto do Reino de Deus. Descortina uma nova perspectiva existencial. Nesta opção fundamental por Cristo, o cristão vive uma existência nova possibilitada pela participação na morte e ressurreição de Cristo. Ela o habilita a descobrir as exigências do amor nas coordenadas da sua vida e da sua história.

### 4.2. A existência nova através da fé, do batismo e do dom do Espírito.

A existência nova acontece através da fé, do *batismo* e do *dom do Espírito Santo*<sup>11</sup>. A fé e o batismo expressam e atuam a existência nova; o dom do Espírito Santo é o seu agente transformador. Fé e batismo produzem o mesmo efeito: união com Cristo morto e ressuscitado (Gl 2, 16-20 e Rm 6, 3-9).

A fé é, ao mesmo tempo, dom de Deus que insere o homem na dinâmica salvífica do Reino, justificando-o, e acolhida que responde a esta oferta, tornando presente a graça. A acolhida acontece no *batismo* que é o sacramento da fé. Como a fé, o batismo

11. G. THÉRIEN, *Le discernement dans les Écrits Pauliniens*, Paris: Gabalda, 1973, pp. 265-271.



está centrado na morte e ressurreição de Cristo. A inserção na morte e ressurreição está expressa no próprio rito (Rm 6, 3-11). Por sua união real e mística com Cristo, o cristão morre para o pecado e ressuscita para uma vida nova. Ele foi libertado e vive a liberdade da graça. Não vive a condição de escravo, mas a liberdade dos filhos de Deus.

O agente de transformação na fé e no batismo é o *Espírito Santo*, dom primeiro e fundamental da vida nova (1Cor 6,11; 12,13; 2Cor 1,22; 5,5; Rm 5,5). O batizado vive uma existência pneumática (Rm 8). O Espírito aparece: 1) como elemento constitutivo do ser cristão (Rm 8,2.9.10.11.15); 2) como princípio dinâmico do agir (Rm 8,13-14.26-27); 3) como norma do agir (Rm 8, 2.4.5.9.14).

A presença e a ação do Espírito cria uma dinâmica de liberdade fundamental, pela qual o cristão se torna capaz de conhecer e autodeterminar-se por Deus e colocar-se na perspectiva dos valores do Reino, convenientes à liberdade dos filhos de Deus. Ao ser carnal opõe-se o ser espiritual (Rm 7, 13-25); às obras da carne, os frutos do Espírito (Gl 5, 16-25). O dom do Espírito provoca uma libertação das antigas escravidões (pecado, morte, lei) e torna o cristão espiritual, isto é, conatural com Deus.

#### 4.3. Frutos da existência nova: Caridade e conhecimento.

A existência nova, vivida na fé e no batismo e atuada pelo dom do Espírito Santo, engendra no cristão *caridade e conhecimento*<sup>12</sup>.

A *caridade* é o primeiro fruto desta renovação no Espírito (Gl 5,22; Rm 5,5; 15,30). A caridade é a força atuante da fé (Gl 5,6), o selo da esperança nas provas (Rm 5,5), o fruto direto e o sinal da presença do Espírito. O *ágape* divino, presente no coração

pelo Espírito, engendra um dinamismo vital e horizontal de caridade fraterna.

Outro fruto da renovação no Espírito é o *conhecimento*. Em Fl 1, 9-10 fala-se de abundância de conhecimento e sensibilidade para discernir o que é melhor. Para Ef 5, 8-17 o cristão deve dar prova de sabedoria, bom senso e compreensão para discernir o que agrada ao Senhor. Portanto, trata-se de conhecimento, sabedoria e compreensão *pneumáticos* da vontade de Deus, engendrados pela presença do Espírito. Esse conhecimento capacita a liberdade moral do cristão para orientar a sua vida pelos valores do Evangelho na busca da vontade Deus.

A caridade e o conhecimento *pneumáticos* transformam o pensar e o agir do cristão, renovando-o como *sujeito pensante e agente*. As instâncias deste pensar e agir renovadas pelo Espírito são o *espírito humano* (Rm 1,28; 7, 23.25; 12,2; Gl 2, 18; Ef 4, 17.23; 2 Ts 2,1-2; 1Cor 1, 10; 14,13-19; Fl 4,7; a *consciência moral* (Tt 1, 15-16; Rm 2, 14-15; 14, 22-23) e o *coração* (Ef 3,17; Gl 4,6; 2 Co 1,22; Rm 6,17; 10,9). Essas instâncias renovadas capacitam a liberdade moral e psicológica do cristão para discernir o que convém, o que é melhor, o que agrada a Deus.

A efusão dos dons da caridade e do conhecimento *pneumáticos* no coração do cristão capacita as suas faculdades, a inteligência e a consciência, a descobrir qual é a vontade de Deus em uma circunstância determinada. Acontece uma renovação do sujeito pensante e agente através da ação do Espírito que o qualifica para concretizar em sua vida e em sua realidade o plano de Deus realizado em Cristo. A habilitação para o discernimento é a própria dinâmica de liberdade da vocação do cristão. Não é a lei que vai determinar o que ele deve fazer, mas o discernimento possibilitado pela ação do Espírito no seu coração.

12. *Ibidem*, pp. 271-275.



## 5. A DINÂMICA DA LIBERDADE NA VOCAÇÃO RELIGIOSA.

A vocação religiosa é uma radicalização da vocação cristã do batizado. A sua dinâmica de liberdade insere-se na experiência de liberdade da própria existência cristã.

A vida religiosa é uma opção de vida que não se identifica com a opção fundamental, pois esta expressa a opção por Cristo de todo fiel. A opção de vida é uma maneira de viver a opção fundamental. A vida religiosa é uma maneira de viver a fé cristã dentro da Igreja. Caracteriza-se por três elementos que a diferenciam de outras vocações cristãs: 1) a vivência e o testemunho dos votos de pobreza, castidade e obediência; 2) a vida comunitária de fraternidade\sororidade; e 3) a dedicação a uma missão expressa pelo carisma.

Esta vocação é suscitada pela mesma dinâmica da graça que impulsiona a vocação cristã. A graça do Espírito Santo liberta da potência do pecado e do mal (liberdade *de*) e cria uma disposição interior para o amor (liberdade *para*). Cria um dinamismo de liberdade fundamental e moral pela qual o religioso\ a religiosa se autodetermina e se orienta pela graça e o amor de Cristo despertado no coração pela ação do Espírito. O religioso sente a sua vocação como uma graça de libertação das amarras do egoísmo e da auto-suficiência e como um dom de amor que o capacita para amar e servir.

### 5.1. Os votos: um modo de amar.

A especificidade da vocação religiosa em relação às outras vocações cristãs, como, por exemplo, a matrimonial, está no modo de amar. Todo cristão experimenta-se libertado e chamado a amar com o dinamismo da graça que o Espírito suscita no coração. O casal cristão ama de uma maneira típica do amor conjugal. O religioso ama de uma maneira casta, pobre e obediente. Nisto consiste a especificidade do amor do reli-

gioso. Os votos não são três compartimentos estanques da vida do consagrado.

O religioso \ a religiosa faz essencialmente um só voto: o de *amar*. Os três votos de castidade, pobreza e obediência são dimensões do voto primordial de amar. Promete amar, como Cristo, de uma maneira casta, pobre e obediente. Assim não se vive uma dicotomia entre a vida e profissão religiosa e as exigências de cada um dos votos. Os votos canalizam energia a serviço do amor e este os torna fontes de realização humana e espiritual. Procurar amar afetiva e efetivamente, impulsionado pela graça como capacitação para a liberdade, leva a integrar cada um dos votos, porque os orienta para um mesmo dinamismo vivencial de amor.

#### 5.1.1. O que significa amar de maneira casta

Significa, antes de mais nada, experimentar profundamente em sua vida o amor de Deus revelado em Cristo. A presença do amor do Senhor preenche a solidão do coração e libera energias para um amor universal que se abre a todos, para um amor de doação que sente alegria em gastar a sua vida pelos outros. Não ter a ninguém como referência exclusiva para preencher a sua afetividade, muito menos buscar substitutivos para compensar esta falta e conseguir amar desinteressadamente sem receber nada em troca é a nota distintiva do amor casto. O amor universal e desinteressado só será digno de crédito como testemunho, se for vivido com um coração que espalha consolação de Deus e um rosto que transmite alegria espiritual. Isso

só é possível pelo dinamismo da graça que liberta do apego a si e do autocentramento e impulsiona para a doação.

#### 5.1.2. O que significa amar de maneira pobre

Significa, antes de mais nada, não confiar nas próprias capacidades para amar assim.



Sem pobreza interior e humildade de coração não se pode amar desinteressadamente. Pobreza e humildade impulsionam a um contínuo despojamento e a deixar-se possuir pelo amor do Senhor. Amar com o amor que o Espírito derrama no coração. O amor pobre, em sua incapacidade, leva a um amor preferencial aos pobres e pequeninos, que são o objeto de predileção do amor de Deus com o qual se ama. O religioso \ a religiosa pelo seu voto de pobreza promete amar de uma maneira afetiva e efetiva os mais abandonados. É exigência do amor que quer servir em pobreza. O seu coração, por conaturalidade com o amor de Deus que o inspira, irá ao encontro dos mais necessitados em qualquer ambiente que se encontrar.

Despojamento interior e solidariedade com os pobres deverá mostrar-se pela simplicidade no modo de vida e pela pobreza real que não coloca sua segurança na posse e uso de bens materiais, mas sente-se livre diante deles e pronto a repartir e a colocar à disposição o que tem.

### 5.1.3. O que significa amar de maneira obediente

Amar em obediência significa deixar-se conduzir pela vontade de Deus, expressa em mediações humanas e institucionais, na especificação do lugar e do trabalho a serviço da missão. Para não se deixar levar por preferências pessoais que podem desviar a decisão de servir, ela é fruto de um discernimento e de um envio que, tendo presente as capacidades pessoais, responde a opções corporativas e apostólicas mais amplas. Amar em obediência significa não ser dono de si mesmo na especificação do modo de servir. A obediência expressa o despojamento da vontade para estar livre no amar e servir e para aceitar e escolher o que mais convém para o serviço apostólico. Amar de uma maneira obediente significa não querer decidir individual e isoladamente sobre a efetivação da missão. Assim a obediência está a serviço da missão.

A vivência e o testemunho do amor casto, pobre e obediente têm dois pólos de referência: um interno, a *comunidade*, e outro externo, a *missão*. Os dois pólos ajudam a dinamizar e a manifestar o amor.

## 5.2. A comunidade.

A vivência e o testemunho do amor acontece em comunidade. Os frutos mais imediatos do amor aparecem na maneira como os consagrados\as convivem entre si. As pessoas que vivem numa mesma comunidade religiosa não estão lá por preferência baseada em amizade e simpatia. As relações fraternas\sororais que se estabelecem não se fundam em puros sentimentos espontâneos de empatia, mas na graça da mesma missão e carisma.

O Senhor que os juntou, fará também que sejam afetiva e efetivamente amigos\as no Senhor. Não significa que não existam dificuldades e problemas pela própria configuração da comunidade e idiossincrasia dos membros. A qualidade de uma comunidade vem da maneira como tenta equacionar e trabalhar os aspectos que dificultam o seu dinamismo comunitário. Isso exige desprendimento e dedicação. As relações internas de uma comunidade são o primeiro teste do espírito que impulsiona os seus membros. A vivência comunitária é uma exigência que visualiza e potencializa o modo típico de amar do religioso\ da religiosa. Ela é um testemunho corporativo e público que aponta para um novo tipo de relação entre as pessoas, não mais fundado em sentimentos espontâneos e volúveis, mas numa vontade decidida de fraternidade.

## 5.3. A missão.

O outro pólo do amor casto, pobre e obediente é a missão expressa pelo carisma próprio do Instituto religioso. O carisma é um dom suscitado pelo Espírito na Igreja para o crescimento da fé, da esperança e da caridade do povo de Deus. Constitui-se em



Instituto para realizar determinada missão que se propõe a responder a necessidades e desafios da realidade eclesial e social captados pelos fundadores. Assim a missão canaliza as energias, suscitadas pelo amor casto, pobre e obediente, a serviço de um fim missionário mais amplo e articulado.

O dinamismo apostólico suscitado pelo desejo de servir e amar precisa ser ordenado para que não se desvie por afetos desordenados. A ordenação e articulação desse dinamismo acontece quando amor e serviço são colocados e direcionados para a missão. A formulação e realização da missão é corporativa e eclesial, impedindo que as formas concretas de amar e servir do religioso\da religiosa dependam puramente de iniciativas individuais. Colocar-se na perspectiva corporativa da missão significa libertar-se dos afetos desordenados que podem desviar o amor. É pôr-se na dinâmica do Espírito que suscitou o carisma e impulsiona o amor casto, pobre e obediente do religioso\da religiosa.

O dinamismo de liberdade da vocação religiosa está essencialmente nos votos. A castidade, pobreza e obediência libertam de realidades em si legítimas (sexo, posses e

poder), mas transformadas em ídolos pela cultura atual. A liberdade assim construída possibilita e dinamiza um novo modo de amar: casto pobre e obediente. Esse modo de amar pode ser um testemunho público para uma sociedade onde existe sede de amor e onde este se encontra desvirtuado. Os votos tornam-se dimensões do amor, quando energizam o coração para viver relações fraternas\sororais no âmbito de sua comunidade e para colocar-se a serviço da missão.

## CONCLUSÃO

A principal contribuição que a compreensão da liberdade cristã pode dar para a busca e a vivência atual de liberdade é que a autonomia precisa ser completada com a responsabilidade. Não basta a liberdade de, é preciso chegar à liberdade *para*. A visão cristã procura conjugar liberdade e amor. Ser livre para amar. Ser autônomo para melhor responsabilizar-se pelo outro. Trata-se de superar visões individualistas de liberdade que compreendem o indivíduo como uma mônada e promovem uma busca egoísta e auto-suficiente de autonomia. Para o cristão a liberdade abre para o amor e a responsabilidade.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Qual é o significado de opção fundamental e de orientação de vida e como elas se relacionam
2. Em que sentido o Evangelho de Paulo é uma proclamação da boa-nova da liberdade em Cristo
3. Em que sentido o batizado vive uma existência nova que o capacita a agir segundo a vontade de Deus, movido pela graça da liberdade
4. O que significa amar de maneira casta, pobre e obediente



# IGREJA E NEGRITUDE

Dom José Maria Pires

O movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja. Nenhum padre jamais tentou impedir um leilão de escravos nem condenou o regime religioso das senzalas. Joaquim Nabuco.

Para início de conversa, reafirmo o que já disse e escrevi inúmeras vezes: **negro não é inferior a ninguém**. Também não é superior: é diferente. No Brasil, o ser diferente do negro foi considerado como ser inferior.

## LIVRES NA ÁFRICA, ESCRAVOS NO BRASIL

Tudo nasceu de um contexto socioeconômico adverso aos negros. Meus antepassados africanos chegaram ao Brasil não como pessoas livres mas já reduzidos à escravidão. Nos mercados do Recife, da Bahia, do Rio, foram vendidos por uns e comprados por outros. Como mercadoria! Como animal de carga! O comprador sente-se dono, proprietário da "peça" adquirida. Peça era o nome dado aos escravos: peças de Guiné, peças de Angola. Pela lei do mercado, quem compra é dono, é proprietário, é senhor. O que foi comprado — não importa a natureza da mercadoria — é posse, no caso em apreço, é escravo: **primeira relação discriminatória**.

O proprietário, o senhor poderá ser uma criança de cinco anos ou menos; será o

sinhozinho, a sinhazinha. Na condição de senhor, ele se considera superior e como tal deve ser tratado. O escravo pode proceder de linhagem nobre, pode ter sido rei ou rainha, pode ser um profissional experiente, um professor ou chefe religioso. Excertos do Corão foram encontrados em escolas mantidas em Salvador por escravos muçulmanos alforriados que se dedicavam à alfabetização de outros negros. O achado se deu por ocasião da fracassada revolta dos malês, em Salvador. Rei, doutor ou mestre de religião não importa: como escravo é inferior ao branco, seu senhor: **segunda relação discriminatória**.

## A ORIGEM DO PRECONCEITO

A primeira relação: senhor X escravo foi desfeita com a abolição da escravatura. A segunda: superior X inferior permanece e foi se introjetando como um preconceito que atua nos dois lados. O branco, frente ao negro, se sabe superior e se comporta como superior. O negro frente ao branco se sabe inferior e se mostra como tal. Inconscientemente das duas partes. Expressões como ovelha negra da família, buraco negro na atmosfera, situação preta, negro de alma branca, tão comuns, são sinais de uma mente preconceituosa do lado dos de raça branca. O negro, por sua vez, colocando-se mentalmente frente ao branco, considera-se feio, pouco inteligente, diz que seu cabelo é ruim e procura alisá-lo, usa trajes conformes ao figurino dos brancos e, por vezes, chega a sentir vergonha de ser negro. A maioria ainda não assume com alegria sua identidade racial. De parte a parte tais reações são espontâneas e inconscientes. É o preconceito.



## ASPIRAÇÃO CONTÍNUA À LIBERDADE

Reverendo a história, é forçoso reconhecer que o negro não se conformou docilmente com a escravidão. Sem falar nos que morreram ou se deixaram morrer durante a viagem — e em alguns casos a cifra atingiu 50% da carga humana dos navios negreiros — houve os que se suicidaram, houve os que morreram de banzo, houve os que se revoltaram contra seus senhores e os assassinaram, incendiaram engenhos e canaviais e houve os que fugiram do cativeiro para a liberdade e organizaram os quilombos. De norte ao sul do país, onde houvesse escravos aí aparecia um quilombo. Os quilombos foram um marco histórico da luta de libertação empreendida pelos escravos em situação precária e adversa. Três ou quatro escravos que conseguiam fugir do cativeiro já formavam um quilombo cuja única atividade consistia em seus integrantes se postarem à beira das estradas para roubar armas e mantimentos. Com isso, levantavam os recursos indispensáveis para ajudar na fuga de outros escravos. Formado um grupo maior, escolhiam um recanto de difícil acesso e iniciavam a organização estável do quilombo. Produziam tudo o que lhes era possível em vista da sobrevivência. Plantavam lavouras diversificadas. Com o algodão colhido fabricavam os tecidos e preparavam o vestuário, cuidavam da organização familiar e da defesa da comunidade. Todos trabalhavam e ninguém tinha propriedade particular. A disciplina era rígida mas o quilombo estava sempre aberto para acolher não só outros negros fugidos do cativeiro mas também índios perseguidos e até brancos em dificuldade contanto que aceitassem as regras do quilombo. Muitos quilombolas tinham sido batizados e praticavam a religião católica. As autoridades eclesiásticas, porém, lhes negavam o direito de receber os sacramentos porque “estavam em pecado mortal por terem fugido de seus legítimos donos”.

Os chefes dos quilombos resolviam a questão seqüestrando um sacerdote e levando-o ao quilombo para que ele administrasse os sacramentos. Depois, ele era reconduzido são e salvo, com todo o respeito, ao seu posto.

## ACOMODAÇÕES NECESSÁRIAS

Mas houve também os que se adaptaram à escravidão não por conformismo mas por necessidade de sobrevivência. Era um mal menor do que a morte, na avaliação dos que agiram assim. Muitos se afeiçoaram a seus senhores e foram capazes de substituir velhas tradições pelas práticas religiosas dos colonizadores. Adotaram a religião católica dos portugueses e incorporaram valores evangélicos por ela expressos. Nem sempre, porém, esses valores chegaram ao mais profundo do ser. O mais comum consistiu em buscar uma espécie de coexistência pacífica. Aceitaram-se os símbolos da Igreja Católica mas se lhes emprestaram significados próprios da cultura religiosa africana. Podia-se trazer para a senzala a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Era bem-vinda. Mas, por detrás dela, se colocava a pedrinha de Iemanjá, a rainha do mar. Meus antepassados não encontraram problema em associar símbolos do culto católico com as figuras do seu mundo religioso. Isso lhes trazia a dupla vantagem de não entrarem em conflito religioso com seus senhores e com a Igreja Católica, a única então permitida na colônia e, ao mesmo tempo, lhes dava a oportunidade de preservar o essencial da religião de seus ancestrais. Desse modo, o negro reduzido ao cativeiro encontrou um espaço para sobreviver como pessoa e como membro de uma comunidade de fé. Foi o terreiro, esse outro marco histórico da resistência à *coisificação* do negro. No quilombo, ele era força produtiva e organizativa, no terreiro, ele entrava em relação com os mistérios da vida e com os seres superiores. Era gente!



## AS GRANDES TEMPESTADES

Deliberadamente por uns, inadvertidamente por outros, tudo se fez para destruir as raízes culturais dos cativos. Ao chegarem, eram rompidos os laços familiares e tribais. Membros da mesma família eram adquiridos por compradores diferentes. Integrantes do mesmo clã eram cuidadosamente afastados uns dos outros. Esta solidão familiar e tribal contribuía para diminuir a capacidade de resistência dos escravos. Por outra parte, ao desembarcarem na Terra de Santa Cruz, eram batizados e um nome novo lhes era imposto. O nome personaliza principalmente quando tem um sentido ligado à história da família ou do povo. Impor outro nome a alguém proibindo-o de responder pelo seu nome próprio é injúria suprema. O que significa Ambrósio para alguém que se chama Ahuna? Ou Joaquim para quem sempre respondeu pelo belo nome de Nicobé Sule?

Sem ainda nada entenderem, deviam participar de missas, rezas e outras celebrações. Alguns gestos e símbolos do culto católico não eram estranhos aos negros embora sua interpretação fosse diversa. A nossos antepassados falavam bem as cores litúrgicas porque também os orixás têm suas cores. A presença, na liturgia, de elementos da natureza como água, sal, incenso, fogo, cinzas era-lhes familiar. A recordação dos mortos e os ritos fúnebres os transportavam para o mundo dos ancestrais que, no entender deles, continuam vivos, embora invisíveis, orientando e protegendo seus familiares.

## NECESSIDADES RELIGIOSAS MAI CATICFFITAS

nasceram e foram criados dentro das normas da Igreja Católica, sentiram necessidade de uma complementação religiosa. Encontraram-na numa organização simples e ortodoxa que foram as Irmandades. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, de Nossa Senhora das Mercês, de Nossa Senhora do Amparo para os Homens pardos. As festas do Rosário, com seus reisados, congadas e marujadas, com suas máscaras e capacetes coloridos, cheios de fitas e de espelhos, foram sempre uma oportunidade de negros se alimentarem espiritualmente. Ainda hoje essas festas primam pelas danças, pelos adornos, pelos trajes ricos e em cores vivas, pela comida abundante distribuída gratuitamente e pela piedade com que tudo se realiza.

## O CANDOMBLÉ

Para muitos negros, esse complemento não basta. Precisam de algo mais profundo que envolva todo o ser e os coloque em comunhão permanente com o mundo misterioso do além, que os faça entrar em contato com seres misteriosos a que pertencem e a que estão consagrados: seus guias, seus orixás. Quantos descendentes de africanos, católicos sinceros, freqüentam os terreiros exatamente por este motivo. Eles e elas não vêem nenhuma incompatibilidade em ser católico e freqüentar o terreiro, em ir à missa e ao candomblé, em receber os sacramentos, mesmo os que imprimem caráter, e ser filho de Ogum ou filha de Iansã. E ninguém se escandaliza se encontrar padres e freiras negros vi-



## TESTEMUNHOS DESCONCERTANTES

Por ocasião das comemorações do cinquentenário do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Salvador, o Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, promotor da comemoração, programou encontros e debates para os diversos segmentos da sociedade baiana, entre eles os negros de grau universitário e os frequentadores dos chamados cultos afro-brasileiros. Pais e mães de santo foram também convidados. Estive presente em dois desses encontros. Com os de formação universitária, a reunião foi tranqüila e não despertou maior interesse pelas questões religiosas. Com os filiados aos cultos africanos foi tudo diferente. A começar pelas apresentações. Houve mãe-de-santo que se apresentou assim: "Convidaram-me para uma reunião com gente dos cultos africanos. Eu não represento nenhum culto africano. Eu sou da Religião dos Orixás, tão religião como a católica". Do encontro participaram também sacerdotes e religiosas. Pois houve padre que se apresentou assim: "Eu sou Padre Tal, vigário da Paróquia X, iniciado no terreiro de Mãe Y". E uma religiosa negra não deixou por menos e se apresentou: "Sou Irmã Tal, da Congregação Y, iniciada no terreiro de Mãe Z".

É admirável que tantas pessoas tenham conseguido vencer condenações e perseguições de toda espécie e tenham podido manter uma ligação consciente com suas raízes religiosas. Muitos não conseguiram resistir e apostataram da fé de seus antepassados, para usarmos a linguagem religiosa ocidental. Os colonizadores chamavam isto conversão. Na visão dos negros, era verdadeira apostasia. São leituras diferentes conforme a gente se coloca do lado do opressor ou do lado do oprimido. Os portugueses premiaram com a alforria a escrava que denunciou a seus senhores os preparativos para a revolta dos malês. Foi um gesto de fidelidade a seus legítimos senhores. Para seus irmãos

negros, o gesto dela não passou de traição covarde. O certo é que os escravos, em sua imensa maioria foram obrigados a renunciar à fé dos seus antepassados para se fazerem católicos. O catolicismo lhes foi apresentado como incompatível com as crenças e as celebrações africanas. Não se salvava nada. Tudo era diabólico e devia ser abandonado. Para ser católico era necessário deixar de ser negro o que significava renunciar a suas raízes culturais.

## LIBERDADE DE CULTO É PARA NEGRO TAMBÉM?

Mesmo depois da Abolição e já neste século vinte, forças policiais eram encarregadas de identificar locais secretos de celebração de culto aos Orixás e aos Ancestrais. Em 1996, quando iniciei meu ministério na Paraíba, ouvi mais de uma vez o capelão militar narrando façanhas de policiais que, conduzidos por ele, foram surpreender algum terreiro que funcionava clandestinamente alta noite. Tudo era quebrado e os responsáveis conduzidos à delegacia onde se iniciava o processo-crime contra eles.

Nessa época foi apresentado um projeto de Lei na Assembléia Legislativa da Paraíba concedendo liberdade de exercício público aos chamados cultos africanos. Os católicos, de modo especial o clero, esperavam que eu interferisse junto aos Deputados para que o projeto de lei não fosse aprovado. Não interferi. Os Deputados, provavelmente temendo as conseqüências negativas que a aprovação pudesse trazer-lhes nas urnas, não votaram o projeto o que teve como conseqüência sua retirada da pauta por decurso de prazo. Neste caso, caberia ao Governador do Estado aprová-lo ou não. Esperavam os católicos minha ação junto ao Governador para que ele não aprovasse. Não fiz nenhuma gestão e, para alegria de todos os adeptos da Religião dos Orixás, o Governador João Agripino transformou em Lei o projeto. Desde então, os terreiros gozam na Paraíba dos mes-



mos direitos atribuídos aos demais grupos religiosos, não importando a denominação.

Este é apenas um exemplo da discriminação a que estavam sujeitos (e ainda estão) os descendentes de africanos no Brasil. Nisso esteve muito envolvida nossa Igreja. Se a intolerância atingia até outros cristãos não-católicos e se estendia aos judeus o que se poderia prever para os praticantes de religiões indígenas e africanas reconhecidas como pagãs e satânicas? Os espanhóis foram igualmente (ou mais) implacáveis na conquista do México com relação à religião dos astecas.

## A BOÇALIDADE DO NEGRO

*“Uns chegam ao Brasil muito rudes e fechados e assim continuam por toda a vida... A gente nascida no Brasil não ser-*

*vê para a Companhia, pela natureza e inclinação... Os frades bentos têm especial excomunhão ipso facto de não receberem nenhum nascido naquelas partes”* (Antonil e Serafim Leite citados em História da

## DEMOCRACIA RACIAL?

Por ocasião do I Encontro de Teólogos do Terceiro Mundo realizado em São Paulo, uma teóloga americana do norte me perguntava quantos bispos negros havia no Brasil. Respondi: cinco. Ela se admirou e disse: “Como é possível? Nos Estados Unidos o número de católicos é muito menor do que no Brasil e o número de negros menor também. E nos Estados Unidos, há dezesseis bispos negros”. De fato, ainda que nos Estados Unidos, negros e católicos representem porcentagens bem inferiores às do Brasil e a discriminação contra os negros se mostre incomparavelmente mais violenta, lá os negros puderam organizar-se melhor, tomar consciência de sua identidade e lutar. No Brasil, ao invés, proclama-se em todos os tons a chamada democracia racial: os negros são respeitados contanto que “saibam

reconhecer seu lugar”. E este lugar continua sendo as senzalas de hoje: as favelas, as periferias e os bolsões de miséria.

BOLEAS VOGAÇÕES NUM



co e nas Forças Armadas, a contradição se repete: não há proporção entre a população negra e sua presença em instituições de elite e, especialmente, em postos de comando nessas instituições. O Brasil é um país racista, temos que reconhecer ante as evidências. Mesmo depois da Abolição, houve leis fechando os portos brasileiros à imigração africana. O motivo alegado era a necessidade de branqueamento da população brasileira. Ainda em 1946, há apenas 51 anos, o Decreto-Lei n.º 7976 de 18 de setembro, estabelecia que “os imigrantes serão admitidos de conformidade com a necessidade de preservar e desenvolver o Brasil, na composição de sua ascendência européia” (!)

E a Igreja Católica do Brasil foi uma Igreja racista. Negros não podiam aspirar ao sacerdócio e à vida religiosa porque tinham sangue infecto.

## SINAIS FAVORÁVEIS

Surgiram sempre vozes na Igreja contrárias à escravidão. É verdade que o papa Nicolau V, em 1452, escrevia ao Rei de Portugal: “... nós lhe outorgamos, pelos presentes documentos, com nossa autoridade apostólica, plena e livre permissão de invadir, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e qualquer outro incrédulo ou inimigo de Cristo, onde quer que seja, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades... e reduzir essas pessoas à escravidão perpétua” (Breve Dum Diversitas de 16.06. 1452). É também verdade que esses poderes foram, depois, confirmados por Calixto III (1456), por Sixto IV (1481) e por Leão X (1514), poderes que, depois, foram estendidos aos reis de Espanha. Mas, felizmente, houve também papas que determinaram o contrário e tornaram sem efeito as disposições anteriores favoráveis à escravidão. A Bula *Sublimis Deus* de Paulo III não deixa dúvidas a esse respeito: “Os índios e todos

os outros povos, de todas as raças que poderão vir a ser descobertos pelos cristãos, não devem ser privados de sua liberdade ou da posse de seus bens, mesmo que não estejam dentro da fé em Jesus Cristo. Todos os homens, de todas as raças, deverão gozar de sua liberdade, ser senhores de si mesmos e não será permitido a ninguém reduzi-los à escravidão. Em virtude de Nossa autoridade apostólica, declaramos nulo e sem efeito tudo o que tiver sido feito contrariamente a esta Bula”. Urbano VIII (1639) e Bento XIV (1714) retomaram, reforçaram e ampliaram as decisões de Paulo III. Urbano VIII chega a declarar automaticamente excomungado o católico que escravizasse alguém e Bento XIV manifestava sua tristeza ao saber que o Marquês de Pombal havia proibido, no Brasil, a publicação dos documentos papais que defendiam a liberdade dos negros.

Esta foi a posição oficial da Igreja. Se houve documentos que favoreceram a escravidão, os que a condenaram são mais numerosos e mais bem fundamentados. Sendo mais recentes, revogam as disposições escravagistas contidas nos primeiros.

## TEORIA E PRÁTICA

Lamentavelmente, porém, “a teoria na prática é diferente”.

Já se aludiu ao fato de que as autoridades civis não permitiam que a população conhecesse a verdade com relação às posições oficiais da Igreja a respeito da escravidão. Por toda parte, os representantes do governo mantinham em vigor disposições já revogadas e se apoiavam nelas para perenizar o sistema condenado pelos papas mais recentes. Se ainda hoje a verdade é camuflada por aqueles que estão no poder, o que não dizer de um tempo em que a comunicação era por demais difícil e morosa. As casas religiosas e as cúrias diocesanas continuavam vivendo do trabalho de escravos e escravas. A justificativa era que se tratava



de costume generalizado. *“Não é escandaloso de pagar as nossas dívidas em escravos, pois eles são a moeda corrente no país, assim como o ouro e a prata o são na Europa e o açúcar no Brasil”* (Carta dos padres jesuítas de Angola, 1593 apud História da Igreja no Brasil - tomo 2, pg. 260 - Vozes 1977) E acrescenta a mesma carta: *“Não podemos não mandar aos padres do Brasil as peças que eles nos pedem para o seu serviço e aquelas que servem a solver as nossas dívidas aos colégios de lá”*.

Nesse contexto, como poderiam as instituições eclesiásticas empenhar-se com seriedade na causa da libertação dos escravos negros? Em resposta às observações de alguns jesuítas que censuravam o fato de se pagarem dívidas enviando escravos, Vieira já sentenciava: *“Sem Angola não há Pernambuco”*. É verdade que, também entre os missionários surgiram vozes condenando a escravidão. Foi o caso do Pe. Gonçalo Leite, da Companhia de Jesus. Segundo ele, *“nenhum escravo da África ou do Brasil é justamente cativo”*. Esse padre foi mandado de volta a Portugal em 1586. Sua posição incomodava e ele foi considerado *“inquieto”*. Outro tanto aconteceu ao Pe. Miguel Garcia (1550-1614) que combateu a existência de escravos nas casas religiosas da Companhia. Foi devolvido a Portugal por ser *“mui afligido de escrúpulos”*.

## IGREJA E ABOLIÇÃO

Como instituição, a Igreja dos séculos 16 a 18 nada fez para extirpar do Brasil a nódoa da escravidão africana. O líder abolicionista, Joaquim Nabuco, escreveu palavras amargas a respeito da participação da Igreja no processo de abolição. Amargas e justas essas observações:

**“Os monges de São Bento alforriaram os seus escravos e isso produziu entre nós uma explosão de entusiasmo... Contudo grande número de padres possuem es-**

**cravos, sem que o celibato clerical o proíba. Esse contato ou antes contágio de escravidão deu à religião, entre nós, o caráter materialista que ela tem, destruiu-lhe a face ideal e tirou-lhe toda a possibilidade de desempenhar na vida social do país o papel de uma força consciente. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja... Nenhum padre jamais tentou impedir um leilão de escravos nem condenou o regime religioso das senzalas. A abolição teria sido obra de outro alcance moral, se tivesse sido feita do altar, pregada do púlpito, perseguida de geração em geração pelo clero e pelos educadores de consciência”.** (J. Nabuco: O Abolicionismo, citado em História da Igreja no Brasil, pg. 263).

## QUEM LUCROU COM A ABOLIÇÃO?

Apesar do idealismo e das boas intenções dos abolicionistas, nem tudo o que se fez e pareceu favorável aos negros foi fruto de uma *“conversão”* por parte da sociedade brasileira. As leis consideradas humanitárias só foram votadas e aprovadas porque favoreciam mais aos senhores de engenho e outros proprietários rurais do que aos escravos. Assim foi a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885). Como o filho da escrava não era mais escravo, o senhor da escrava não tinha obrigações para com ele. Podia exigir tudo da mãe escrava sem a obrigação de lhe dar tempo para cuidar do próprio filho. E como um escravo que atingisse a idade de 60 anos, geralmente não tinha mais condições de produzir, ele passava a dar mais despesas do que lucro. Declarando-o forro por força da lei, seu senhor ficava dispensado de sustentá-lo e podia mandá-lo embora sem nenhum tipo de indenização.

Com a proibição do tráfico negreiro, (1850: Lei Euzébio de Queiroz) não era mais



possível importar escravos novos. Passou a ser mais econômico contratar a mão de obra de assalariados do que utilizar o trabalho de escravos com mais de 35 anos. Eles rendiam cada vez menos e o seu senhor ficava obrigado a mantê-los de comida, alojamento e roupas. Era mesmo melhor abolir a escravidão. Lei Áurea, Isabel, a redentora, 13 de maio de 1888 são nomes e datas pouco ou nada significativos para os afro-brasileiros. Quem lucrou com a abolição da escravatura foram tão somente os produtores rurais que passaram a empregar a mão-de-obra barata de assalariados. Os negros foram declarados livres mas sem casa, sem terra, sem patrimônio, sem nenhum tipo de indenização pelos anos de trabalho, sem nenhuma perspectiva de futuro. Enquanto os agricultores vindos da Europa receberam suas glebas e se tornaram colonos proprietários, os negros forros foram entregues à própria sorte.

## REIVINDICAÇÃO JUSTA

Não é, pois, destituída de razão a pretensão de grupos organizados de negros estarem pleiteando da Nação brasileira alguma indenização pelos serviços prestados por nossos antepassados e pela injustiça praticada contra eles no ato da Abolição. O mínimo a que se pode aspirar é que seja legalizada a posse das terras ainda ocupadas por descendentes dos quilombolas.

## TEMPOS NOVOS

A sociedade evoluiu. E, com ela, a Igreja. Hoje, pela nossa legislação, racismo

racismo. Agora jovens negros já podem aspirar à vida consagrada em qualquer Instituto. Não pode haver mais cláusula que exclua "as pessoas de cor". Não pode haver mais classes de coristas e oblatas dentro do instituto religioso: todos são iguais em tudo exceto no que respeita ao poder de Ordem nos Institutos clericais.

## A CONFERÊNCIA DE PUEBLA

Estas posições foram amadurecendo e aos poucos tiveram traduções práticas. Começou com a Conferência Episcopal Latino-americana realizada em Puebla, México em 1979. Quando o Episcopado brasileiro se preparava para a eleição de seus representantes em Puebla, a imprensa divulgou que entre os eleitos estariam bispos que representariam os interesses dos índios e dos negros. E foram logo indicando os possíveis candidatos: Dom Tomás Balduino, ligado ao CIMI desde sua criação, para os índios, e Dom José Maria Pires, então apelidado de D. Pelé, para representar os negros. Dando fé às especulações jornalísticas, um grupo de negros de São Paulo enviou-me longa carta com sugestões para possíveis intervenções minhas em Puebla. A carta se referia várias vezes ao passado com críticas acerbas à Igreja Católica por não ter se interessado pela situação dos negros no decurso da história da escravidão no Brasil. E terminava com amargura: "O senhor como negro é nosso irmão; como bispo é nosso adversário".

Não fui a Puebla e a questão dos negros não foi abordada em profundidade na Conferência. Mas o documento de Conclusões



fevereiro de 1979. Já no mesmo ano, por ocasião de sua Assembléia Ordinária, o Episcopado brasileiro dá sinais de "atenção evangelizadora libertadora" dos afro-brasileiros. Logo após a Assembléia, a CNBB promoveu, através do COMINA (Conselho Missionário Nacional) uma reunião de alguns bispos e agentes de pastoral negros. Foi um encontro destinado mais a ouvir depoimentos. Ficou logo agendada uma segunda reunião que ocorreu em Brasília. Nela se criou o Grupo de União e Consciência Negra que, a partir daí, assumiu a convocação e a coordenação de futuras reuniões. A CNBB continuou interessada e apoiando mas sem uma interferência direta.

O Grupo União e Consciência Negra adotou como única característica a negritude. Todos os negros eram bem-vindos independente de sua visão de mundo, de suas crenças religiosas ou políticas. Os católicos estavam de acordo com a abertura mas sentiam necessidade de um espaço em que pudessem aprofundar sua fé como negros. Os APN (Agentes de Pastoral Negros) foi a solução encontrada. A organização dos APN se estende por várias dioceses do Brasil.

Outras tentativas de organização têm surgido em nível regional e nacional: Quilombos, Encontros Nacionais de Padres, Bispos e Diáconos Negros, Grupo de Reflexão de Religiosos Negros e Indígenas (GRENI), Instituto MARIAMA (IMA).

## A CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 1988

A grande promoção da Igreja do Brasil em favor dos negros foi a Campanha da Fraternidade de 1988. O lema: **OUVI O CLAMOR DESTES POVO**, inspirado em Êxodo 3,7, já é um grito de reconhecimento e de apoio ao esforço que os negros sempre fizeram para sair da escravidão e para superar o preconceito racial tão vivo contra eles. Teólogos e pastoralistas negros foram con-

vidados a dar sua contribuição na elaboração do texto-base da Campanha.

Nem tudo, porém, foi tranquilo. Houve Diocese que não aceitou o texto-base da CNBB e elaborou seu próprio texto e slogan. E houve outras que não deram importância ao tema ou o julgaram inoportuno e não fizeram nada para que a Campanha tivesse êxito. São sinais de que o racismo ainda está muito presente mesmo em esferas eclesiais. Na maioria das Dioceses o tema foi abordado com interesse e foi ocasião de reflexão e de conversão. Os frutos continuam sendo recolhidos.

## CONTRIBUIÇÃO DO NEGRO À EVANGELIZAÇÃO INCULTURADA

A Campanha da Fraternidade/88 fez um bem imenso à Igreja. À semelhança do que ocorrera com o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) que influenciou poderosamente na mudança de métodos na evangelização dos indígenas, aqui também a Igreja passou a considerar os valores da cultura africana, valores de que são portadores os descendentes dos que aqui chegaram como escravos. Essa cultura é um dos elementos mais fortes na formação da brasilidade. Foi a mãe preta que transmitiu ao sinhozinho branco, com seu leite, sua visão do mundo. Até o modo de acariciar, de manifestar bem-querer tem sabor africano. Em que região do mundo, fora da África, se aprendeu a fazer cafuné e a abraçar como no Brasil? As comidas do povo têm sabor africano, as danças, especialmente o samba, nos foram ensinadas pela Mãe África. Nossa linguagem não imperativa, nossa maneira de dar ordens perguntando, nossa capacidade de acolhimento tudo tem sabor africano. Hoje o esforço de evangelização dos índios começa pelo respeito à sua cultura. Com os negros é um pouco diferente tendo em vista que somos muito mais numero-



dos do que os indígenas e que nossos antepassados tiveram na formação do Brasil uma influência mais marcante. O índio não aceitou ser escravizado. O negro já chegou aqui reduzido à escravidão. O índio esteve pouco em contato com as crianças, filhos dos colonizadores, geralmente não cuidavam da cozinha, da arrumação da casa dos invasores de suas terras. Os índios não formavam verdadeiras co

de ser negro e adotar a maneira, os costumes, o modo de falar e de orar dos brancos. Quando visitei pela primeira vez o sertão parai-bano, fui apresentado a uma senhora muito piedosa. O sacerdote sertanejo que me acompanhava disse-lhe: "D. Fulana, a Sra. está vendo pela primeira vez um bispo negro". Ela me olhou um tanto constrangida, olhou para o sacerdote e afirmou: "Pe. X, ele pode



## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. O autor começa o seu artigo com esta afirmação: "Negro não é inferior a ninguém. Também não é superior: é diferente. No Brasil, o ser diferente do negro foi considerado como ser inferior". Você concorda com esta afirmação? Procure debater em comunidade os seus argumentos.
2. O artigo enfoca com grande pertinência a contribuição do negro à evangelização inculturada. Este é hoje um tema de enorme atualidade. Depois de uma leitura atenta do texto, procure discutir com seus irmãos (suas irmãs) de comunidade o assunto.
3. Outra importante questão ventilada no artigo é a que trata das "poucas vocações num país tão católico". Medite sobre esta questão e procure partilhar na comunidade seus sentimentos e suas idéias.



# CRISTOLOGIA EM CONTEXTO DE CONFLITO.

## O CASO MATEUS

Pe. Jaldemir Vítório S. J.

Para Mateus, JESUS está em perfeita sintonia com a tradição de Israel, mas rompe com a história passada e é superior a todos os seus grandes atores.

### INTRODUÇÃO

A cristologia mateana foi gestada num contexto crítico de perseguição e dificuldade enfrentadas pela comunidade cristã. As relações tensas com a sinagoga judaica, empenhada em refundar o judaísmo dilacerado pelos romanos, punham em xeque a fé dos discípulos de Jesus. Multiplicavam-se os questionamentos, para os quais se exigiam respostas: Quem é este Messias cuja causa abraçamos e por cujo projeto sofremos? É correto renunciar à fé de nossos pais para trilhar um caminho novo? A fé cristã consiste, necessariamente, na negação de tudo quanto cremos até agora? Que vantagens advêm da opção por Jesus? Seria mais de acordo com a vontade de Deus submeter-se às exigências dos líderes da sinagoga? O elenco de perguntas poderia estender-se.

Mateus atua como um autêntico “pastor de almas”, como o definiu Wilhelm Pesch, solidário com a comunidade em crise e em-

penhado em ajudá-la a superar os desafios interpostos à sua fé. A busca de compreender a pessoa de Jesus redundava, em última análise, no esforço de compreender a própria comunidade, sua identidade e missão, a ponto de cristologia e eclesiologia estarem intimamente correlacionadas.<sup>1</sup>

A cristologia de Mateus leva a sério a origem judeu-cristã dos membros da comunidade, leitora primeira e privilegiada (*the implied reader*) de seu texto. São muitos os indícios deste fato: a explicitação da identidade de Jesus confrontada com os grandes personagens da história veterotestamentária; o paralelo estabelecido entre a história de Jesus e a história de Israel; o recurso ao Antigo Testamento como chave de interpretação da vida de Jesus, literariamente apresentado nas “citações de cumprimento”; a identificação de Jesus com determinados títulos, cuja compreensão dependia da tradição religiosa judaica. O trabalho realizado pelo evangelista, considerando as fontes à sua disposição para a elaboração de sua cristologia, visa reforçar a fé de uma comunidade teologicamente ligada à sua matriz judaica.

O objetivo do evangelista é claro: reforçar a fé dos membros de sua comunidade, de modo a estarem aptos para testemunhá-la com destemor. Afinal, foi-lhes confiada a ingente missão de levar o Evangelho até os confins da terra (Mt 28,19).

1. “O evangelista Mateus apresenta a imagem ‘eclesiástica’ de Cristo na discussão com o judaísmo” (Gerhard SCHNEIDER, *Cristologia del Nuovo Testamento*. Brescia: Paideia, 1994, 2ª edição, p. 40).







será grande a vossa recompensa nos céus, pois foi assim que perseguiram os profetas, que vieram antes de vós”.

A rebeldia cristã contra o movimento de Jâmnia gerou sérias conseqüências para os cristãos. A iminência de serem expulsos da sinagoga, como efetivamente aconteceu (cf. Jo 9), era de extrema gravidade. Era como se lhes cassasse a cidadania, e fizesse deles apátridas. Negar-lhes a condição de judeus significava tirar-lhes o chão debaixo dos pés. Era preciso agir com rapidez.

Neste contexto conflitivo, o teólogo Mateus assumiu a tarefa de ajudar sua comunidade a repensar a sua fé e, com ela, a pessoa de Jesus Cristo.<sup>3</sup> Sendo a sua comunidade formada, em larga escala, por cristãos provindos do judaísmo, era preciso ajudá-los a repensar a identidade cristã, por um lado, conectando-a com a tradição religiosa judaica, por outro, rompendo com ela, pela afirmação da novidade cristã (Mt 9,16-17; 13,52). O evangelista leva a cabo esta tarefa insistindo em alguns pontos fundamentais: (a) os cristãos não são judeus renegados, antes, são o verdadeiro Israel, formado a partir da ação messiânica de Jesus Cristo<sup>4</sup>; (b) os cristãos não se sublevaram contra a tradição religiosa judaica, pelo contrário, com a ajuda do Messias Jesus, radicalizaram-na por lhes

ter sido revelado o verdadeiro sentido, correspondente ao querer do Pai; (c) a Igreja é a verdadeira continuadora da antiga tradição religiosa judaica, em lugar da sinagoga<sup>5</sup>; (d) apesar de Israel ter sido o destinatário privilegiado do Reino, por determinação pessoal, insurgiu-se contra o Messias, recusando-se a acolher sua palavra, a ponto de eliminá-lo por meio da morte de cruz (Mt 21,33-45).<sup>6</sup>

A cristologia mateana originou-se neste ambiente conflitivo de controvérsia, e teve a finalidade precisa de elaborar, num contexto marcadamente judaico, os ensinamentos a respeito da pessoa de Jesus, a partir de categorias oferecidas pelo judaísmo. Esta era a linguagem possível de ser entendida pela comunidade.<sup>7</sup>

## 2. JESUS CONFRONTADO COM OS GRANDES PERSONAGENS DO ANTIGO TESTAMENTO

Os grandes personagens da história de Israel serviram de referência para o evangelista no seu afã de elucidar a identidade do Messias Jesus. A compreensão da vida e do ministério de Jesus ficava facilitada, pois seus leitores conheciam muito bem a antiga tradição histórica do povo e, a partir dela,

3. Cf. Graham N. STANTON, "Matthew's Christology and the Parting of the Ways", in J. D. G. DUNN (ed.), *Jews and Christians. The Parting of the Ways A. D. 70 to 135*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1992, pp. 99-116.

4. Sean FREYNE refere-se à Igreja, como Mateus a entendia, como "o Israel alternativo", "uma alternativa ao Israel infiel" (cf. *A Galiléia, Jesus e os Evangelhos*. Enfoques literários e investigações históricas. São Paulo: Loyola, 1996, p. 82-83).

5. Cf. Wolfgang TRILLING, *El Verdadero Israel*. Estudio de la teología de Mateo. Madrid: Fax, 1974.

6. Rafael AGUIRRE apresenta 6 argumentos para mostrar que "a ruptura entre a comunidade de Mt e o judaísmo fariseu já tinha sido consumada tanto sociológica quanto teologicamente": (a) a comunidade está centrada na pessoa de Jesus e não na Lei; (b) fala-se em *ekklesia*, como o verdadeiro povo de Deus, distinto da sinagoga; (c) Mt 21,43 contém uma clara teologia da substituição; (d) o termo "judeu" (Mt 28,15) é usado de forma depreciativa; (e) a comunidade de Mateus está aberta para os pagãos; (f) o evangelho foi escrito num momento em que os cristãos sofriam a perseguição do judaísmo farisaico (cf. "La comunidad de Mateo y el judaísmo", *Estudios Bíblicos* 51 (1993) 247).

7. "O Cristo mateano afronta-se com um judaísmo que constitui frente unida, hostil e irrevogavelmente emperdada. Este grupo monolítico é dominado pelos fariseus, dentre os quais se recrutam doravante os escribas. Esta imagem do judaísmo que Mateus traça não é produto da imaginação; corresponde às características do judaísmo rabínico de obediência farisaica, único sobrevivente da crise de 70 e, daí por diante, interlocutor exclusivo da Igreja" (Jean ZUMSTEIN, *Mateus, o teólogo*. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 27).











investe Jesus na condição de Messias, conferindo-lhe seu Espírito que, em forma de pomba, veio pousar sobre ele (Mt 3,16).

A melhor maneira de compreender a vida e a missão de Jesus é considerá-la a partir de sua vertente profética. Nele estão concentrados a fidelidade a Deus, a coragem, o zelo incansável, característicos dos antigos profetas de Israel. Ele pode ser considerado o profeta por excelência.

A comunidade mateana, por conseguinte, tinha argumentos para evitar deixar-se inferiorizar pela pressão sofrida pela sinagoga judaica. O processo de ruptura não faria dela uma espécie de filha rejeitada do judaísmo, pois, na pessoa de Jesus, concentrava-se e plenificava-se toda a riqueza da história do antigo Israel, a começar pelos grandes protagonistas desta história.

### 3. A VIDA DE JESUS REPENSADA A PARTIR DA TRADIÇÃO DO ÊXODO

Um segundo expediente do evangelista consistiu em reler a história de Jesus e a da comunidade por ele fundada tendo como referencial a tradição do êxodo. Este fato marcou definitivamente a história do povo de Israel, podendo ser definido como sua experiência fundante. No contexto do êxodo, Israel experimentou a presença providente do Deus-libertador; entrou em relação de Aliança com ele; foi conduzido na longa marcha pelo deserto, quando, apesar de suas infidelidades, experimentou o perdão misericordioso de Javé; recebeu como herança uma terra, na qual devia estabelecer-se e efetivar um projeto de vida fraterna, sem opressores nem oprimidos, compatível com o querer divino. A identidade do povo forjou-se a partir destes elementos históricos. Por conseguinte, quando o evangelista de-

frontou-se com a tarefa de repensar a pessoa de Jesus a partir da tradição judaica, forçosamente viu-se obrigado a reinterpretar todos os elementos constitutivos da história do povo bíblico, desde os seus primórdios.

Mais uma vez lançou-se mão do *midrash haggadá*. O trabalho centrou-se na tradição do êxodo reinterpretada na perspectiva de Jesus.

1. *Javé é o Pai de Jesus*. Detenhamo-nos no evangelho da infância (Mt 1-2).<sup>12</sup> O Pai é o personagem principal na história do nascimento de Jesus e, *a fortiori*, de sua comunidade, como Javé havia sido na epopéia do êxodo. A vida de Jesus decorre sob os auspícios do Pai, como acontecera com o povo de Israel no Egito, protegido por Javé. Desta forma é interpretada a concepção virginal: o Pai, pela força do Espírito Santo, gera o Filho Jesus (Mt 1,18.20). Israel também pode se considerar de origem divina. Ele, diferentemente dos demais povos, existe pela vontade de Javé.

Os personagens implicados na cena do nascimento agem sob a orientação do Pai. Em sonho, José foi orientado para receber Maria, como esposa, apesar de sua gravidez inexplicada (Mt 1,20); foi-lhe revelada a missão a ser desempenhada pelo menino: ser o salvador do povo (Mt 1,21). No contexto da fuga para o Egito, também em sonho, José foi instruído a partir com "o menino e a mãe", e permanecer no estrangeiro, até segunda ordem (Mt 2,13). E, quando mudou a situação foi orientado a regressar para a terra de Israel (Mt 2,19).

A participação dos magos no evento do nascimento de Jesus desenrolou-se sob a orientação divina. Guiados por uma estrela, puseram-se em busca do recém-nascido rei dos judeus (Mt 2,2.7.9.10). Por meio de sonhos, foram orientados a evitar o reencontro com Herodes, e voltar à sua terra por outro caminho (Mt 2,12).

12. Cf. G. BARBAGLIO, "O Evangelho de Mateus", in VV. AA., *Os Evangelhos (I)*. São Paulo: Loyola, 1990, pp. 82-86.



A característica, tanto da atitude de José quanto da dos magos, foi a total obediência às ordens recebidas de Deus. Embora fosse incapaz de compreender o sucedido, "José fez como fora orientado pelo anjo e acolheu sua mulher" (Mt 1,24). Quando foi mandado fugir para o Egito, partiu em plena noite (Mt 2,14). E voltou para a sua pátria logo após ter sido mandado (Mt 2,21). Por sua vez, os magos seguiram a estrela sem interpor dificuldades. Ela lhes

numa tentativa de reduzir o povo à total esterilidade (Ex 1,16.22). Entretanto, as parteiras encontraram uma maneira de burlar a ordem tirânica (Ex 1,17-19). Moisés escapou da morte devido a um estratagema de sua mãe e de sua irmã (Ex 2,1-4). Igualmente Herodes montou uma trama para eliminar o menino Jesus. Secretamente pediu aos magos um minucioso relato dos acontecimentos relacionados com a estrela (Mt 2,7.16), e indicou-lhes o caminho para Belém,



onde teve início a história de Israel enquanto povo de Deus.

Como Moisés liderou a marcha da libertação do antigo Israel, Jesus lideraria a formação do verdadeiro Israel, refazendo as grandes etapas do passado. O batismo de Jesus foi correlacionado com a travessia do Mar Vermelho (Ex 14,15-30). O Israel de Jesus era formado pelos pecadores, vindos a João em busca do batismo, visando a preparação para a iminente chegada do Messias. Fiel à missão recebida do Pai, de ser o salvador do povo, Jesus foi colocar-se na fileira dos pecadores desejosos de serem perdoados. Eles seriam os destinatários privilegiados de seu ministério (Mt 9,12-13). Daí seu prazer em estar com as pessoas cujas vidas ou profissões tornavam-nas impuras e indignas de conviverem com as demais. Os marginalizados e os excluídos constituíam o núcleo do verdadeiro Israel.

Diferentemente de Moisés, Jesus era o Filho de Deus. "Este é o meu Filho amado, em quem encontro alegria" (Mt 3,17) é a declaração vinda do céu para expressar a aprovação divina de tudo quanto Jesus haveria de fazer. Desta forma, ficava estabelecida a originalidade de Jesus em relação ao líder do passado. A designação de Jesus como "Filho" apontava para a total obediência e submissão a Deus, no cumprimento de sua missão. E, também, para a radical sintonia entre o querer de Jesus e o querer do Pai. Quem se dispusesse a segui-lo, estaria em boas mãos.

A experiência de ser tentado no deserto (Mt 4,1-11) está correlacionada com a caminhada do povo rumo à Terra Prometida. "Jesus foi levado pelo Espírito para o deserto" como, outrora, Javé conduziu Israel pelo deserto. A passagem de Jesus pelo deserto teve a finalidade de submetê-lo ao crivo da provação, de modo a com-

provar sua fidelidade ao Pai. Também a longa e penosa marcha, sob a liderança de Moisés, foi entendida como tempo de provação da fidelidade do povo. O período de quarenta dias e quarenta noites, durante o qual Jesus jejuou no deserto, corresponde aos quarenta anos de caminhada do povo (Nm 14,34; Dt 8,2.4; Sl 95,10).<sup>14</sup>

Diferentemente do antigo líder, Jesus manteve-se firme diante do tentador, sem ceder a seus caprichos. Quanto a Moisés, num momento de dificuldade, chegou a duvidar de Javé, tendo, por isso, sido castigado com a pena de não introduzir o povo na terra prometida pelo Senhor a seu povo (Nm 20,12).

As tentações de Jesus encontram paralelo nas tentações do povo. (a) Tendo sentido fome, o diabo sugeriu-lhe transformar pedras em pães (Mt 4,2-3). No passado, a experiência de fome levou o povo a desejar não ter saído do Egito, "quando nos sentávamos junto às panelas de carne e comíamos pão com fartura!" (Ex 16,3). O povo esquecera-se: "nem só de pão vive o ser humano, mas de toda palavra que sai da boca de Deus" (Dt 8,3; Mt 4,4). É ilusório buscar soluções por conta própria. (b) A tentação de jogar-se do ponto mais alto do templo (Mt 4,5-6) tem a ver com a experiência do antigo Israel quando, na caminhada pelo deserto, constantemente colocava Deus à prova, para testar sua capacidade de interferir em favor do povo. O episódio de Ex 17,1-8 é tão exemplar, a ponto de o lugar onde se passou ter recebido o nome de Massa ("tentação") e Meriba ("contestação"). Daí a recomendação de Dt 6,16: "Não tenteis o Senhor vosso Deus, como o tentastes em Massa" (cf. Sl 95,8). (c) A tentação de prestar culto ao Diabo, para obter seus favores (Mt 4,8-10) está em paralelo com a tentação do antigo Israel de bandear-se para deuses

14. Quando recebeu as tábuas da Lei, Moisés passou 40 dias e 40 noites no meio da nuvem, no alto da montanha (Ex 24,18), onde permaneceu em jejum (Ex 34,28; Dt 9,9.18).



estranhos, junto aos quais esperava obter a segurança desejada (Ex 23,23-24). Daí a exortação do Dt 6,13-14: “Temerás o Senhor teu Deus, a ele servirás e pelo seu nome jurarás. Não seguirás outros deuses, dentre os deuses dos povos vizinhos”. A novidade de Jesus consiste em não ter sucumbido diante da tentação. Pelo contrário, a firmeza com que as defrontou foi um claro indício de como seu coração estava firmemente centrado no Pai, diferentemente do sucedido com Moisés e com o povo liderado por ele.

A terceira tentação comporta um outro detalhe, pelo qual Jesus é confrontado com Moisés. No final de sua vida, foi concedido a Moisés contemplar, do monte Nebo, a Terra Prometida em toda sua extensão, na qual estava impedido de entrar (Dt 34,1-4). O verdadeiro Moisés – Jesus – também contemplou “todos os reinos do mundo” (Mt 4,8). De tudo isto ele tomaria posse, não pelo poder do Diabo, e sim, pelo poder do Pai – “Todo poder me foi dado no céu e sobre a terra...” (Mt 28,18). Portanto, não estava fadado a repetir a mesma experiência de Moisés, e haveria de tomar posse da Terra Prometida, que pode ser identificada com o Reino a ser instaurado por seu ministério (Mt 4,17).

O início do ministério de Jesus (Mt 4,17) pode ser colocado em paralelo com a experiência do antigo Israel no processo de ingresso na Terra. De todas as partes acorrem multidões, trazendo seus doentes e pessoas atribuladas por toda espécie de opressão, atraídas pela pregação de Jesus (Mt 4,23-25; 9,35). São os primórdios do verdadeiro Israel.

Este processo de releitura da história de Israel, no contexto do êxodo, abarca também Mt 8-9. Neles estão concentrados

10 milagres de Jesus evocando as 10 pragas do Egito que precederam a libertação do povo.<sup>15</sup> Esta seção, portanto, dá continuidade ao *midrash haggadá* do êxodo já encontrado nas seções anteriores. O Jesus apresentado em Mt 5-7 como o verdadeiro Moisés concedendo a verdadeira Lei ao verdadeiro Israel, é apresentado em Mt 8-9 como o verdadeiro Moisés pelo qual se manifesta o poder libertador do Pai em favor do verdadeiro Israel. Este é o motivo pelo qual curou o leproso (Mt 8,1-3), os paralíticos (Mt 8,5-14; 9,1-8), a sogra de Pedro atribulada pela febre (Mt 8,14-15) e a mulher vítima de uma hemorragia (Mt 9,20-22); libertou os endemoninhados (Mt 8,28-34); recobrou a vista dos cegos (Mt 9,27-31). E mais, subjuguou as forças incontroladas da natureza, indicando a total abrangência do seu poder (Mt 8,23-27).

#### 4. JESUS INTERPRETADO À LUZ DA CITAÇÕES VETEROTESTAMENTÁRIAS

O evangelista serve-se de uma fórmula fixa para relacionar a vida de Jesus com textos veterotestamentários: “Para que se cumprisse o que o Senhor disse por meio do profeta”. São 12 as ocorrências desta fórmula, das quais 4 só no evangelho da infância (Mt 1,22; 2,15.17.23). São as chamadas “citações de cumprimento”.<sup>16</sup> Para evitar mal-entendido, é preciso explicitar bem o significado desta expressão.

O verbo *cumprir* traduz o verbo grego *pleróo*. Uma forma equivocada de entendê-lo seria referi-lo a uma espécie de programa de vida previsto já no Antigo Testamento, para ser posto em prática por Jesus, numa linha de previsão-realização. Neste caso, a vida de Jesus seria transformada

15. Cf. B. T. VIVIANO, “The Gospel according to Matthew”, in *The New Jerome Biblical Commentary*. London: Geoffrey Chapman, 1993, 2ª ed., p. 647.

16. Mateus é o evangelista que mais recorre ao Antigo Testamento. No seu evangelho, encontram-se 70 citações ou alusões vétero-testamentárias, em Marcos, 18, em Lucas, 19 e em João, 12.



numa espécie de “teatro”, onde o *script* previamente conhecido vai sendo executado pelos atores. Na eventualidade de ter sido assim, a vida de Jesus ficaria privada de qualquer importância, pois não teria sido, deveras, um ser humano cuja condição fosse levada a sério. Resultado: sua vida careceria de valor salvífico, sendo incapaz de gerar salvação para o povo (Mt 1,21). Pelo contrário, nada na vida de Jesus tem conotação teatral. Cada experiência e cada circunstância foi vivida de forma radical, a ponto mergulhá-lo no mais trágico e desumano da História. Por ocasião da paixão, chegou a desejar ser livrado pelo Pai do sofrimento (Mt 26,36-46).

Outro engano seria pensar o verbo *cumprir* como se referisse a uma demonstração feita pelo evangelista: o cumprimento da profecia veterotestamentária é verdadeiro, porque Jesus agiu conforme o previamente anunciado. O Antigo Testamento, neste caso, resumir-se-ia a um amontoado de textos, donde o evangelista foi pescando frases, segundo a sua conveniência, para demonstrar a messianidade de Jesus. Na verdade, o interesse do evangelista era bem outro. Sua liberdade em relação ao texto do Antigo Testamento é patente. Ele adaptou o texto antigo ao seu esquema teológico. Basta comparar Mq 5,1 com Mt 2,6. Chega a citar um texto ausente do Antigo Testamento (Mt 2,23). A citação do Sl 78,2 em Mt 13,35 é desajeitada, pois nada no discurso parabólico comporta uma “revelação de coisas escondidas desde a fundação do mundo”. Seus leitores, bons conhecedores das Escrituras, logo se dariam conta da impertinência da demonstração.

O verbo *cumprir* comporta uma dinâmica muito mais rica e sutil do que, à primeira vista, possa aparentar. Por ocasião do batismo, dirigindo-se a João Batista, Jesus afirma ser necessário “cumprir toda a justiça” (Mt 3,15). Quanto à Lei mosaica, Jesus declara não ter vindo para aboli-la, mas para “cumprí-la integralmente” (Mt 5,17). No primeiro caso, trata-se da necessidade de pôr em prática o desígnio do Pai, até às últimas conseqüências, sem interpor dificuldades. Mesmo sem perceber a lógica de sua ação, quando se trata da vontade divina, é dever do ser humano submeter-se humildemente. No segundo caso, Jesus manifesta sua disposição de obedecer a Lei mosaica, porém reformulando-a a partir de uma interpretação radical, de modo a superar a superficialidade da letra e atingir o espírito que a inspirou. Também aqui coadunam-se continuidade, ruptura e superação: a um só tempo Jesus acolhe a Lei como referencial (continuidade), e descobre-lhe sentido e exigências infinitamente superiores a tudo quanto, até então, se pensava a seu respeito (ruptura e superação).

O evangelista tem em mente a unidade dos vários momentos da revelação.<sup>17</sup> Por isso, pode recorrer a textos do passado em vista da compreensão do messianismo de Jesus. O passado oferecia-lhe uma luz para compreender o presente, sem se transformar numa camisa de força a imobilizar a vida de Jesus. O *cumprimento*, neste caso, seria uma forma de plenificação do passado.<sup>18</sup> Por exemplo, a citação de Is 7,14, em Mt 1,23, indica a máxima realização, em Jesus, do fato de Javé ser *Deus conosco*. O Deus que no passado estivera junto a seu

17. “Parece que, para Mateus, não existem dois Testamentos, um cumprindo o outro, da mesma forma, não existem duas Torás, uma antiga e uma nova: Jesus pode reler inteiramente a única Torá e, portanto, reformular os mandamentos sem que, por isso, cessasse de ser a mesma” (Michel QUESNEL, *Jésus Christ selon Saint Matthieu*. Synthèse théologique. Paris: Desclée, 1991, p. 127).

18. Existe um texto ilustrativo do sentido de *pleróo* como plenificação. Trata-se de Mt 13,48. Diz-se aí que, “quando a rede está cheia (*eplerothe*)...” Trata-se do sentido material de ocupação de todo o espaço disponível. Esta é uma excelente imagem para compreendermos o sentido simbólico escondido nas outras ocorrências deste verbo.



povo, em todas as suas vicissitudes (Dt 4,7), em Jesus Cristo, fazia-se solidário com a humanidade pecadora, para além do imaginável. Igualmente a citação de Os 11,1, em Mt 2,15, aponta para a condição de Jesus como Filho de Deus, de forma eminente, infinitamente superior à filiação do antigo Israel. A referência ao profeta Isaías (Is 42,1-4), em Mt 12,17-21, é um claro indício de que, no seu ministério, Jesus revela ser o Servo amado e querido por Deus, muito mais do que o profeta poderia prever. O Servo de Javé, referido no passado pelo profeta Isaías, serve de referência para entender a vida de Jesus. Porém, é mister ir além da descrição do profeta, e pensar a identidade do Servo plenificando-se no Messias-Servo, Jesus. Na entrada triunfal em Jerusalém, o evangelista recorreu a um texto do profeta Zacarias, alusivo à humildade do rei ingressando na Cidade Santa, montado numa jumenta e numa jumentinha (Zc 9,9; Mt 21,5). Plenificando as Escrituras, Jesus era o “rei” efetivamente humilde, em perfeita conformidade com o querer do Pai.

Esta concepção mateana permite compreender a história de Jesus como uma forma de retomada da história do Israel bíblico, feita de fidelidade e infidelidade. Porém, em Jesus, ela se torna somente radical fidelidade.<sup>19</sup>

As referências ao Antigo Testamento, em Mateus, são tiradas especialmente da literatura profética. E, desta, mormente de Isaías (Mt 1,22; 4,14; 8,17; 12,17; 13,14; 15,7) e Jeremias (Mt 2,17; 27,9). Esta é, evidentemente, uma pista para entender Jesus segundo o modelo messiânico-profético, também na linha de plenificação: ele é o profeta por excelência.

O confronto de Jesus com o Antigo Testamento possibilitou à comunidade de Mateus compreender sua própria identidade de continuadora da antiga tradição do povo de Israel. As Escrituras atingiam seu pleno significado e valor no testemunho de vida de Jesus. Logo, tornar-se discípulo dele correspondia a assumir a história de Israel e dispor-se a levá-la adiante, mesmo correndo o risco de sofrer a sanção da sinagoga, sempre disposta a excluir os discípulos de Jesus de seus quadros, caso não rompessem com a fé cristã.

## 5. A IDENTIDADE DE JESUS A PARTIR DE SEUS TÍTULOS

Os títulos atribuídos a Jesus constituem uma rica fonte para a compreensão da cristologia mateana.<sup>20</sup> Neste caso, também, o evangelista recorreu à tradição religiosa com a qual se identificavam os membros de sua comunidade para descrever a identidade de Jesus.

O evangelho da infância comporta, implícita ou explicitamente, uma série de titulações de Jesus: “salvador do povo” (Mt 1,21), “Emanuel” (Mt 1,23), “pastor-guia do povo” (Mt 2,6), “filho de Deus” (Mt 2,15), “Nazoreu” (Mt 2,23). Existem, porém, alguns títulos largamente usados ao longo do Evangelho, constituindo-se numa importante chave de leitura da pessoa de Jesus.

### a. Jesus é o Cristo

Jesus é chamado de Cristo (Ungido — Messias) já na abertura do evangelho: “Livro das origens de Jesus Cristo” (Mt 1,1).<sup>21</sup> O vocábulo é retomado mais adiante quando se fala do modo particular como Jesus foi

19. O contraponto da atitude de Jesus verifica-se na dureza de coração dos escribas e fariseus: “Vós plenificais (*plerosate*) a medida de vossos pais” (Mt 23,32). Isto é, existe continuidade entre os antigos israelitas, empedernidos na sua infidelidade, e os contemporâneos de Jesus. Só que estes levam ao paroxismo a insensatez daqueles (Cf. Michel QUESNEL, *op. cit.*, p. 127).

20. Michel QUESNEL, *op. cit.*, pp. 17-64.

21. O título *Christós*, em Mateus, é aplicado 16 vezes a Jesus, sendo que em 12 ocasiões, o texto mateano não encontra paralelo em Marcos.



concebido (Mt 1,18). O título Cristo estava agregado ao nome de Jesus: "Jesus, a quem chamam de Cristo" (Mt 1,16). Pilatos também aplica a Jesus o título de Messias: "Quem quereis que eu solte:... ou Jesus a quem chamam Cristo?... Que farei de Jesus a quem chamam Cristo?" (Mt 27,17.22). O vocábulo *Cristo*, nestas ocorrências, caracteriza a identidade humana de Jesus.

Quando Pedro confessa ser Jesus "o Cristo" (Mt 16,16), relaciona-o com a esperança messiânica judaica. Ele é o Messias, cuja vinda haveria de selar o fim da história de Israel, e marcar o início dos novos tempos, nos quais o projeto de Deus seria, de fato, o parâmetro da vida de Israel. Para o evangelista, isto deveria acontecer na comunidade a ser fundada pelo Messias. De fato, a partir da confissão messiânica de Pedro, Jesus prometeu organizar sua Igreja — *ekklesia*, destinada a ser o povo do Messias Jesus. A comunidade do Messias Jesus desconheceria fronteiras de raça, nação ou língua. Daí ter ordenado a seus discípulos irem pelo mundo todo e fazerem discípulos a todos os povos da terra (Mt 28,19).<sup>22</sup>

A mentalidade religiosa da época descrevia o Messias segundo variados modelos. Havia três correntes principais: uma identificava-o como um *rei* fiel, outra, como um *sacerdote* fiel e outra, como um *profeta* fiel. Jesus recusava-se a ser enquadrado nestas categorias, e teve dificuldades para fazer seus discípulos mudarem o modo de pensar a respeito dele. Seu esforço parece não ter surtido os efeitos desejados.

## b. Jesus é o Filho de Davi

A expressão *Filho de Davi* tem forte conotação messiânica.<sup>23</sup> O título *Cristo*, por si, é vago. Chamar Jesus de Filho de Davi significava especificá-lo na linha de um messianismo político, inspirado no rei de outrora, a cuja descendência foi prometido existir para sempre (2Sm 7,16).<sup>24</sup>

Jesus mesmo reconhece a inconveniência deste título para seu projeto de Reino, e o recusa. Embora pudesse ser chamado de Filho de Davi, por ser filho de "José, filho de Davi" (Mt 1,20), em Mt 22,41-46, servindo-se do Sl 110,1, procurou demonstrar a impossibilidade de o Messias ser Filho de Davi: "Se Davi chama-o de Senhor, como pode ser seu filho?" (v. 45). Se, por um lado, era importante ser Jesus um davídico — a genealogia procurou provar isto (Mt 1,1-17) —, por outro, Jesus viu-se forçado a combater a esperança equivocada dos discípulos. Era inútil contar com um golpe dado por ele, com o intuito de restaurar a realeza em Israel (Mt 20,20-23). Seu projeto de Reino passava longe destas pretensões.

A cura dos dois cegos de Jericó (Mt 20,29-34) pode ser interpretada no contexto da tentativa de Jesus de forçar os discípulos a superarem a mentalidade messiânica triunfalista, ligada à figura do rei Davi.<sup>25</sup> Jesus está a caminho de Jerusalém, onde se consumaria sua peregrinação com a morte de cruz. Na saída de Jericó, encontra dois cegos, sentados à beira do caminho. Ao saber que Jesus passava, os cegos puseram-

22. Escrevendo de Jesus que ele é *Christos*, Mateus designa-o por suas origens e pela história do povo de Israel ao qual pertence. O termo exprime, se se pode dizer, as raízes de Jesus. Mas é também a expressão de seu futuro histórico, de sua visibilidade até o fim dos tempos, graças à Igreja do Cristo, fundada sobre o primeiro dentre os apóstolos, contra a qual as forças da morte são impotentes" (Michel Quesnell, *op. cit.*, pp. 22-23).

23. Com o título *Filho de Davi*, Mateus "quer mostrar a seus leitores que, após a ruína do Templo e o fato da incredulidade dos judeus, os cristãos tornaram-se os autênticos herdeiros do povo eleito" (Guy WAGNER, "La filiation davidique de Jésus chez Paul, Marc et Matthieu", *Études Théologiques et Religieuses* 66 (1991) 420).

24. Jesus é chamado *Filho de Davi* 8 vezes, no evangelho (Mt 1,1; 9,27; 12,23; 15,22; 20,20.31; 21,9.15).

25. Embora se tenha afirmado que Mateus apresenta Jesus como o "Filho de Davi terapeuta" (cf. Dennis C. DULING, "The Therapeutic Son of David: An Element in Matthew's Christological Apologetic", *New Testament Studies* 24 (1978) 392-410), é preciso cuidar para não reduzi-lo a um milagreiro qualquer.



se a gritar: “Filho de Davi, tem compaixão de nós!” Esta súplica revela uma concepção tradicional de Messias glorioso, de quem se esperava a cura dos cegos (Is 29,18). Quando, porém, se encontram com Jesus, passam a chamá-lo de “Senhor” (*Kyrios*), revelando uma visão de fé compatível com o pensar de Jesus. Uma vez mudada a mentalidade a respeito de Jesus – de *Filho de Davi a Senhor* —, os ex-cegos estão em condições de subir com Jesus para Jerusalém (v. 34) e, com ele, enfrentar a dura experiência da cruz. Isto deveria acontecer com cada discípulo.

### c. Jesus é o rei dos judeus

Jesus é chamado de “rei dos judeus” em duas ocasiões: (a) Os magos recém-chegados a Jerusalém, puseram em pânico as autoridades da capital ao perguntar ingenuamente: “Onde está o rei dos judeus que acaba de nascer?” (Mt 1,2). O grande rei Herodes ficou perturbado, temendo dever defrontar-se com um concorrente. (b) Por ocasião do julgamento diante do tribunal romano, Pilatos interrogou Jesus: “És tu o rei dos judeus?” Jesus limitou-se a responder: “Tu o dizes!” (Mt 27,11). Quando escarnecido pelos soldados do governador romano, Jesus foi submetido a uma mímica de rei, com coroa, cetro e gestos zombeteiros de adoração: “Salve, rei dos judeus!” (Mt 27,27-31). A zombaria continuou quando já pendia da cruz: “Se tu és Rei de Israel, desce agora da cruz e nós creemos em ti” (Mt 27,42). A inscrição fixada no alto da cruz dava margens para isto: “Este é Jesus, o Rei dos judeus” (Mt 27,37).

A pregação de Jesus foi toda centrada no tema do Reino.<sup>26</sup> Isto deu margem para, até mesmo os seus discípulos, o considerarem um Messias, rei dos judeus, de corte davídico. Daí seu esforço para corrigir esta distorção, minando pela base a tentação mundana

de seus seguidores. Os chefes das nações têm como ideal mostrarem-se poderosos, e os grandes, serem dominadores. No Reino anunciado por Jesus, o grande deve fazer-se pequeno, e o primeiro, tornar-se escravo de todos. Jesus pretendeu apresentar-se como modelo desta nova mentalidade, sendo o Filho do Homem, que “veio, não para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate pela multidão” (Mt 20,25-28).

### d. Jesus é o Filho de Deus

A definição de Jesus como Filho de Deus ocorre já nos capítulos iniciais do evangelho, quando Os 11,1 é aplicado a Jesus: “Do Egito chamei meu filho” (Mt 2,15). Na cena do batismo, o próprio Pai, do céu, proclama a filiação de Jesus: “Este é o meu Filho bem-amado” (Mt 3,17). Afirmção semelhante ocorrerá na cena da transfiguração (Mt 17,5).

Esta é a titulação principal de Jesus. O indício deste fato encontra-se nas contínuas referências de Jesus ao Pai celeste. Este, em última análise, é o personagem central do Evangelho, ponto de referência de toda ação de Jesus e da comunidade fundada por ele. O tentador, sabendo disto, buscará minar este dado fundamental de sua identidade: “Se, de fato, tu és o Filho de Deus...” (Mt 4,3.5). Os demônios reconhecem esta condição de Jesus. Por isso, gritam: “Que existe entre nós e ti, Filho de Deus?” (Mt 8,29). Diante do iníquo tribunal montado para condená-lo, Jesus foi, formalmente, inquirido pelo sumo sacerdote a respeito de sua condição de Filho de Deus: “Eu te conjuro pelo Deus Vivo que nos declares se tu és o Messias, o Filho de Deus” (Mt 26,63). O Crucificado suportou o deboche dos transeuntes que ridicularizavam sua condição de Filho de Deus: “Se és o Filho de Deus, desce da cruz... pois ele disse: ‘Eu sou o Filho de Deus!’” (Mt 27,40-43). Quando

26. O vocábulo *Reino* (*basileia*) ocorre 55 vezes em Mateus, 20 vezes, em Marcos, e 46 vezes, em Lucas.



Jesus expirou, num contexto de teofania, a soldadesca romana proclamou unânime: “Verdadeiramente, este era o Filho de Deus” (Mt 27,54). Idêntica confissão de fé havia sido posta na boca dos discípulos, no episódio da tempestade acalmada (Mt 14,33). Quando os discípulos foram instados a definir quem era Jesus, Pedro adiantou-se e confessou: “Tu és o Messias, o Filho de Deus vivo” (Mt 16,16)

É impossível compreender Jesus se prescindirmos de sua condição de Filho.<sup>27</sup> Num hino de louvor, o Filho Jesus exaltou o Pai pela sabedoria revelada, ao manter-se oculto aos sábios, e manifestar-se aos pequeninos. E mais, o Pai foi glorificado porque entregou tudo nas mãos do Filho Jesus, o único a conhecê-lo e a possuir o poder de fazê-lo conhecido (Mt 11,25-27).

No Antigo Testamento, Israel era o Filho de Deus por excelência: “Então dirás a faraó: ‘Assim fala o Senhor: Meu filho primogênito é Israel’” (Ex 4,22). Doravante, o Filho predileto é Jesus. A ele se deve dar ouvido (Mt 17,5), como no passado o povo devia escutar Javé: “Escuta, ó Israel...” (Dt 5,1). Por meio do Filho Jesus, é possível escutar o Pai, e ter acesso a ele.

## e. Jesus é o Senhor

Dirigir-se a Jesus chamando-o de “Senhor-Kyrios” significa confessar sua condição messiânica, e aderir a ele pela fé, reconhecendo sua divindade.<sup>28</sup> Este título deve ser entendido à luz do mistério pascal, numa forma de retrospectiva de toda a vida terrena de Jesus.

Jesus recusava-se a ser chamado de *Kyrios* por mera formalidade: “Nem todo aquele que me chama de ‘Senhor, Senhor’, entrará no Reino dos Céus” (Mt 7,21-22). No juízo final, haverá de se revelar a profundidade ou a superficialidade da relação com o Senhor Jesus: “Senhor, quando foi que...” (Mt 25,37.44).

No evangelho, só se dirige a Jesus chamando-o de “Senhor” quem, de alguma forma, está disposto a acolhê-lo na fé: os discípulos (Mt 8,21.25; 14,28.30; 16,22; 17,4; 18,21); ou quem lhe dirige uma súplica: o leproso (Mt 8,2), o centurião (Mt 8,6.8), os dois cegos (Mt 9,28), a cananéia (Mt 15,22.25.27), o pai do endemoninhado (Mt 17,15), os cegos de Jericó (Mt 20,30). Este título jamais aparece na boca dos adversários dele.

Jesus evitou atribuir-se o título de “rabi”. Somente Judas Iscariotes chama-o com este título, manifestando sua pouca sintonia com ele. Ao ser descoberta sua perversa intenção de trair Jesus, Judas dirige-lhe a pergunta: “Seria eu, rabi?” (Mt 26,25), quando os demais perguntavam: “Seria eu, Senhor?” (Mt 26,22). Portanto, na pergunta já estava contida uma autodenúncia. “Salve, Rabi!” é como Judas saúda Jesus no Getsêmani (Mt 26,49). Os inimigos de Jesus e as pessoas pouco sintonizadas com ele chamam-no também de Mestre, servindo-se da forma grega, *didáskalos* (tradução do aramaico *rabi*). Por exemplo: o escriba (Mt 8,19), os fariseus (Mt 9,11), escribas e fariseus (Mt 12,38), coletores de impostos (Mt 17,24), o jovem rico (Mt 19,16), os saduceus (Mt 22,23). Quem é discípulo, nunca se dirige a Jesus chamando-o de “mestre”.

27. O título *Filho de Deus* deve ser considerado em estreita conexão com o título *Filho do Homem*. Segundo Jack D. KINGSBURY, “o título Filho do Homem é um termo ‘público’, enquanto o título Filho de Deus é um termo ‘confessional’” (“The Title ‘Son of Man’ in Matthew’s Gospel”, *Catholic Biblical Quarterly* 73 (1975) 200).

28. O vocábulo *Kyrios*, em Mateus, “descreve Jesus, o Cristo, por exemplo, como uma figura mais abalizada do que os judeus pensavam ser o Messias davídico (22,42-45); ou Jesus, o Filho de Davi, como possuindo autoridade para comandar ou curar, ou Jesus, o Filho de Deus, como possuidor de autoridade para ensinar e salvar, ou Jesus, o Filho do Homem, como possuidor de autoridade para dispor do sábado ou para julgar... Quando ele o aplica a Jesus, o título assume, indubitavelmente, uma conotação cristológica” (Jack D. KINGSBURY, “The Title ‘Kyrios’ in Matthew’s Gospel”, *Journal of Biblical Literature* 94 (1975) 255).



O vocábulo *Senhor* corresponde ao hebraico *adon*. Os judeus, por respeito ao nome divino, impronunciável para evitar incorrer em falta contra o segundo mandamento do Decálogo (Ex 20,7; Dt 5,11), ainda hoje dizem “Adonai”, ou seja, *meu Senhor*, quando, na leitura das Escrituras, deparam-se com o tetragrama divino, YHWH. Chamar Jesus de Senhor significa colocá-lo em relação de íntima proximidade com o Javé do Antigo Testamento, a ponto de identificar sua ação e seus ensinamentos com os do Deus de Israel de outrora.

O título *Senhor* é a forma pela qual a Igreja primitiva confessava a divindade do Ressuscitado: “Se, com a boca, confessares que Jesus é Senhor e, com o teu coração, crês que Deus o ressuscitou, tu serás salvo” (Rm 10,9). Ou então, “que toda língua proclame que Jesus é o Senhor, para a glória de Deus Pai” (Fl 2,11). Portanto, “é à luz da experiência atual do Senhor vivo que se recordam as tradições históricas sobre Jesus”.<sup>29</sup>

## f. Jesus é o Filho do Homem

Este é o título aplicado por Jesus a si mesmo, ocorrendo apenas em sua boca. Ele aparece, em Mateus, cerca de 30 vezes.

No Antigo Testamento, a expressão é aplicada por Deus ao profeta Ezequiel, de maneira a frisar sua condição de ser humano frágil, embora tenha sido constituído

constata: “Filho do homem, eu te coloquei como sentinela na casa de Israel” (Ez 3,17; 33,7). Trata-se de uma forma de confrontar a pequenez humana com a grandeza divina. O Sl 8,5 aplica a expressão ao ser humano, também sublinhando sua fragilidade: “O que é um filho do homem, para que tu te preocupes com ele?” Já no livro de Daniel, o Filho do Homem é um personagem apocalíptico-escatológico de difícil identificação (Dn 7,13-14). Esta figura inspirou o autor do Apocalipse na descrição de Jesus ressuscitado, revestido de glória e majestade (Ap 1,13; 14,14).

Como, no Antigo Testamento, a expressão está ligada ao tema da fraqueza e da fragilidade, também no evangelho está ligada ao tema do sofrimento e da morte, reservadas para o Filho do Homem, Jesus. Nos anúncios da paixão, Jesus apresenta-se como o Filho do Homem sofredor (Mt 17,22-23; 20,17-19, e também 26,1).

Entretanto, a paixão e a morte não constituem a palavra final na vida de Jesus, o Filho do Homem. Ele é também o juiz escatológico que, com grande autoridade, submeterá toda a humanidade ao tribunal divino: “Quando o Filho do Homem vier em sua glória acompanhado de todos os anjos, então se assentará em seu trono de glória. Diante dele serão reunidas todas as nações...” (Mt 25,31-32; cf. 10,23; 16,27; 19,28; 24,27). Os filhos de Zebedeu que-



## 6. A APRESENTAÇÃO DE JESUS A PARTIR DA COMPARAÇÃO SINÓTICA

O evangelista Mateus serviu-se de fontes já existentes para elaborar sua cristologia.<sup>32</sup> Comparando o texto de Mateus com o de Marcos e Lucas, é facilmente constatável a maneira como o evangelista retrabalhou as fontes de seu evangelho, visando a cristologia a ser transmitida à sua comunidade. Pretendendo acentuar a majestade e a glória do Cristo, sem abrir mão de sua condição humana, selecionou suas fontes, completou-as, retocou-as e fez outros arranjos literários em função do seu objetivo.<sup>33</sup>

Mateus omitiu tudo quanto pudesse parecer desrespeitoso para com Jesus e o apresentasse de maneira, demasiadamente, humana. Por isso, não mencionou que os familiares dele consideravam-no louco (Mc 3,21); que olhou para quem estava na sinagoga com “olhar de indignação e tristeza” (Mc 3,5/Mt 12,9-14); que começou a apavorar-se por ocasião da paixão (Mc 14,33/Mt 26,36-46).

O evangelista deixou de lado tudo quanto denotasse limitação ao poder e à sabedoria de Jesus, pois o Pai havia-lhe dado todo o conhecimento e todo o poder, em vista do desempenho de sua missão. Daí ter eliminado todas as indicações que eventualmente dessem margem a entender de maneira diferente. Por exemplo, dispensou Mc 1,45, onde se afirma a impossibilidade de Jesus entrar publicamente numa cidade (Mt 8,2-4); Mc 6,5, onde se fala da impossibilidade de Jesus realizar milagres em Nazaré (Mt 13,53-58); Mc 7,24, onde se constata sua incapacidade de passar despercebido, mesmo no estrangeiro (Mt 15,21-28).

Possuidor de conhecimento recebido do Pai, Jesus dispensava os pedidos de esclarecimentos. Isto explica porque o evangelista deixou de lado: Mc 5,9: Jesus não precisa perguntar o nome do Satanás (Mt 8,28-34); Mc 5,30: é desnecessário perguntar pela identidade de quem o tocou (Mt 9,20-22); Mc 6,38: Jesus já conhecia a quantidade de pães que os discípulos traziam consigo, por ocasião da multiplicação dos pães (Mt 14,13-21). E como estas, muitas outras perguntas: Mc 8,12.23; 9,12.16.33; 10,3; 14,14.

Referências consideradas depreciativas de Jesus foram transformadas ou omitidas. Por isso, onde Mc 6,3 diz ser Jesus “o carpinteiro”, Mt 13,55 afirma ser ele “o filho do carpinteiro”; o que em Mc 15,45 é “o cadáver” de Jesus, em Mt 27,58, transforma-se em “o corpo” de Jesus.

O evangelista sublinhou a imediatez dos milagres de Jesus, para evidenciar e engrandecer seu poder taumatúrgico. Quando Jesus dava uma ordem, esta era cumprida no mesmo instante. É só comparar: Mt 8,13/Lc 7,10; Mt 9,22/Mc 5,34; Mt 15,28/Mc 7,30.

É sublinhada também a grandeza dos milagres de Jesus, quando se afirma: ele “curou *todos* os enfermos e *toda sorte* de enfermidade”. Nada podia subtrair-se ao seu poder. É só comparar: Mt 8,16 – “curou *todos*”, Mc 1,34 – “curou muitos doentes... expulsou *muitos* demônios”. O evangelista engrandece o episódio da multiplicação dos pães ao acrescentar à sua fonte a expressão “sem contar mulheres e crianças” (Mt 14,21/Mc 6,44; Mt 15,38/Mc 8,9).

Jesus é apresentado como o líder do grupo de discípulos. Ele vai sempre à frente

32. Pressupomos a *teoria das duas fontes* para explicar a origem dos 1071 versículos que compõem o evangelho de Mateus: 506 versículos proviriam da chamada *fonte Marcos*; 235 versículos proviriam da chamada *fonte*



e toma a iniciativa (Mt 5,1; 8,1; 13,1). Deliberadamente, o evangelista omite os versículos do evangelho de Marcos onde Jesus é quase pisoteado pela multidão à procura de milagres (Mc 2,2; 3,20; 4,1). Isto é incompatível com sua condição de Mestre.

Na polêmica com a sinagoga, esta apresentação de Jesus visava recuperar no coração dos membros da comunidade a alegria de seguir Jesus. Os discípulos corriam o risco de fixar-se na morte de cruz, e estreitar demasiadamente seu horizonte. Sem perder de vista a tragicidade da cruz, o evangelista apresenta Jesus como alguém digno de ser escutado e seguido. Longe de acreditar num fracassado, cujas pretensões messiânicas foram de água a baixo no fato da crucifixão, os discípulos estavam no bom caminho ao confessar sua fé em Jesus.

## CONCLUSÃO

A cristologia de Mateus resultou do esforço de repensar a fé num contexto conflituoso, no qual o teólogo veio em socorro da comunidade em crise, para não sucumbir às pressões do momento. O recurso à tradição veterotestamentária foi o expediente encontrado para fazer-se compreender por seus leitores, em sua maioria provindos do

judaísmo. Tratava-se de ajudá-los a superar sua crise de identidade sociorreligiosa, quando os laços deles com a sinagoga estavam na iminência de serem rompidos definitivamente. Daí ter apresentado Jesus Cristo e sua comunidade em continuidade, ruptura e superação em relação à tradição religiosa dos antepassados. Com esta ajuda, os cristãos foram capazes de sobreviver à crise e abrir-se para a universalidade da fé e da Igreja.

O esforço do teólogo-evangelista Mateus é modelar para os teólogos, os pastores e os catequistas de hoje. A globalização, o neoliberalismo, o materialismo, o pentecostalismo, a modernidade com seus valores e limitações, entre tantos outros fatores, têm incidência direta sobre a fé dos cristãos. Muitos são incapazes de safar-se da crise, e acabam sendo contaminados por sentimentos negativos de desilusão, decepção, revolta, desespero, estando sempre prontos a abrir mão de sua fé. Compete a quem se sente responsável por eles, ajudá-los a encontrar os fundamentos de sua fé, de forma a consolidar sua esperança no Senhor Jesus. Este processo deverá levar em conta a Tradição cristológica, forjada ao longo dos séculos, pelo testemunho de vida de quem se fez discípulo de Jesus e pela reflexão da Igreja, buscando coaduná-la com a linguagem e as categorias dos cristãos e cristãs de hoje.

**QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O**

**DEBATE EM COMUNIDADE**



# JESUS, VERDADEIRO HOMEM

Pe. Marcos de Lima, SDB

Jesus tinha alma humana,  
corpo humano, vontade humana,  
conhecimento humano,  
coração humano.

Mas esta verdadeira natureza  
humana pertence à segunda  
pessoa divina que a assumiu.

Verdadeiro Homem. Filho do Homem, de nossa natureza humana. De nossa raça, com uma psicologia própria. "Ben Adam": homem humano por excelência, em sua historicidade, fragilidade, devir, em seu vir a ser. Sem privilégios, sem exceções. Por isso, fraco e efêmero. Partilha todas as enfermidades humanas, exceto o pecado. A humanidade de Cristo está em todas as páginas do Evangelho. De maneira solene, Mateus e Lucas anunciam as raízes de Jesus na humanidade por meio de uma árvore genealógica, remetendo-o até Adão (Mt 1,1-17; Lc 3,23-38). "Ben Adam", homem genuinamente humano. Filho da estirpe humana, da nossa linhagem, da nossa ascendência.

Homem perfeito, isto é, perfeitamente homem. Consustancial ao homem, contra toda negação monofisita. Indiscutível e total verdade da sua dimensão humana, a PLENITUDE do seu ser homem. Corpo real e alma racional, inteligência e vontade livre, com suas operações específicas. Perfeita realidade da alma e do corpo humanos nas condições históricas de sua existência no espaço e no tempo. Trabalhou com mãos de homem, pensou com mente de homem, agiu com vontade de homem e amou com coração de homem. Nascendo da Virgem Maria, tornou-

se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado (GS 22).

## ATITUDES E EXPRESSÕES DE UM VERDADEIRO HOMEM

Tem fome e sede. Fadiga-se. Faz amizades. Participa de festas. Fica indignado (Mc 10,14). Mostra-se prudente: ouvindo isto (a prisão e a morte de João Batista) partiu dali, de barco, para um lugar afastado (Mt 14,13). Deu livre curso às emoções de seu corpo e de sua alma. Comove-se. Chora.

Ver Deus chorar é constrangedor. Faz chorar também. Semblante triste. Emoção profunda. Não disfarçou as lágrimas. Chorou. Foi simplesmente homem humano (Jo 11,35). Não disfarçou as lágrimas. Lágrimas quentes, silenciosas, espontâneas, solidárias, ardentes. Senhor, ensina-me a chorar. Chora comigo sobre tantos sofredores de rua, sem terra, sem moradia, sem comida, jovens sem perspectiva de futuro. Ensina-me a chorar e chora comigo para, mais uma vez, redimir, transfigurar, plenificar em esperança a quantos jazem nos porões da humanidade: famintos, torturados, presos, doentes, homens, mulheres, crianças. Jesus, chora comigo para salvar tamanha dor e enxuga as lágrimas de todos os rostos.

É tentado. Livrementemente toma a decisão suprema no Getsêmani quando se desenrola em seu íntimo uma luta dramática em que se confrontam a companhia e a solidão, o medo e a serenidade, a coragem de continuar até o fim e a vontade de desistir e fugir. O medo paralisa, bloqueia, imobiliza, torna inoperante e nos fecha em nós mesmos. Não ter medo irracional. O Evangelho é uma mensagem que supera este tipo de medo: medo do além, da morte, da insegurança, da angústia, da natureza, do risco. Busca obsessiva de segurança pessoal, do



que é mais fácil e cômodo. Os ricos e acomodados têm medo de tudo. A libertação do medo faz parte da mensagem do Evangelho.

Apavorou-se por ocasião da paixão (Mc 14,33; Mt 26,36-46). Sua, na expectativa da própria morte. A morte teve sobre ele tal influência que teria preferido voltar atrás. Não se precipitou fanaticamente ao encontro da morte qual comando suicida. Mas a assume radicalmente e faz sua a misteriosa e incomensurável dor da humanidade, o seu cansaço, as conseqüências do pecado sem suprimir nada do que têm de penoso e penitencial, de deprimente e aviltante.

Jesus não se tornou, genericamente, "anthropos", mas "sarx", afirmação forte da realidade da natureza assumida: fraqueza humana, escondimento do divino, fragilidade, debilidade, dependência, transitoriedade, precariedade, renúncia ao poder. Rebaixamento voluntário à forma de escravo (Jo 1,14; Fl 2,7). "Sarx", carne, vínculo, de maneira radical, com a pessoa, assumindo a fraqueza do corpo que envelhece, cansa, adocece, morre.

## RESSURREIÇÃO: UM ACRÉSCIMO DE FORÇA CRIADORA

MORRE na cruz, elemento genuinamente histórico, após ter dado um grande grito e sem ter tido a consolação da resposta do Pai que só se manifestará na aurora da ressurreição, evento trans-histórico, isto é, testemunhado apenas pela fé e na fé. Morre não por acaso, mas por uma causa. MORRE. Obscurecem a dignidade, o senhorio e o poder de Jesus. Uma contradição em sua própria história. Morre como um verme, um amaldiçoado de Deus (Is 53). Com ele morre o Reino. Morto, sepultado, desce ao poço mais profundo, quando, então, Deus lhe dá outra vida. Ressuscita, exalta, glorifica à sua direita e o faz Kyrios, o Senhor Glorificado, Senhor da vida e da morte, do tempo e da história, do mundo e do universo, para que ao seu nome toda a criação se prostre em adoração. A ressurreição é uma manifestação que proclama, de encontro às leis e evidências do mundo

e em oposição às forças do pecado, proclama um acréscimo de força criadora de Deus. Deus ratifica toda a verdade das palavras, das pretensões e práticas e da vida de Jesus. Com sua ressurreição, o próprio Reino ressuscita também. Vive e atua na história.

## INSEPARAVELMENTE: DEUS E HOMEM VERDADEIROS

A divindade suporta a debilidade do corpo e se submete às suas condições. A encarnação é a "kenosis", ou seja, a humilhação, a fraqueza, o esvaziamento, a aniquilação, o despojamento, a limitação do divino. Jesus desceu às zonas mais obscuras da humanidade para sentir o "nosso" como coisa "sua". "Tão humano assim, só Deus" (L. Boff). Em Jesus se manifesta o excesso do humano. Em cada ser humano se revela algo de Jesus. Ele, porém, realizou todas as possibilidades do humano. Jesus é o homem que deu certo. Quando a natureza floresce em toda a sua potencial beleza humana, começa a ser divina. Tão verazmente humana só pode ser divina esta pessoa.

Na encarnação, sem perder o que era (Deus), começa a ser o que não era (Homem), como canta a liturgia das Laudes do dia 1 de janeiro: "Id quod fuit remansit et quod non fuit assumpsit". Jesus entrou real e plenamente neste nosso mundo humano, marcado pelo pecado e pela morte. Entrou decididamente dentro da miséria humana como cumprimento de parte

essencial de suas tarefas. Tornou-se parte deste mundo pecaminoso para tirar dele o pecado e comunicar-nos a santidade de Deus (2Cor 5,21). Esta humanidade de Jesus é a porta de acesso, o caminho novo e vivo (Hb 10,19-20), o itinerário da experiência cristã de Deus, contra todos os docetismos e sutis variações gnósticas. "Tão humano assim, só Deus" traduz lapidamente o dogma de Calcedônia com meridiana clareza. A sua humanidade toma-se a expressão mais elevada de sua divindade. Jesus é o rosto humano do Pai. O humano não ameaça o divino e o divino não esvazia o humano. Nele a divindade encontrou a justa expressão.



## EM PLENITUDE: DEUS VERDADEIRO, VERDADEIRO HOMEM

Jesus é surpreendente. Surpreende a todos e a tudo. Nele se encontram em unidade dois extremos radicalmente distantes e heterogêneos: a natureza divina e a natureza humana, numa só pessoa. A união hipostática, o ser pessoal de Jesus constituído pela subsistência de sua natureza humana na hipóstase do Verbo, não exclui absolutamente o 'ser-homem' formal de Jesus. Implica, pelo contrário, no mais alto grau possível a formal perfeição do ser humano. Em Jesus se realiza o formal 'ser-homem' de maneira sobrenatural. Cristo homem como somente o pode ser Deus. Divinamente Homem. Infinitamente mais do que os olhos poder ver, unidade real das dimensões humana e divina.

Unidade diferenciada, totalidade indivisível, inseparabilidade de dimensões irreduzíveis. Dualidade de natureza, singular unicidade de pessoa, a do Filho Unigênito do Pai. A humanidade de Jesus não tem outro sujeito senão a segunda pessoa da Santíssima Trindade, que a assumiu e fez sua já no momento da concepção no seio da Virgem de Nazaré. Estas categorias dogmáticas: hipóstase, pessoa, natureza, união hipostática, são necessárias para salvaguardar a singularidade única da pessoa de Jesus. Na insuperável fórmula de Calcedônia, o mais completo e autorizado pronunciamento cristológico. Doutrina definitiva. Fora deste caminho, traçado em Calcedônia, impossível elaborar uma cristologia válida.

## EIS O MISTÉRIO DE JESUS

Carne de Maria, descendente de Davi, filho do homem, genealogia histórica, hori-

zontalidade. Concebido do Espírito, Filho do Altíssimo, vindo de Deus, verticalidade. Nele, o humano e o divino estão sempre indivisíveis e inconfusamente unidos. Conjugam--se de modo inseparável. Figura humano-divina na qual a história de Deus e a história do homem se fundem. Em conceitos-limites: divindade, humanidade, união pessoal de duas naturezas, eis a realidade de Jesus na fórmula de Calcedônia. Uma só pessoa, um único princípio de subsistência, sem que ambas as naturezas se separem ou se misturem. Na humanidade de Cristo, tudo deve ser atribuído à sua pessoa divina como ao seu sujeito próprio: os milagres, os sofrimentos, a morte. "Aquele que foi crucificado na carne, nosso Senhor Jesus Cristo, é verdadeiro Deus, Senhor da Glória, Um da Santíssima Trindade" (DS 432).

Sendo Deus, esteve vivo entre nós como Homem. Sendo Homem, não perdeu a autenticidade de seu sentido de origem enquanto Deus. Sem mescla nem distinção: Deus e Homem. Unidade pessoal da humanidade e da divindade. Perfeito Deus. Perfeito homem. Ninguém foi mais homem, melhor homem, do que o Filho de Deus. Jesus foi o homem que deu certo. "Vivia entre as feras" (Mc 1,13), assim quero crer: harmonia acabada entre o instintual, o humano e o divino em exato e perfeito equilíbrio. Plenamente humano e plenamente divino para além do imaginável. Ele não é uma coisa sem a outra. É tão heterodoxo negar a divindade como negar sua humanidade. Se se anula um dos pólos, anula-se o outro e se destrói o fundamento da fé cristã. Deus e Homem: é mais do que matéria de discussão metafísica. É afirmação de amor. Amor oblato que se doa. Dom de si sem retribuição.

Transcrito do livro "Quem é Jesus". Segunda edição. Leia a quarta capa desta revista.

Para se viver com densidade espiritual não comum a vida cristã, Jesus é o tema que não pode sair da moda e do horizonte da pessoa e da comunidade religiosa. Ele é a inspiração. Trata-se de reencontrar para reviver este primeiro e único amor.





Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ  
Janeiro/fevereiro de 1998

Ano novo, coragem nova para catalisar as ressonâncias renovadas de Deus, outras frequências como cantigas de longe que chegam, ecos dispersos nas profundezas do próprio ser. **Deus só não é NOVO para si mesmo.** Uma palavra da moda hoje é reengenharia, a arte da inovação. Começar de novo. Recomeçar. Rever. Repensar. Desaprender. Reestruturar. Aprender de novo. O velho e o novo aparecem sempre entrelaçados entre si. **O novo cresce do velho.** O velho encontra no novo uma explicitação mais plena.

Tudo leva o tempo para o passado.  
Submetendo-se à sua prova, tudo fenece.  
Tudo é finito. Tudo envelhece.  
Tudo flui. Nada permanece.

O que se vê e o que se vive é pela reminiscência e pela imaginação que se revive. Tem valor terapêutico trazer da amplitude profunda do passado e reviver emoções que o tempo atenuou. **A pessoa, mulher e homem, é um animal que recapitula.** Lembra o, que lhe aconteceu. Dá-lhe uma ordem e uma hierarquia. Partilho com você uma lembrança alegre de 1997, um passado ainda sem próximo, que me deu novo alento. Ei-la em dois itens.

1. **QUEM É JESUS.** No dia primeiro de setembro, teve início a circulação da primeira edição deste opúsculo. Em dezembro, já estava esgotada e havia, ainda, procura. Já está pronta a segunda edição levemente aumentada. Editorada, porém, de modo acentuado. **Editorar significa tornar mais facilmente assimilável o conteúdo** mediante recursos técnicos gráficos visuais e redacionais. Adquira o seu exemplar, mesmo se já tiver o exemplar da primeira edição. Vai comparar e compreender que nada haverá para se arrepender.
2. **A EXPERIÊNCIA CRISTÃ DE DEUS NO RETIRO.** No dia 1 de outubro de 1997, estava sendo lançado este livro. No dia 20 do mesmo mês, lhe pedia a renovação de sua assinatura de CONVERGÊNCIA e lhe oferecia o livro. Pois bem, antes de 1998 chegar, a edição estava esgotada. **Você, Assinante, acreditou naquilo que se lhe ofertava.** Espero que não terá motivo para arrependimento. Muito obrigado de coração. **Deus lhe pague** como só Ele sabe e pode fazer e Você tanto faz para merecer.

#### **E agora para este ano de 1998?**

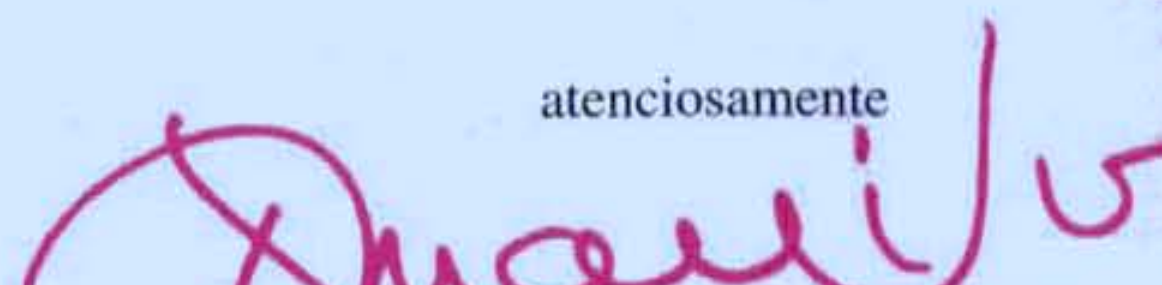
Você terá, em primeiro lugar, a segunda edição de **QUEM É JESUS**, conforme escrevi acima. E terá mais um título na série "Para o Nosso Retiro Mensal". Este é o título do novo opúsculo da série: **A FÉ SALVA. O QUE É A FÉ?** A fé não tem um conceito unívoco, homogêneo, cartesiano. Nem a sua plenitude opulentíssima se deixa expressar por uma definição conceitual. Mas não se equivocará quem puser a sua essência, aquilo mesmo que ela se propõe ser, **naquele SIM dado ao chamado divino**, como resposta ao apelo pessoal de Deus ao fazer à pessoa a autocomunicação de seu amor infinito que se revela em Cristo.

Em breve receberá todas as informações a respeito destes dois livros: **QUEM É JESUS**, segunda edição. E **A FÉ SALVA. O QUE É A FÉ?** Aguarde. Aguardar, a curto prazo, é antecipar a presença. Já é uma festa. Quando prevalece a expectativa, o esperado surpreende.

**Ler traz saber com sabor e prazer.** A leitura deve ser uma atividade nossa diária. Ler e captar as ressonâncias. Folhear o livro com aquele afago de mãos contentes. Abençoar os olhos que Deus nos deu para a contemplação deste mundo no horizonte visual de um livro. **A voz silenciosa de Deus na leitura** nos enriquece e gratifica. Grande é o poder germinativo da leitura. Reforça o vigor das próprias convicções e princípios e a fidelidade a eles. Desvalorizar o livro em nossa vida, na teoria e na prática, pode ter efeitos colaterais perversos. Leia. Comece a ler. Leia mais. Leia melhor. Quem lê está vencendo a guerra porque caminha no sentido da história, gera conhecimentos e amplia os horizontes.

A **GRAÇA**, dom divino que **Jesus** nos mereceu; o **AMOR**, iniciativa livre, graciosa e preveniente do **Pai** que nos escolheu por filhos, realizem em nós uma **COMUM-UNIÃO** por obra do **Espírito Santo**. Filhos no Filho, clamemos no Espírito, Abba, papai. Amém. Com afeto e estima fraterna, subscrevo-me, ao seu inteiro dispor,

atenciosamente

  
MARCOS DE LIMA